



**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS BENEDITO BENTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

MARCO AURÉLIO ANDRADE LIRA

**PRÁTICAS LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Maceió
2025**

MARCO AURÉLIO ANDRADE LIRA

**PRÁTICAS LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *Campus* Benedito Bentes do Instituto Federal de Alagoas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica.

Macroprojeto 6: Organização de Espaços Pedagógicos da EPT.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles.

**Maceió
2025**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito
Bentes Biblioteca

370

L768p

Lira, Marco Aurélio Andrade.

Práticas lúdicas para estudantes com deficiência na educação
profissional e tecnológica / Marco Aurélio Andrade Lira . – 2025.

115 f. : il.

Orientação: Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles.

Dissertação - (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica)
Instituto Federal de Alagoas, Campus Avançado Benedito Bentes, Maceió,
2025.

1. Educação. 2. Inclusão 3. Pessoa - Deficiência. 4. Produto Educacional.
I. Título.

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MARCO AURÉLIO ANDRADE LIRA

**PRÁTICAS LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA
NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em ____ de ____ de _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



NELSON VIEIRA DA SILVA MEIRELLES

Data: 14/03/2025 12:11:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL
Orientador

Documento assinado digitalmente



FABIO FRANCISCO DE ALMEIDA CASTILHO

Data: 11/03/2025 09:38:07-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fabio Francisco de Almeida Castilho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL

Documento assinado digitalmente



BRUNO CLEITON MACEDO DO CARMO

Data: 09/03/2025 10:34:36-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Bruno Cleiton Macedo do Carmo
Universidade Federal de Alagoas – UFAL



INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

MARCO AURÉLIO ANDRADE LIRA

**GUIA DIDÁTICO DE ATIVIDADES LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em ____ de ____ de _____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL
Orientador

Prof. Dr. Fabio Francisco de Almeida Castilho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL

Prof. Dr. Bruno Cleiton Macedo do Carmo
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Dedico este trabalho exclusivamente a estas 04 (quatro) pessoas imprescindíveis de minha vida, pois sem elas nada do que sou e sempre busquei ser seria possível, cito como tais respectivamente, minha mãe, irmãs e filha **Maria Lúcia Martins de Andrade, Silvia Patrícia Andrade Sobrinho, Suellen Andrade Lira e Maria Isabella Andrade Lira.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus** por todas as oportunidades que tenho em minha vida. Também ao meu “amigo irmão” **Allison Rodolfo dos Santos**, pela dedicação em me apoiar em toda a trajetória deste mestrado; ao inseparável amigo e companheiro de curso **Valdenor Carvalho Maciel Filho**, que foi de extrema relevância por estar sempre estimulando meu equilíbrio psicossocial antes e durante o curso; e, ao meu orientador prof. Dr. **Nelson Vieira da Silva Meirelles**, pela celeridade, disponibilidade e ensinamentos durante todo o curso.

“[...] mas quem sabe um dia eu escrevo uma canção pra você.”
(Natália. A tempestade. Legião Urbana, 1996).

RESUMO

O trabalho de pesquisa “Práticas Lúdicas para Estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)” expõe um estudo que objetiva auxiliar, por meio de um material didático em formato de guia (Produto educacional), os membros do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) enquanto sua atuação interdisciplinar junto aos Estudantes com Deficiência (EcD’s) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) *Campus* Satuba. Tem suas diretrizes voltadas respectivamente para a linha de pesquisa 2 “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT” e macroprojeto 6 “Organização de Espaços Pedagógicos da EPT”. É baseado no método de pesquisa observacional de caráter qualitativo, tendo início com um estudo subsidiado por uma revisão de literatura. A amostra da pesquisa foi em um número de 10 pessoas. O tratamento dos dados foi feito por meio de análise de conteúdo. Foram coletados dados primários utilizando-se de formulários online, assim como *in loco* por meio de entrevistas. O estudo surge como forma de auxiliar a equipe multidisciplinar que compõe o NAPNE do *campus* IFAL Satuba, colaborando com o desenvolvimento do trabalho no ensino e aprendizagem de EcD’s (Estudantes com Deficiência) na EPT, por meio da dissertação e produto educacional produzidos. O principal resultado atingido foi a produção do recurso didático (Produto educacional), intitulado “Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT”. Além de um levantamento bibliográfico, o texto contém escritas pautadas em relatos de EcD’s do IFAL *Campus* Satuba, fato que contribuiu para uma melhor fundamentação da dissertação sobre a realidade das necessidades de PcD’s dentro de um contexto de inclusão. Diante da relevância em conhecer as características específicas de cada Estudante com Deficiência no âmbito da EPT, no referencial teórico foram abordados aspectos fundamentados em alguns autores, como: Antônio Gramsci, Maria Ciavatta e Mario Manacorda, os quais se referem a formação em várias dimensões do ser humano por meio de uma Educação Omnilateral. Livros como “Coletivo de autores” e teóricos como Morchida Kishimoto, entre outros, também fundamentam o presente trabalho, destacando sua intervenção pedagógica aliada ao lúdico. Autores que versam sobre a educação especial e inclusiva no contexto da Educação profissional e Tecnológica, estão presentes como base de referência teórica deste estudo, tendo como destaque: Antônio Flávio Moreira, Marta Kohl de Oliveira e Romeu Kazumi Sassaki. Esses autores fornecem um referencial importante quando se trata de políticas públicas e práticas pedagógicas relacionadas a educação como um todo.

Palavras-Chave: Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão. Pessoa com Deficiência. Práticas Lúdicas. Produto Educacional.

ABSTRACT

The research paper “Playful Practices for Students with Disabilities in Vocational and Technological Education (EPT)” presents a study that aims to assist, through a didactic material in the form of a guide (educational product), the members of NAPNE (Center for Assistance to People with Specific Needs) in their interdisciplinary work with Students with Disabilities (EcD's) of the Instituto Federal de Alagoas (IFAL) Campus Satuba. Its guidelines are focused respectively on research line 2 “Organization and Memories of Pedagogical Spaces in EPT” and macroproject 6 “Organization of Pedagogical Spaces of EPT”. It is based on the observational research method of a qualitative nature, starting with a study subsidized by a literature review. The research sample consisted of 10 people. Data processing was done through content analysis. Primary data were collected using online forms, as well as in situ through interviews. The study was created as a way to assist the multidisciplinary team that makes up the NAPNE at the IFAL Satuba campus, collaborating with the development of work in the teaching and learning of EcD's (Students with Disabilities) at EPT, through the dissertation and educational product produced. The main result achieved was the production of the teaching resource (educational product), entitled “Didactic Guide of Playful Activities for Students with Disabilities at EPT”. In addition to a bibliographic survey, the text contains writings based on reports from EcD's at IFAL Campus Satuba, a fact that contributed to a better foundation of the dissertation on the reality of the needs of PcD's within a context of inclusion. Given the importance of knowing the specific characteristics of each student with disabilities within the scope of EPT, the theoretical framework addressed aspects based on some authors, such as: Antônio Gramsci, Maria Ciavatta and Mario Manacorda, who refer to the formation in various dimensions of the human being through Omnilateral Education. Books such as “Coletivo de autores” and theorists such as Morchida Kishimoto, among others, also support this work, highlighting their pedagogical intervention combined with playfulness. Authors who deal with special and inclusive education in the context of professional and technological education are present as a theoretical reference basis for this study, with emphasis on: Antônio Flávio Moreira, Marta Kohl de Oliveira and Romeu Kazumi Sassaki. These authors provide an important reference when it comes to public policies and pedagogical practices related to education as a whole.

Keywords: Professional and Technological Education. Inclusion. Person with Disabilities. Playful Practices. Educational Product.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Educação especial	28
Figura 2 – Homem Vitruviano.....	41

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – PDI IFAL, 2019-2023 – Objetivo 3	48
Quadro 1 – Avanços das políticas sobre Educação Inclusiva (ONU)	25
Quadro 2 – Depoimentos de EcD's (<i>Campus</i> IFAL Satuba).....	33
Quadro 3 – Finalidades do NAPNE	47
Quadro 4 – Formulário diagnóstico online do nível de relevância na proposta de elaboração do PE.....	67
Quadro 5 – Unidade temática 1: A necessidade de um material didático lúdico voltado para uma abordagem de inclusão no referido <i>campus</i> da pesquisa.....	69
Quadro 6 – Unidade temática 2: As necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no <i>campus</i> IFAL Satuba.....	71
Quadro 7 – Unidade temática 3: A inclusão por meio das atividades educacionais adaptadas no <i>campus</i> IFAL Satuba.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Nível de aceitação da elaboração do PE	78
Gráfico 2 – Avaliação (Aderência) do PE	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EcD – Estudante com Deficiência.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Dr. – Doutor.

Dr.(a) – Doutora.

EduCAPES – Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior.

EPT – Educação Profissional e Tecnológica / Educação Para Todos.

FAPEAL – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas.

IFAL – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LILACS: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde.

MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação.

MEC – Ministério da Educação.

MSL – Mapeamento Sistemático de Literatura.

NAPNE – Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais.

PcD – Pessoa com Deficiência.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Prof. – Professor.

Prof (a). – Professora.

ProfEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PE – Produto Educacional.

SciELO – Scientific Electronic Library Online.

UFAL – Universidade Federal de Alagoas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Paradigmas Históricos sobre a atenção referente às PcD's.....	22
2.2 EcD's: Educação Especial e preconceitos na EPT.....	28
2.3 Educação Inclusiva em uma perspectiva Omnilateral na EPT	35
2.4 Os NAPNES (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) na Educação profissional e tecnológica (EPT)	43
2.5 Entendendo as dificuldades docentes no ensino de PcD's: a Importância da sociabilização nas instituições de ensino e no processo educacional.....	49
2.6 Práticas Lúdicas e brincadeiras como meios de inclusão	54
3. MATERIAIS E MÉTODOS	61
3.1 Tipo de estudo.....	61
3.2 Local do estudo	61
3.3 População e amostra	62
3.4 Instrumentos de coleta de dados e variáveis do estudo.....	63
3.5 Procedimentos para coleta de dados	63
3.6 Elaboração do Produto Educacional	65
3.7 Análise de dados	66
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	67
4.1 Formulário diagnóstico online do nível de relevância na proposta de elaboração do PE	67
4.2 Unidade temática I: A necessidade de um material didático lúdico voltado para uma abordagem de inclusão no referido <i>campus</i> da pesquisa	69
4.3 Unidade temática II: As necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no <i>campus</i> IFAL Satuba...70	
4.4 Unidade temática III: A inclusão por meio das atividades educacionais adaptadas no <i>campus</i> IFAL Satuba	74
4.5 Discussão e avaliação do Produto educacional	76
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	90
APÊNDICES	98

INTRODUÇÃO

Em meio às transformações da sociedade contemporânea, marcada por uma crescente valorização da educação e de seus múltiplos aspectos, destaca-se a importância de se adotar uma didática lúdica, inovadora e criativa como meio essencial para potencializar o aprendizado nos diversos componentes curriculares da educação, portanto:

“A presença de uma didática lúdica, inovadora e rica em criatividade se torna importante pelo fato de que a sociedade contemporânea tem vivenciado com mais profundidade a educação e os aspectos que a acompanham” (Kishimoto *et al*, 2002, p: 07).

As adversidades na atuação profissional de todas as áreas surgem com muita frequência e no âmbito da Educação Profissional Tecnológica não poderia ser diferente, elas são oriundas de diversos problemas estruturais construídos historicamente e presentes na sociedade brasileira. A tentativa de inovação em busca de evoluir o ensino e aprendizagem deve ser destacada como positiva ao desenvolvimento global do estudante, e um dos meios para atingir esse objetivo é a sugestão das práticas lúdicas. Propõe-se, então que esta ludicidade seja baseada em jogos, brincadeiras e desporto, sendo adaptada ao tipo de deficiência específica de cada estudante.

Os Institutos Federais contam com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), criado com o objetivo de promover a inclusão ao incentivar a cultura de respeito à diversidade. Esses núcleos visam garantir os direitos dos estudantes com deficiência, assegurando condições básicas, como acessibilidade e a eliminação de barreiras educacionais, para que possam exercer plenamente sua cidadania. Nesse contexto, torna-se essencial compreender as principais dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar que compõe o NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de educandos com deficiência. A partir dessa compreensão, surge a seguinte questão problematizadora: **como um guia de atividades lúdicas, pode colaborar no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica?**

Desta forma, está pesquisa objetivou produzir um guia de atividades lúdicas voltado para a equipe multidisciplinar do NAPNE, visando colaborar com o processo

de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência (EcD's) na Educação Profissional e Tecnológica (*Campus IFAL Satuba*).

Os objetivos específicos foram:

- 1- Identificar as necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no *Campus IFAL Satuba*.
- 2- Elaborar um conjunto de práticas lúdicas que possam ser adaptadas para atender às especificidades de estudantes com deficiência.
- 3- Analisar os benefícios das práticas lúdicas no desenvolvimento de habilidades técnicas, sociais e emocionais de estudantes com deficiência no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A busca por uma formação humana integral, aliada à necessidade de oferecer suporte especializado à equipe multidisciplinar do NAPNE, justificam o desenvolvimento deste estudo, além disso, sustentando o mesmo propósito surgem fatores como: desenvolvimento da autonomia, criatividade, criticidade, aspectos cognitivo-motores, adaptação de conteúdos complexos e o estímulo da interação social. A criação de um guia de atividades lúdicas baseadas em práticas corporais surge como uma resposta concreta às demandas de inclusão, assegurando que o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica ocorra de maneira mais acessível e eficaz. Além de propor uma abordagem argumentativa embasada teoricamente, este estudo também se materializa como um produto educacional que visa fortalecer a cultura do respeito à diversidade e contribuir para a eliminação de barreiras educacionais, promovendo a plena cidadania aos estudantes com deficiência.

Considerando o que foi discutido, emergiram as hipóteses que sustentaram o problema de pesquisa. Primeiramente, acredita-se que a equipe multidisciplinar do NAPNE enfrenta problemas por estar precisando de formações continuadas sobre metodologias inclusivas e recursos específicos para o atendimento de necessidades especiais dos estudantes. Em segundo, as práticas lúdicas podem ser favoráveis para identificar potencialidades dos EcD's, oportunizando a eles a possibilidade de demonstrarem habilidades que não seriam evidentes em abordagens tradicionais. Por último, didáticas extracurriculares baseadas em práticas lúdicas como jogos e brincadeiras criam oportunidades para a construção de laços sociais e ajudam a fortalecer o sentimento de pertencimento, estimulando a sociabilização e a

Educação Omnilateral no ensino profissional e tecnológico.

Na categoria de docente, é possível observar que as adversidades enfrentadas por uma equipe profissional em seu ambiente de trabalho são diversas, principalmente quando surgem situações que fogem ao seu cotidiano.

A presença de uma Pessoa com Deficiência (PcD) no ambiente educacional de qualquer instituição de ensino tende a gerar conflitos variados em relação aos procedimentos que devem ser adotados. Esses conflitos podem refletir a falta de preparo da equipe para lidar com as especificidades e necessidades dos estudantes, destacando a importância de uma formação continuada que aborde a inclusão e a diversidade no contexto educacional.

Conseqüentemente:

Faz-se necessário que os estudantes inseridos na categoria de PcD's sejam ouvidos para que se entenda a realidade deles em relação aos problemas por eles enfrentados. Por esse motivo o texto também destaca a luta contra o preconceito e a importância da inclusão, mostrando como a resiliência e o acolhimento podem fortalecer a autoconfiança e a superação. Aspectos contidos no relato proposto pelos dois estudantes PcD's que participaram do estudo.

O presente trabalho foi construído por meio de métodos e estratégias que visaram auxiliar a atuação da equipe multidisciplinar do NAPNE na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do IFAL, *campus* Satuba. Nesse sentido, algumas abordagens são consideradas pilares deste estudo, entre as quais se destacam: 1- Paradigmas Históricos sobre a atenção referente às PcD's; 2- EcD's: Educação Especial e preconceitos na EPT; 3- Educação Inclusiva em uma perspectiva Omnilateral; 4- Os NAPNES (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) na Educação profissional e tecnológica (EPT); 5- Entendendo as dificuldades docentes no ensino de PcD's: a importância da socialização nas instituições de ensino e no processo educacional; e, 6- Práticas Lúdicas e brincadeiras como meios de inclusão.

Há necessidade de uma melhor formação profissional para que os envolvidos no ensino e aprendizagem dos estudantes com Deficiência possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento educacional desses educandos. Portanto, o estudo oferece aos educadores que tiverem acesso a ele, por intermédio do NAPNE, sugestões de práticas didáticas lúdicas com o objetivo de proporcionar um fazer pedagógico, extracurricular coerente com a necessidade dos estudantes.

A pesquisa também beneficia o aprendizado dos educandos, contribuindo para seus aspectos de integração, inclusão e formação. Nesse sentido, os Institutos Federais enfatizam a importância da valorização da educação e das instituições públicas como elementos essenciais para a construção de uma nação soberana e democrática. Isso implica um compromisso com o combate às desigualdades estruturais de diversas ordens, reforçando a relevância de iniciativas que promovam a inclusão e a equidade no ambiente educacional (Brasil, 2010).

Frente ao exposto, observa-se uma crescente demanda em relação ao uso de metodologias pedagógicas que estejam alinhadas às especificidades dos discentes, sobretudo, os EcD's. Para atender tal demanda sugere-se que o docente envolvido no ensino da EPT incorpore em suas práticas pedagógicas os princípios da educação inclusiva que:

Se constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008, p. 5).

Conforme citação, tudo que está relacionado à inclusão de EcD's (Estudantes com Deficiência) é proveniente de uma construção histórica, política e cultural. Esses passos trilhados ao longo de todo um histórico brasileiro, enquanto sociedade, foram dados em direção a um objetivo, que é alcançar a igualdade de direitos entre todos os cidadãos para que de forma justa a educação seja disseminada livre de preconceitos.

Diante disso, é relevante enfatizar que as Pessoas com Deficiência (PcD's) enfrentam preconceitos e políticas excludentes que dificultam sua participação plena na sociedade, em áreas como educação e trabalho. Além da falta de infraestrutura, a exclusão também está presente em atitudes discriminatórias que reforçam estigmas sociais. Ao reconhecer esses problemas, abre-se um espaço para que as PcD's possam se expressar e combater essas barreiras.

Nessa conjuntura: no Art. 5º da Lei no 13.146/2015 contida no Estatuto da Pessoa com Deficiência (3ª ed, 2019), a pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. E no Art. 8º da mesma lei:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Dessa maneira, a legislação brasileira demonstra para a sociedade o seu dever de dar suporte ao desenvolvimento de uma Educação Omnilateral, voltada para os PcD's, a qual visa formar cidadãos com uma compreensão ampla e integrada de si mesmos. Num panorama de ensino e aprendizado:

A escola cumpre uma função social essencial ao promover o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos estudantes, capacitando-os para o exercício da cidadania ativa e consciente (Debona; Passos, 2019). Sob essa ótica, a educação é compreendida como parte integrante da constituição do ser humano enquanto sujeito social e histórico. Com a expansão do direito ao acesso universal à educação, a escola tem se configurado como um espaço mais inclusivo e democrático em busca de uma educação mais completa (Omnilateral), abrindo suas portas para grupos que, até recentemente, se encontravam afastados das salas de aula ou inseridos em contextos segregados. Entre esses grupos, destacam-se os estudantes com deficiência, cuja inclusão apresenta desafios e oportunidades para o avanço da educação inclusiva (Santos; Machado, 2021).

A dimensão desta pesquisa é significativa a todos os envolvidos, pois trata-se de um tema que ainda enfrenta barreiras impostas pela sociedade à educação em todos os níveis de ensino. Questões como acessibilidade, emprego e direito a educação e saúde, dentre outras, continuam sendo abordados apenas por meio de discursos que não ultrapassam a teoria.

Neste caminho, esta investigação foi estruturada tendo em vista a colaboração na promoção da diminuição das desigualdades, oferecendo, por meio de práticas lúdicas, acesso a um processo educacional mais sociabilizante, inclusivo e significativo no sentido de propor aspectos que venham abranger as várias dimensões do ser humano (Educação Omnilateral). Para tanto essa dissertação foi organizada da seguinte forma:

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Paradigmas Históricos sobre a atenção referente às PcD's

A história registrou diferentes formas de atenção a PcD, tendo como influência aspectos culturais, sociais e econômicos. Desta forma, conforme Blanco (2003), pode-se categorizar o tratamento dado às PcD's em 4 fases: 1- Exclusão; 2- Segregação; 3- Integração; e, 4- Inclusão. A transição entre essas fases reflete a evolução das percepções sociais em relação às PcD's, destacando a importância de analisar a implementação da inclusão e os desafios para sua plena efetivação.

Ainda para Blanco (2003), a pré-história foi marcada pelos povos primitivos, que se caracterizavam como nômades e precisavam se deslocar constantemente em busca de recursos para a sobrevivência. A realização de atividades como caça, pesca, construção de abrigos e proteção do grupo exigia vigor físico. Nesse contexto, as pessoas que apresentavam deficiências que comprometiam seu desempenho nas funções eram frequentemente abandonadas. Essa realidade evidencia como as condições de vida e a necessidade de sobrevivência impactavam a percepção e o tratamento das pessoas com deficiência nas sociedades primitivas.

Já na Antiguidade, conforme Debona e Passos (2019), o extermínio de pessoas com deficiência não era considerado um problema de ordem ética ou moral. Em uma sociedade marcada pela divisão entre a nobreza, que detinha o poder econômico, político e social, e o povo, que vivia em condição subalterna e dependente, a pessoa com deficiência era vista como inapta tanto social quanto economicamente, devido à estrutura produtiva baseada na agricultura e no comércio. A marginalização também era reforçada por perspectivas teológicas que atribuíam causas espirituais à deficiência, para Neto *et al.* (2018, p. 84) “acreditava-se que estas pessoas eram dominadas pelo demônio, sendo tratadas numa concepção demonológica”. Essa visão reforçou o estigma social e justificou práticas de exclusão e abandono, perpetuando a marginalização das pessoas com deficiência neste período.

Na Idade Média, com o fortalecimento do poder do clero e a disseminação dos princípios cristãos, as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como dignas da boa vontade e da caridade dos outros, mas não necessariamente como titulares de dignidade e direitos (Neto *et al.*, 2018). Conforme Yaegashi *et al.* (2021, p. 5 - 6), com essas mudanças o conceito sobre a pessoa humana muda:

Agora, o corpo e a mente não são mais vistos de forma filosófica, mas a partir de uma concepção teológica. Neste momento, as pessoas não são mais vistas como subumanos, como no período anterior, já que possuem alma e liberdade, sendo assim filhos de Deus e merecedores da vida.

Dessa forma, levando em consideração a linha de raciocínio de Yaegashi et al. (2021), referente as Pessoas com Deficiência Física e Sensorial, o sacrifício e o abandono foram substituídos por cuidados, uma vez que esses indivíduos passaram a ser tratados como filhos de Deus, e essas práticas de exclusão estavam em desacordo com os dogmas cristãos. Assim, a mudança na percepção das pessoas com deficiência, nesse caso, refletiu um avanço na compreensão da dignidade humana. Entretanto, para Moises & Stockmann (2020), as Pessoas com Deficiência Intelectual, o quadro negativo de perseguição e morte persistiu no período da Idade média.

Com o enfraquecimento do sistema feudal e do clero no final da Idade Média, o período Renascentista foi marcado pela transição do pensamento teológico para a difusão dos princípios do racionalismo, experimentalismo e antropocentrismo (Neto *et al.*, 2018). Isso fez com que a deficiência passasse ser vista como uma condição orgânica, o que abriu espaço para seu tratamento pela medicina emergente, utilizando métodos como alquimia, magia e astrologia (Yaegashi *et al.*, 2021).

No século XVII, as pessoas com deficiência, especialmente as com Deficiência Intelectual, eram isoladas e enviadas para instituições como orfanatos e manicômios, que reuniam indivíduos com diversas necessidades especiais (Amaral, 2001). Neste período, surgiu o paradigma da institucionalização, que afastava as pessoas com deficiência do convívio social e as colocava em instituições segregadas ou escolas especiais, muitas vezes distantes de suas famílias, uma prática que perdurou por séculos e ainda persiste em alguns países (Debona; Passos, 2019).

Com a Revolução Industrial e o advento do capitalismo entre os séculos XVIII e XIX, a ideia de que as pessoas com deficiência poderiam ser capacitadas começou a ganhar destaque. Nesse período, houve uma ênfase crescente na educação, com a criação de sistemas nacionais de escolarização, que visavam preparar toda a população produtiva, incluindo pessoas com deficiência, para integrar a força de trabalho das indústrias (Debona; Passos, 2019). De acordo com Neto *et al.* (2018, p. 84):

Nasceu, naquele momento, uma pedagogia especializada e institucionalizada, que separava indivíduos de acordo com diagnósticos em quociente intelectual. Este primeiro momento ficou conhecido como fase de segregação, tais escolas especiais cresciam e se multiplicavam por diferentes etiologias: pessoas com cegueira, surdez, com deficiência física, intelectual, etc.

Além disso, ainda no século XIX, a visão sobre deficiência mental passou de uma percepção de doença para uma condição do indivíduo, com ênfase no atendimento das necessidades globais da pessoa, e não apenas em sua capacidade produtiva. Esse período também marcou o surgimento da reabilitação como prática, especialmente após as guerras, quando programas governamentais buscaram reintegrar soldados feridos ao mercado de trabalho. A reabilitação social, baseada em um modelo médico, visava adaptar as pessoas com deficiência à sociedade (Debona; Passos, 2019).

Em 1970, começaram as discussões sobre a integração das pessoas com deficiência nas classes regulares, desde que essa inclusão não interferisse negativamente no processo de ensino dos outros estudantes. Segundo Neto *et al* (2018, p. 85), “a deficiência era considerada um problema de quem a possuía, assim, esta deveria tornar-se apta à integração ao meio social. Não cabia à escola se adaptar às necessidades dos estudantes, mas às pessoas com deficiência adaptar-se à escola”. Essa perspectiva refletia a visão dominante da época, em que a responsabilidade pela adaptação recaía exclusivamente sobre os indivíduos com deficiência, o que limitava o alcance da inclusão.

A década de 1980 foi um marco nas lutas pela democratização do acesso à educação. Debona e Passos (2019), afirmam que nesse período, vários movimentos em prol das pessoas com deficiência se organizaram, exigindo uma educação que realmente incluísse todos, independentemente das diferenças. Com a chegada de um movimento global chamado “Inclusão Social”, surgiu o conceito de “Educação Inclusiva” como resposta às práticas excludentes que eram prestadas às PcD’s.

Para Neto *et al* (2018), a Educação Inclusiva representa um caminho para a transformação de uma sociedade mais inclusiva, ampliando a participação de todos os estudantes nas instituições de ensino regular. Esse processo vai além de simplesmente permitir que estudantes com deficiência frequentem a escola; ele visa assegurar sua permanência e garantir condições para sua efetiva aprendizagem. Nesse contexto, Barbosa e Bezerra (2021) destacam a importância de refletir sobre

a educação inclusiva nas escolas regulares, ressaltando a necessidade de um currículo transformador, inovador, flexível e fundamentado nos princípios da diversidade.

Segundo Costa (2021), nessa luta de inclusão de PcD's nos segmentos da educação, dois aspectos foram fundamentais para o sucesso dessa demanda: a mudança de entendimento sobre as PcD's e o tipo de necessidades especiais apresentadas por elas. Costa, também ressalta que a publicação de leis criadoras de políticas públicas inclusivas foi essencial para tal mudança.

Diante de se considerar a efetivação de uma educação inclusiva, vários marcos surgiram para que a inclusão se consolida-se como um direito humano universal.

No contexto internacional, diversos documentos foram elaborados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de fomentar políticas públicas inclusivas nos países membros. Esses documentos visam promover os direitos humanos, a igualdade de gênero e a educação de qualidade. Além disso, eles buscam fortalecer a solidariedade internacional e garantir a implementação de ações concretas para reduzir as desigualdades no cenário mundial. A seguir, o Quadro 1 sistematiza as contribuições de cada documento do ponto de vista da Educação Inclusiva:

Quadro 1: Avanços das políticas sobre Educação Inclusiva (ONU)

Documento	Ano	Principais avanços
Declaração Universal dos Direitos Humanos	1948	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à Educação para Todos: Garante acesso universal à educação, incluindo pessoas com deficiência. • Igualdade e Não Discriminação: Proíbe discriminação no acesso à educação. • Desenvolvimento Integral: Educação deve promover o potencial de cada pessoa, sem exceção. • Participação Social: Defende a inclusão ativa de todos na sociedade.
Declaração Mundial sobre Educação para Todos	1990	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que todos tenham acesso à educação básica de qualidade • Eliminar preconceitos e estereótipos da educação • Assegurar que grupos excluídos não sofram discriminação no acesso à educação • Atender às necessidades de aprendizagem de pessoas com deficiência • Garantir que as sociedades ofereçam assistência em nutrição, cuidados médicos e apoio emocional aos educandos.
Declaração de Salamanca	1994	<ul style="list-style-type: none"> • Educação para todos: Garante o direito de crianças com deficiência à educação.

		<ul style="list-style-type: none"> • Inclusão em escolas regulares: Prioriza a inclusão em escolas comuns. • Formação docente: Destaca a capacitação de professores para a diversidade. • Políticas inclusivas: Incentiva a adoção de políticas educacionais inclusivas.
Declaração de Guatemala	1999	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de igualdade: Enfatiza a equidade de oportunidades educacionais para pessoas com deficiência. • Participação plena: Incentiva a integração ativa de PCDs em todos os níveis educacionais. • Políticas de inclusão: Reforça a necessidade de políticas nacionais que promovam a inclusão nas escolas. • Apoio às famílias: Valoriza o envolvimento das famílias no processo educacional das pessoas com deficiência.
Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	2006	<ul style="list-style-type: none"> • Direito à educação: Reconhece a educação inclusiva como um direito fundamental. • Inclusão em ambientes regulares: Promove a inclusão de pessoas com deficiência em sistemas educacionais regulares. • Apoio e recursos: Garante apoio e recursos para a inclusão efetiva, como formação de professores. • Participação ativa: Encoraja a participação de pessoas com deficiência e suas famílias nas políticas educacionais.

Fonte: Adaptado da Organização das Nações Unidas (2024).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi criada após a Segunda Guerra Mundial em 1948, em resposta às atrocidades e genocídios que evidenciaram a necessidade de proteger os direitos de todos. Este documento fundamental afirma que todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, destacando que a dignidade humana é inalienável. Influenciada por movimentos de direitos humanos, a DUDH, destaca a importância de incluir as pautas de pessoas com deficiência e suas famílias nas políticas educacionais como descrito em seu artigo 26:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico- -profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.

Nesse contexto, a educação é reconhecida como um direito inalienável de todos e um pilar fundamental para o pleno exercício da cidadania. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) estabeleceu um alicerce para a Constituição Federal, especialmente no que diz respeito à educação inclusiva. O

artigo 5^o¹ da Constituição Federal assegura esse direito a todos os cidadãos, destacando a importância de garantir acesso à educação sem discriminação (Brasil, 1988). Em reforço a condição exposta no presente parágrafo:

Em 1990 durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, foi construída a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (EPT). Segundo Moura e Santos (2023), isso foi um importante marco para o desenvolvimento de políticas públicas que pudessem garantir o acesso à educação básica a todos os indivíduos de modo a assegurar que pessoas com deficiência e outros grupos marginalizados tivessem oportunidades iguais de aprendizado, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Outro marco essencial para a Educação Inclusiva foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, Espanha, que resultou na Declaração de Salamanca (1994). Ela promoveu a ideia de que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, mentais ou sociais, têm o direito de acessar uma educação de qualidade. A declaração enfatiza que as escolas devem adaptar seus ambientes e práticas para acolher a diversidade dos estudantes, garantindo que todos possam aprender em um contexto inclusivo.

De acordo com Costa e Fassheber (2024), a Declaração de Salamanca fundamentou a criação da modalidade de Educação Especial dentro de um sistema educacional especializado, conforme estabelecido nos Artigos 58 e seguintes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei n.º 9.394/96).

No Brasil, a promulgação da Convenção de Guatemala pelo Decreto n.º 3.956/2001 reforçou a base legal para a promoção da educação inclusiva. A Convenção da Guatemala, que ocorreu em 1999, chamada de "Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência" teve como pauta a promoção de direitos e a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência em países da América Latina. A convenção estabeleceu diretrizes para que os países signatários adotassem medidas legislativas, sociais e educacionais que garantissem a plena integração e participação de pessoas com deficiência em igualdade de condições, promovendo o acesso a oportunidades, serviços e infraestrutura.

¹ A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

2.2 EcD's: Educação Especial e preconceitos na EPT

Para que haja entendimento sobre o que é a Educação Especial, é necessário que haja também uma compreensão do que é Educação Inclusiva.

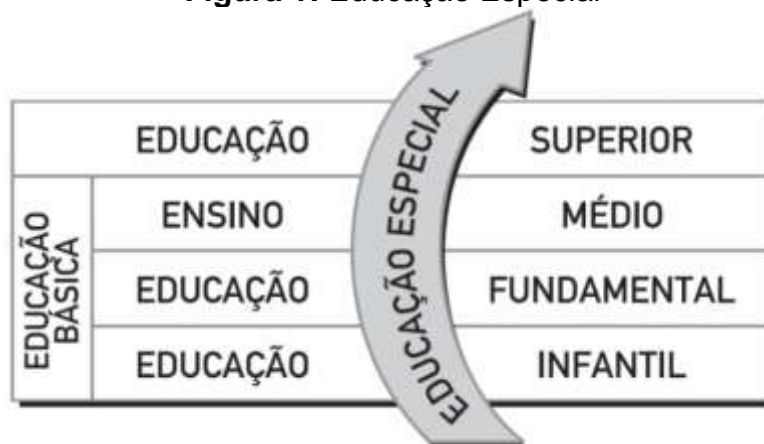
A educação especial é uma modalidade de ensino dentro do sistema educacional brasileiro, dedicado a atender as necessidades de estudantes com deficiência, transtornos de desenvolvimento (TEA) e altas habilidades/superdotação. Ela engloba todos os níveis e etapas do processo educativo, tanto nas classes comuns quanto nas classes especiais. Durante o processo de ensino, são disponibilizados serviços educacionais especiais, recursos e orientações (BRASIL, 2008).

De acordo com a citação anterior, a presença de estratégias específicas nas classes comuns e especiais evidencia o compromisso com uma educação equitativa, que reconhece as diferenças e valoriza o potencial de cada aluno.

Partilhando da mesma linha de pensamento e complementando o parágrafo anterior, a Educação Especial oferece orientações que facilitam a adaptação dos conteúdos e métodos pedagógicos, dessa forma, torna-se um meio de proporcionar aos estudantes as oportunidades necessárias para alcançar seu máximo desenvolvimento.

Na Figura 1 percebe-se todos os níveis educacionais que a Educação Especial contempla.

Figura 1: Educação Especial



Fonte: Unesco (2003).

Portanto, em análise ao proposto pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2008), além de abarcar todas as etapas de ensino no Brasil, o segmento Educação

Especial busca garantir acesso a uma educação de qualidade para todos por meio de pessoal especializado e materiais didáticos que facilitem o ensino e a aprendizagem de EcD's, respeitando suas singularidades e promovendo a inclusão.

Ratificando:

Educação Especial: Modalidade de educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

A citação define a Educação Especial como uma modalidade transversal, ou seja, semelhante a outras modalidades educacionais, como Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos. Ela abrange todos os níveis de ensino, desde a Educação Infantil até o ensino superior, garantindo a todos o direito à educação por lei. Dessa forma, na perspectiva da Educação Especial, a escola se transforma em um espaço acolhedor, adaptado para atender às necessidades dos estudantes.

Levando em consideração a questão das modalidades educacionais, a Educação Inclusiva se distingue da Especial, por se apresentar como um procedimento metodológico dentro da educação básica ao invés de se caracterizar como modalidade em si (Martins *et al*, 2020).

Ao adotar práticas pedagógicas adaptadas, a educação especial não apenas oferece o suporte necessário para o aprendizado, mas também cria um ambiente que valoriza a diversidade, permitindo que todos os estudantes desenvolvam suas potencialidades.

A educação especial direciona suas ações para o atendimento às especificidades desses estudantes no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola, orienta a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas. Os estudos mais recentes no campo da educação especial enfatizam que as definições e uso de classificações devem ser contextualizados, não se esgotando na mera especificação ou categorização atribuída a um quadro de deficiência, transtorno, distúrbio, síndrome ou aptidão. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, reforçando a importância dos ambientes heterogêneos para a promoção da aprendizagem de todos os estudantes. A partir dessa conceituação, considera-se pessoa com deficiência aquela que

tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL/MEC, 2007, p. 9).

Tendo isso em vista, qual a relação que Educação Especial mantêm com a EPT?

– Primeiramente:

A notoriedade acerca da inclusão escolar de pessoas com deficiência (PcD's) atingiu seu ápice com a publicação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) em 2015. No que tange ao direito à educação o capítulo IV da LBI, Lei nº 13.146/2015, reforça a LDB 9394/96 em relação ao acesso e permanência de PcD's em todos os níveis da educação. Corroborando ainda que o poder público deve assegurar, implementar, acompanhar o acesso das PcD's ao ensino, possibilitando a equidade de oportunidades e condições destinadas aos demais cidadãos (Sommer, 2020, p. 8).

Por conseguinte, levando em consideração Sommer (2020):

A educação especial e a educação profissional e tecnológica estão interligadas na promoção de uma formação inclusiva e diversificada. A educação especial desempenha um papel importante ao atender as necessidades de estudantes com deficiência ou transtornos do desenvolvimento, preparando esses indivíduos para o mercado de trabalho. A inclusão de práticas pedagógicas adaptadas e de tecnologias assistivas no ensino profissional permite que esses estudantes adquiram habilidades técnicas e profissionais, capacitando-os a participar ativamente na sociedade.

Na mesma linha de pensamento de Sommer (2020):

As escolas de Educação Profissional, que verdadeiramente querem fazer uma formação abrangente e de qualidade, devem estar atentas às formas que o sistema tem de impedir o acesso dos estudantes com deficiência, bem como devem observar os processos de avaliação, adaptação de acessibilidade e currículo para garantir uma aprendizagem ampla e que garanta ao indivíduo transformar-se e transformar o espaço social em que está inserido, sendo um cidadão ativo, buscando garantir direitos e romper com o histórico de segregação (Sarturi e Dos Santos, 2024, p. 49).

Baseado em Sarturi e Dos Santos (2024), em reflexão:

A educação profissional e tecnológica também deve considerar a diversidade dos aprendizes, implementando currículos que respeitem e integrem as particularidades de cada estudante. Ao promover ambientes de aprendizagem inclusivos, essas instituições não apenas contribuem para a formação de profissionais mais competentes e conscientes, mas também ajudam a combater o preconceito e a discriminação, valorizando a singularidade de cada indivíduo e sua capacidade de contribuir para o mercado de trabalho. Assim, a articulação entre a educação especial e a educação profissional e tecnológica é fundamental para garantir igualdade de oportunidades e combater a discriminação e o preconceito.

Em complemento a linha de raciocínio proposta por Sarturi e Dos Santos (2024), as instituições educacionais são constituídas por diferentes segmentos, que vão de gestão, passando por educandos e professores, pais e responsáveis, entre outros, e como acontece em qualquer outro setor social não está imune a violência. A violência nas instituições educacionais pode se manifestar de diversas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas e verbais, afetando tanto os estudantes quanto os profissionais da educação. Esse cenário gera um ambiente de insegurança que compromete o aprendizado e o desenvolvimento saudável de todos os envolvidos. A presença de violência também reflete problemas mais amplos da sociedade, como desigualdade social, falta de apoio psicológico e problemas familiares, que precisam ser abordados de maneira integrada. Esse argumento descrito é representado historicamente por meio do enunciado feito por Mendes, Denari e Costa, em sua pesquisa intitulada “Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura”.

Na sociedade atual é visível uma diversidade de discursos, de ideias e de modos de agir, de pensar e de se apresentar. Os seres humanos são complexos, diversos e diferentes. E, dentre a heterogeneidade de pensamentos, de comportamentos, de aparência e de funcionalidade, alguns modos de agir e se apresentar acabam sendo adotados como ideais, servindo como referências ou normas a serem seguidas. Ao mesmo tempo, as pessoas ou os grupos que não correspondem a esses modelos socialmente estabelecidos podem sofrer violências, ataques físicos ou verbais e impedimentos no acesso a lugares, a serviços e ao convívio social. Tem-se como exemplos as relações sociais vividas pelas pessoas com deficiência (PcD's), as quais são permeadas por fenômenos violentos de preconceito, discriminação e estigma (Mendes, Denari e Costa, 2022, p. 2).

Com base na citação de Mendes, Denari e Costa (2022), observa-se que a adoção de padrões normativos na sociedade contemporânea, embora aparente ser algo natural, revela, na verdade, uma dinâmica de poder que gera exclusão e marginalização daqueles que não se enquadram no “ideal” socialmente estabelecido. Esse processo de normatização impacta fortemente grupos como as pessoas com deficiência (PcD's), que, por serem frequentemente consideradas "fora da norma", acabam sendo alvo de preconceitos e violências. A discriminação enfrentada por essas pessoas vai além de ataques físicos ou verbais, manifestando-se também em barreiras diárias que dificultam o acesso a serviços, a participação plena na sociedade e o direito de viver em condições de igualdade.

Ainda em argumento ao pensamento de Mendes, Denari e Costa (2022), o preconceito contra as PcD's está, em grande parte, enraizado em uma visão capacitista, que atribui valor humano com base na capacidade física ou cognitiva. Essa perspectiva, além de ser injusta, desconsidera a riqueza da diversidade humana e as variadas formas de participação e contribuição social que diferentes indivíduos podem oferecer.

Corroborando com o parágrafo anterior:

Ao estigmatizar quem não se enquadra nos padrões de funcionalidade predominantes, a sociedade não apenas limita o acesso dessas pessoas a oportunidades, mas também se priva de aproveitar suas habilidades e contribuições únicas. Isso resulta em uma perda significativa para o coletivo, pois impede formas enriquecedoras de interação, colaboração e inovação que surgem justamente da diversidade de experiências e perspectivas. Dessa forma, a exclusão não afeta apenas as pessoas marginalizadas, mas compromete o desenvolvimento social como um todo.

Não basta apenas saber, mas entender-se enquanto agente social pertencente em um contexto que necessita de transformação e que só será conquistada quando entendermos a nossa responsabilidade na sociedade (Andrade, 2024).

Em concordância com Andrade (2024), a transformação cultural que em sugestão reduziria a exclusão dos EcD's depende do desenvolvimento de uma consciência crítica por parte daqueles que, por falta de discernimento, ainda perpetuam comportamentos excludentes. Então:

Essa segregação ocorre bastante por motivo “cultural”, mas principalmente

por falta de maturidade crítica dos que não possuem o senso ideal para perceber a gravidade de suas ações.

Logo:

O que a história faz, a história pode desfazer, o que construímos e nos constituímos socialmente, pode ser reconstruído e (re)formulado. É compreender que a estigmatização e exclusão das pessoas com deficiência, é senão, uma construção social enraizada e naturalizada a partir dos dominantes, e só mudará quando for valorizada a diversidade de seus sujeitos e a partir da tomada de responsabilidade de cada um nesse processo de transformação (Andrade, 2024, p. 64).

Considerando o recorte de Andrade (2024), quando a sociedade passa a valorizar a diversidade das pessoas reconhecendo o direito delas a inclusão se faz presente, com isso, se as singularidades das PcD's são respeitadas a transformação social também se manifesta por meio da substituição dos atos discriminatórios pelo respeito. Assim, o preconceito contra PcD's não é uma condição fixa, mas um produto de interpretações culturais que podem (e devem) ser desconstruídas.

Baseado no presente contexto que versa sobre o preconceito vivenciado pelos PcD's, em âmbito educacional e em todos os formatos de ensino é fato que tal condição não é raridade. Visando um melhor entendimento sobre essa realidade, o Quadro 2 apresenta trecho de depoimentos coletados, durante as entrevistas de pesquisa, de dois EcD's (Estudantes com Deficiência) matriculados no *campus* onde o estudo foi realizado.

Quadro 2: Depoimentos de EcD's (*Campus IFAL Satuba*)

ENTREVISTADOS	Respostas
Estudante 1	<p>“Meu tipo de necessidade atrapalha muitas coisas. A coordenação motora e a fala quando eu vou apresentar algum trabalho tenho dificuldade. O manejo de talheres quando vou me alimentar. Tem certas coisas que eu quero fazer, mas o povo fica botando dificuldade, eles dizem não faz porque você não consegue, e eu sei que eu posso conseguir, eu posso fazer. Sempre tem alguém colocando alguma barreira e dizendo “você não consegue por ser assim”. Já sofri tanto bullying e isso me fez amadurecer como pessoa e sempre que isso acontece eu me esforço o máximo pra ultrapassar meus limites”.</p> <p>“Eu posso me dedicar ao máximo nos estudos, já fui até escolhido estudante destaque aqui no IFAL, mas sempre sou lembrado pela minha aparência física, meu jeito de falar. Eles falam “ele baba, fala estranho...olha a mão dele!”. Aqui na escola faço o possível para interagir, e com toda as</p>

	<p>dificuldades até consigo, mas sei que não tenho amigos de verdade porque na hora que eles precisam de mim sempre ajudo, já quando eu preciso nem sequer tenho alguém para conversar, desabafar de verdade sobre meus problemas. Também acho que isso acontece por que eu não tenho confiança nas pessoas”.</p> <p>“Professor, eu até namoro, mas sempre me sinto diferente. Eu sempre imagino que se eu não fosse um cara especial, se eu fosse normal será que as pessoas me tratariam da mesma forma. Tenho quase certeza que não”.</p> <p>“Aqui na escola sou visto de forma preconceituosa e pra eu tirar da cabeça que sou diferente, tento participar de tudo. Provar pra todos que eu posso fazer tudo que eles fazem e até melhor as vezes”.</p>
Estudante 2	<p>“Eu senti no início da primeira semana, quando comecei a estudar aqui, que alguns me olhavam diferente por não possuir uma das pernas. Mas eu creio que tenha sido impressão né, falta de interagir com a turma, estavam todos um pouco envergonhados por não se conhecerem ainda. Na época, inclusive, eu comentei com o pessoal do NAPNE, tive uma conversa com o psicólogo aqui também, mas aí com o passar do tempo a gente vai conhecendo as pessoas e eu tive a certeza de que eu estava exagerando e fui desencanando, e graças a Deus está muito tranquilo aqui no IFAL em relação a algum tipo de preconceito referente a mim”.</p> <p>“A turma aqui sempre tenta me ajudar de forma bem natural, não me tratam como incapaz, então isso pra mim é muito importante e me fortalece muito, porque eu não deixo com que a minha necessidade especial me limite ao extremo de eu achar que eu não posso fazer aquilo. Entendeu? Então, eu sou um cara que sou muito ativo na minha vida, mesmo com a minha condição. E nunca eu me coloco no direito de achar que eu não posso. Mesmo se eu tentar e não conseguir, mas eu tentei porque eu achava que podia”.</p>

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No Quadro 2, o primeiro relato expressa a dor de enfrentar preconceitos e desafios diários devido a uma condição especial, mas também revela uma grande força de vontade e determinação. A falta de inclusão e empatia na escola e no convívio social impacta profundamente sua autoconfiança e relações interpessoais. No entanto, sua resiliência e desejo de superação mostram que ele não se define pelas limitações que os outros impõem, mas sim pela sua capacidade de lutar e provar seu valor. Já o segundo depoimento demonstra como a percepção inicial de exclusão pode ser influenciada pelo desconhecido, mas também como a interação e o acolhimento da turma ajudaram a desconstruir esse sentimento. A postura ativa e determinada do estudante mostra sua força de vontade em não se limitar pela sua

condição. Seu exemplo reforça a importância do apoio e da inclusão para fortalecer a autoconfiança e a superação.

Os depoimentos dos estudantes revelam a significância do combate ao preconceito e à discriminação, que em sugestão, não deve ser visto apenas como uma questão de justiça social, mas também como um caminho para uma sociedade mais rica e inclusiva, onde todas as formas de existência humana são respeitadas e celebradas. Isso implica, necessariamente, em repensar os modelos normativos e promover políticas de inclusão que garantam a igualdade de acesso a serviços, espaços e direitos, tornando o convívio social mais equitativo e justo.

Certificando o pronunciamento dos estudantes observado no Quadro 2, Marques (2006) discorre:

Observa-se que muitas condições sociais têm sido consideradas e tratadas como desviantes, fato que reflete, nas diversas situações, um julgamento social que se requinta na medida em que as sociedades se aprimoram tecnologicamente em função de valores e de atitudes culturais específicas. Em algumas sociedades, ser negro, ser velho, ser mulher, ser criança, ser PcD...etc, representa uma condição de subalternidade de direitos e de desempenho de funções sociais. É nesse contexto de complexa trama de relações sociais que se manifestam, nas diversas formas de controle, discriminação e opressão, atitudes contra as quais Paulo Freire sempre se posicionou de forma contundente.

Suplementando a lógica de Marques (2006), conforme Freire (1996):

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou a menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso evidentemente escutá-las e se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de cima para baixo. Sobretudo, me proíbo entendê-los.

“Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la. O diferente não é o outro a merecer respeito, é um isto ou aquilo, destratável ou desprezível” (FREIRE, 1996, p. 136).

2.3 Educação Inclusiva em uma perspectiva Omnilateral na EPT

A conexão entre Educação Inclusiva e formação omnilateral está no princípio de promover o desenvolvimento completo e integral do ser humano em todas as suas dimensões, valorizando as diferenças e assegurando a equidade. Levando em consideração esta relação, o que é Educação Inclusiva?

Educação Inclusiva é apresentada como uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação (MEC, 2008).

Entendendo-a no campo dos direitos humanos:

Compreende a deficiência na perspectiva social e conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (MEC, 2008, p. 1).

Em adendo ao exposto pelo MEC na citação anterior:

Alves (2021), destaca que o projeto de escola inclusiva se apresenta como uma necessidade de última ordem, que só se efetiva com a participação de todos.

Para uma melhor compreensão sobre a ligação entre Educação Inclusiva e formação Omnilateral, faz-se necessário a exposição conceitual desta, que por meio da proposição a seguir, de Marx e Engels (2011), é definida.

Devemos buscar uma formação escolar que seja construída tendo como base uma instrução intelectual, física e tecnológica para todos, que seja pública e gratuita não só no ideal, mas na realidade concreta. Não privilegiando apenas um aspecto, mas a totalidade que forma o ser humano, tendo como praxis a unidade e organicidade na formação. Poderíamos definir a formação omnilateral dessa forma, que procura potencializar todas as lateralidades do ser humano. Que leve o ser humano a construção de sua existência de forma emancipada, livre de limitações alienantes.

Marx e Engels, no supracitado, disseminam a ideia de uma formação educacional onde o ser humano busque o equilíbrio em diversas dimensões de sua existência. Aspectos intelectuais, físicos e psicológicos, entre outros, convergem em um único sentido, o de atingir a criticidade necessária para que os indivíduos possam se libertar de pensamentos retrógrados e antievolutionários.

Existe então uma correlação positiva entre Educação Inclusiva e formação Omnilateral, surgindo também um terceiro segmento nesse processo, o qual cita-se a Educação Profissional e Tecnológica. Nessas circunstâncias:

A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres em que se deve considerar, sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além de materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (Manacorda, 2010, p. 96).

Complementando Manacorda (2010), o Ensino Integrado deve partir de um princípio inclusivo, buscando alternativas através de propostas pedagógicas que objetivem a Educação Omnilateral, onde o objetivo é alcançar a emancipação humana. Assim, a Educação Profissional e Tecnológica também se conecta diretamente com a formação Omnilateral e a Educação Inclusiva, pois busca não apenas o desenvolvimento de competências técnicas, mas também a preparação integral do indivíduo para o mundo do trabalho e para a cidadania ativa.

Nesse contexto (Manacorda, 2010), a formação omnilateral propõe o desenvolvimento pleno das capacidades humanas — intelectuais, físicas, emocionais e sociais — que são essenciais para o sucesso na educação profissional e tecnológica. Ao integrar estudantes de diferentes origens e com variadas necessidades, a educação inclusiva promove o acesso equitativo a essas formações, garantindo que todos possam se beneficiar das oportunidades de capacitação técnica e profissional. Essa inclusão diversificada contribui para a construção de um ambiente de aprendizado mais rico, no qual o desenvolvimento integral é estimulado, beneficiando tanto a formação técnica quanto a humana.

Mediante ao enunciado do parágrafo anterior:

Cunha (2020), sinaliza que o Estado democrático de direito tem a obrigação constitucional de garantir a equidade e, conseqüentemente, uma escola que se enquadre nos parâmetros inclusivos que agregue espaços de socialização, sensibilização, legitimação de projetos escolares que possibilitem aprendizagens significativas.

Portanto, inserido no contexto de raciocínio de Cunha, o princípio da equidade é indispensável na EPT, visto que a preparação para o mercado de trabalho deve considerar as diferenças e necessidades individuais dos estudantes. Garantir oportunidades de formação acessíveis e adaptadas a todos os estudantes fortalece a participação social e econômica deles, refletindo a perspectiva de uma formação que visa a atuação crítica e consciente no mundo do trabalho.

Ainda sobre a relação da EPT com a Educação Inclusiva e Educação Omnilateral proposta por Cunha (2020), a convivência com a diversidade no espaço educacional enriquece a EPT, pois promove habilidades essenciais no mercado atual, como a capacidade de trabalhar em equipe, a colaboração e a empatia. Dessa forma, a Educação Inclusiva, ao fomentar a participação social ativa, também prepara profissionais mais conscientes, adaptáveis e preparados para contribuir em

uma sociedade plural e em constante transformação tecnológica.

Compartilhando da mesma opinião de Cunha (2020), a formação Omnilateral, aliada à Educação Inclusiva, oferece uma base sólida para a educação profissional e tecnológica, garantindo que o desenvolvimento técnico seja acompanhado pela formação crítica, social e ética, essencial para o sucesso no mundo do trabalho e na vida em sociedade.

Ainda em uma abordagem sobre formação multidimensional, verifica-se que:

A articulação entre protagonismo juvenil, projeto de vida e Educação integral, disposta na BNCC, é organizada em torno da combinação entre competências cognitivas e socioemocionais (Da Silva, 2022). Dessa forma:

A ênfase nas emoções, o advento da cultura digital e a preocupação com o desempenho em avaliações de larga escala entrecruzam-se com as interpelações pela formação de um jovem criativo, inovador e autoempreendedor, capaz de responsabilizar-se pela emergência de um novo tempo, rico de oportunidades e pleno de disposições subjetivas que o conduzam ao sucesso (Brockling, 2015; Illouz, 2007 *apud* Da Silva, 2022).

E como como se dá a compreensão do protagonismo do estudante?

O protagonismo do estudante é fundamental para a construção do conhecimento durante sua formação. É uma relação dinâmica entre formação, conhecimento, participação, responsabilização e criatividade como mecanismo de fortalecimento da perspectiva de educar para a cidadania. O estudante protagonista está em desenvolvimento permanente, característica que é um pré-requisito para que ele desempenhe um papel autônomo na sociedade (Silva, 2009, p. 3).

Na sociedade atual brasileira, no contexto educacional, tanto se fala em protagonismo juvenil. O incentivo ao protagonismo estudantil nas instituições de ensino tem sido considerado um fator essencial para o desenvolvimento educacional e pessoal dos estudantes (Frazão *et al*, 2023). Por isso, todas as modalidades de ensino (incluindo o Integrado) vêm buscando métodos que estimulem tal autonomia intelectual dos educandos. Dando sequência a este pensamento:

Além de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis, o protagonismo estudantil também é importante para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, como a capacidade de trabalhar em equipe, de se comunicar de forma eficaz, de resolver conflitos e de lidar com situações de pressão. Por isso, é fundamental que as escolas adotem práticas pedagógicas que incentivem a participação ativa

dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem, promovendo a autonomia, a criatividade e o senso crítico (Frazão et al, 2023, p.11).

Assim, a formação do escolar como um todo, ganha destaque neste cotidiano. É a chamada Educação Omnilateral, responsável por se preocupar com o sujeito em suas mais variadas dimensões, as quais, entre outras, citam-se: intelectual, cognitiva, afetiva, social e ética. Para tanto, em proposta, devemos entender o significado da palavra Omnilateral.

Conforme o Dicionário infopédia da Língua Portuguesa, o termo Omnilateral trata-se de um adjetivo de dois (2) gêneros, relativo a todos os lados e figurado que abrange todos os aspectos, dimensões, etc.

O homem novo deve ser unísono com o pensamento marxiano de formação omnilateral, onde o homem deveria ser uma fusão de características hipostasiadas como nacionais: "o engenheiro americano, o filósofo alemão, o político francês, recriando, por assim, dizer, o homem italiano do Renascimento, o tipo moderno de Leonardo da Vinci transformando em homem-massa ou homem coletivo", mantendo suas singularidades individuais (Gramsci, 2005, p. 225).

Na concepção de Gramsci, o ser humano deve ser constituído de atributos provenientes de vários sujeitos diferentes que compõem historicamente a sociedade. Traços estes que partiriam de modelos importados e se materializariam em um perfil Omnilateral, mantendo suas especificidades mais relevantes, ou seja, seriam formados indivíduos plenos em sua formação social, físico e intelectual. Entretanto, esse homem de "novo tipo" apesar de mostrar uma aptidão ampla em resolução de problemas não pode ser tomado como um indivíduo cultural, político e econômico.

Em suporte ao parágrafo anterior, Toledo e Gomes (2013) versam que:

Gramsci propôs a organização de uma escola única, de formação humanista, fundamentada no trabalho como princípio educativo, para que, na prática cotidiana, os homens utilizassem sua capacidade intelectual na superação do senso comum.

Analisando a concepção de Toledo e Gomes (2013), Gramsci contesta o conjunto de ideias, valores e crenças que dominam e influenciam a forma como a sociedade percebe e interpreta a realidade. Essa concepção geralmente é promovida por grupos que detêm poder político, econômico e cultural, tornando-se a visão predominante e muitas vezes naturalizada, ou seja, aceita como "verdadeira" sem questionamento. Contexto este, que vai de encontro com a consciência crítica

que se propõe aos educandos ao se buscar uma formação Omnilateral.

Ainda em compreensão do termo Omnilateral:

Educação omnilateral significa, assim, a concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza (Ciavatta e Frigotto, 2012, p. 265).

Ciavatta e Frigotto (2012), em análise a citação anterior, ressaltam que o multidesenvolvimento do sujeito é proveniente das condições sócio-históricas que permeiam toda sua vivência na sociedade. Desta maneira, a Educação Omnilateral é concebida por intermédio de aspectos que constituem o indivíduo como um todo. Este jeito de pensar o ser humano reflete em uma concepção de educação emancipatória, ao adentrar em um processo de contraposição ao tradicionalismo da educação burguesa unilateral, que é centralizada supostamente em uma natureza individualista, competitiva, sem história, e altamente egoísta ao buscar somente seus interesses próprios.

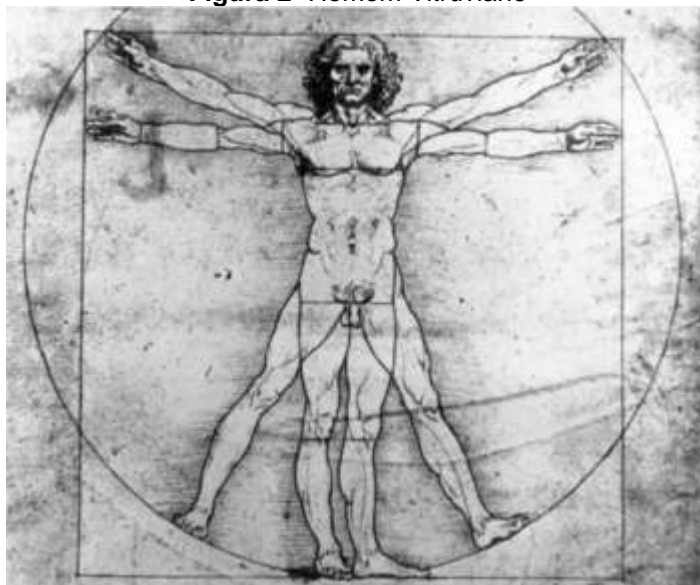
Dando continuidade à linha de raciocínio de Ciavatta e Frigotto (2012), partindo do pressuposto de que o conhecimento humano, em ideia, não deve ser estimulado e concretizado de maneira segmentada, preconceituosa e alienada, a EPT deve manter a relação com os conceitos educacionais criados historicamente através de uma filosofia de educação como totalidade. Este vínculo propicia uma reflexão sobre como instituir um trabalho educacional que busque quebrar paradigmas naturalizados há tempos na sociedade contemporânea, que já se encontram obsoletos e impedem o homem de transformar sua realidade.

Portanto, para Ciavatta e Frigotto (2012), ao promover uma educação crítica e transformadora, é possível desenvolver indivíduos mais conscientes e ativos em sua própria evolução e na construção de uma sociedade justa. Esse processo exige a desconstrução de crenças limitantes e a valorização do conhecimento como ferramenta de mudança social. Dessa forma, a educação passa a ser um meio de emancipação que abre caminho para novas perspectivas e possibilidades.

Na Figura 2, em alusão a uma representação da formação humana multidimensional, destaca-se o Homem Vitruviano (de Leonardo da Vinci), o qual

representa a harmonia e a perfeição nas diversas dimensões do corpo humano, sugerindo um equilíbrio entre o físico, o mental e o espiritual. De forma semelhante, concordando com Ciavatta e Frigotto (2012), a educação omnilateral propõe o desenvolvimento integral do ser humano, abrangendo todas as suas facetas: raciocínio lógico, habilidades práticas, emocionais e sociais. Ambas as abordagens compartilham a mesma essência, buscando formar um indivíduo completo, equilibrado e capaz de atuar de maneira plena em diferentes esferas da vida.

Figura 2- Homem Vitruviano



Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50208301>

A favor da ascensão de uma Educação Omnilateral e pelo declínio da alienação e desigualdade do ser humano Ciavatta e Frigotto (2012):

Pressupõem o desenvolvimento solidário das condições materiais e sociais e o cuidado coletivo na preservação das bases da vida, ampliando o conhecimento, a ciência e a tecnologia, não como forças destrutivas e formas de dominação e expropriação, mas como patrimônio de todos na dilatação dos sentidos e membros humanos.

Ratificando a ideia de Ciavatta e Frigotto (2012), os homens embora sejam seres bastante individuais em busca da manutenção de suas vidas, sempre apresentam êxito ao agir em coletividade. Há então a formação de grupos que buscam interesses em comum, e aí surgem as hierarquias que sempre lutam para serem dominantes. Em contrapartida os grupos sociais dominados buscam sua ascensão, ou pelo menos condições melhores de trabalho, moradia, transporte,

educação, etc.

Ainda sobre a visão de Ciavatta e Frigotto (2012), a divisão interna de uma sociedade sempre traz consigo a formação unilateral dos sujeitos, pelo fato de refletir na escola uma educação desigual e ausente de uma fundamentação histórica que proporcione aos educandos a estabilidade no processo de aprendizado. Estabilidade que é buscada por meio de propostas pedagógicas que tenham como objetivo a Educação Omnilateral, cujo panorama é a emancipação humana.

A pessoa com deficiência apresenta limitações como qualquer outro ser humano livre de necessidades especiais. Todavia quando lhes é oferecida a oportunidade de mudança em sua realidade social ela tende a ser efetiva em todos os campos de atuação, por conta de seu bom nível de adaptação. Essa adaptação segundo Da Silva (2020), faz-se em dupla via, visto que não existe para a pessoa com deficiência uma adaptação unilateral. Nesse sentido, a adaptação acontece tanto da PcD para com o meio em que ela vive e vice-versa, e por esse motivo favorece o crescimento pessoal através de ofertas como necessidade de superação e desafios.

A concepção de Da Silva é potencializada no momento que o processo educacional dessas pessoas é voltado para o desenvolvimento da criticidade e autonomia, fazendo com que elas se tornem capazes de atuar ativamente tanto em demanda física quanto intelectual na promoção de uma sociedade a qual todos possam exercer seu direito de cidadania.

Os movimentos corporais ajudam o estudante a aprender. O corpo e os gestos são fundamentais para a formação geral do ser humano. O movimento, a atividade física torna-se um recurso eficiente de ensino e de aprendizagem. Pessoas com deficiência constroem a imagem do próprio corpo como qualquer outra pessoa. Eles têm dificuldades em usar o corpo, mas, se tiverem consciência disso, conseguem superá-las e aprender com as restrições. O que não pode é fingir que o problema não existe. O ideal seria conversar sobre as limitações e que juntos, estudante e professor, criassem atividades inclusivas que estimulassem no educando a formação omnilateral (Levin, 2005, p. 04).

Seguindo a linha de raciocínio, mesmo que o corpo apresente alguma dificuldade de realizar determinadas atividades ele é fator fundamental para o desenvolvimento psicossocial e cognitivo do estudante, portanto o que importa é o professor levar em consideração a evolução do educando enquanto ser pleno por meio da sociabilização e da inclusão.

Mantendo a mesma sequência de ideias, um dos maiores desafios das escolas inclusivas é deter os estigmas que são criados em torno do desenvolvimento educacional de EcD's, por que é mediante a estas atribuições de características negativas que os educandos tidos como "diferentes" são colocados em uma posição de incapazes. Entretanto, a responsabilidade pela promoção de determinados atos prejudiciais que partem de alguns estudantes não pode ser atribuída exclusivamente a eles, e sim a problemas estruturais no alicerce da cultura brasileira, a qual não demonstra, historicamente, a importância que todos os indivíduos tem na formação de uma sociedade forte e operante em seus variados segmentos.

2.4 Os NAPNES (Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) na Educação profissional e tecnológica (EPT)

A Educação Profissional e Tecnológica apresenta peculiaridades, e no caso dos IF's, que é um dos principais meios de promover esta modalidade educacional no Brasil, existe a presença do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas). De acordo com Anjos (2006, p. 03), esses núcleos são responsáveis pela articulação de ações com a finalidade de garantir a acessibilidade e desenvolver uma cultura de respeito à diversidade e eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e educacionais.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definem quem são os estudantes do público-alvo da Educação Especial, sendo eles, os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Corroborando:

Escola inclusiva é aquela que responde às necessidades educativas de todos os estudantes. É inclusiva por respeitar a diversidade em suas necessidades e não apenas por atender ao público com deficiência. Seja com atenção a percepções de professores sobre inclusão e educação inclusiva, seja em relação a aspectos históricos do movimento de inclusão (Azevedo, 2023, p.288).

Para efeitos de legislação:

Segundo Costa e Cavalcante (2022), no Brasil o atendimento educacional para estudantes com deficiência é respaldado por um aparato legal consolidado a

partir da Constituição de 1988, que assegura os direitos sociais e individuais.

Os autores do parágrafo anterior também argumentam que entre os princípios estabelecidos, destacam-se o direito à educação como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. Por conseguinte:

Conforme Costa e Cavalcante (2022), a educação tem seu foco no desenvolvimento pleno da pessoa, na cidadania e na qualificação para o trabalho, além da garantia de igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Dessa maneira, Costa e Cavalcante, em seu discurso priorizam um cenário para os estudantes com deficiência no qual ocorra a manutenção de um padrão de qualidade no ensino, e equidade no ensino e aprendizagem.

Porquanto:

No Art. 205 da constituição de 1988: A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; e, no Art. 206: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e, VII - garantia de padrão de qualidade (Costa e Cavalcante, 2022, p.412).

Entretanto:

Costa e Cavalcante (2022), ressaltam a discrepância entre o que a legislação prevê e a realidade do atendimento escolar para estudantes PcD's.

Levando em consideração o raciocínio de Costa e Cavalcante, apesar do amplo debate sobre inclusão na educação, na prática, tanto no Brasil quanto em Alagoas, pouco tem sido efetivamente realizado para garantir uma inclusão verdadeira.

Nesse aspecto, ressalta-se a grande dificuldade de se atender os estudantes com deficiência no estado. No tocante às instituições escolares, de maneira geral, percebe-se que elas ainda não estão estruturadas com instrumentos de acessibilidade e atendimentos específicos para os estudantes com deficiência, tais como: "salas de recursos multifuncionais; classes, escolas ou serviços especializados", conforme medidas destacadas no Plano Estadual de Educação de Alagoas (PPE-AL), instituído na Lei N° 7.795, de 22 de janeiro de 2016 (Costa e Cavalcante, 2022, p.413).

Mediante o exposto de Costa e Cavalcante (2022), o estado de Alagoas mostra carência em desenvolver políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento educacional de PcD's. Neste sentido, em auxílio ao progresso social deste público, enquanto formadores de opiniões, também cabe aos

professores que atuam na EPT, e por conseguinte nos programas de pós-graduações voltadas a ela, estimular cada vez mais o desenvolvimento de projetos que de alguma forma modifiquem a situação social dos sujeitos.

Com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a educação deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras (**Lei nº 13.146- 2015 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência**).

Em complemento informativo da legislação contida na citação anterior, referente à inclusão de PcD's, foi instituído o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) nos Institutos Federais. No caso do IFAL o Núcleo foi regulamentado pela Resolução nº 45/CS, de 22 de dezembro de 2014, e versa, em seu artigo 2º, parágrafo único, sobre a denominação de aspectos constituintes de pessoas com deficiência (Brasil, 2014).

Conforme legislação Brasileira oficial, a inclusão de PcD's nas instituições educacionais, de modo geral, é assegurada. Entretanto, nem sempre a estrutura do espaço físico para receber estudantes que apresentam algum tipo de deficiência é adequada. Além deste entrave, ocorre que também a formação dos professores não é satisfatória, em sua maioria, para atender tal público alvo. Portanto é necessária a promoção de políticas de formações continuadas que proporcionem aos docentes conhecer as individualidades dos estudantes PcD's, para então criar trabalhos pedagógicos que envolvam o desenvolvimento integral da pessoa, para então suprir eventuais necessidades a ela referente.

Por conseguinte:

Na perspectiva multifacetada dos contextos da EPT, precisa-se atender, entre tantas outras demandas, ao processo inclusivo, que compreende as especificidades de cada sujeito. No entanto, há de se reconhecer que, embora haja avanços nesse sentido, nem sempre esse contexto, e por extensão os seus agentes, está preparado para contemplar variadas situações de acessibilidade no processo formativo dos sujeitos na/da EPT (Carvalho e Cavalcanti, 2020, p.03).

Carvalho e Cavalcanti dispõem sobre acessibilidade de uma forma geral, e que esta situação não depende exclusivamente dos agentes educacionais de primeira instância (professores, coordenadores educacionais e diretores), mas sim de indivíduos que ocupam cargos superiores como é o caso de secretários e

governantes políticos.

De acordo com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022, documento elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), foi lançado como um dos desafios nacionais, o desenvolvimento de soluções inovadoras para a inclusão produtiva e social. Ainda em relação ao Documento, foi compreendida a relevância dos avanços científicos e tecnológicos para a acessibilidade das pessoas com deficiência, de modo que as novas tecnologias, e sua respectiva disseminação, contribuam significativamente para a inclusão social e para a redução da desigualdade de oportunidades e de inserção ocupacional (Brasil, 2018).

A pessoa com deficiência apresenta limitações como qualquer outro ser humano livre de deficiência. Todavia quando lhes é oferecida a oportunidade de mudança de sua realidade social ela tende a ser efetiva em todos os campos de atuação, devido seu alto índice de adaptação. Mudanças essas, referentes a uma qualificação profissional, educacional, financeira e conseqüentemente de qualidade de vida. Esta concepção é sustentada pelos Institutos Federais em seu trabalho com a EPT na medida em que a verdadeira inclusão social é disseminada através da formação de indivíduos críticos e autônomos, capazes de atuarem ativamente tanto em demanda física quanto intelectual na promoção de uma sociedade onde todos possam exercer seu direito de cidadania.

As tecnologias atualmente presentes em todos os setores da sociedade, funcionam como facilitadoras e potencializadores de saberes adquiridos, auxiliando os professores nos processos de inclusão. Entretanto o acesso dos estudantes é restrito aqueles que possuem um poder aquisitivo financeiro melhor, obviamente pelo alto custo dos aparelhos, e para que todo este contexto não se configure apenas como utopia é necessário a criação de políticas públicas que intervenham para minimizar essas desigualdades de acesso a tais tecnologias.

Levando a realidade do que foi abordado no parágrafo anterior para o ambiente do IFAL Satuba, o NAPNE exerce a função de manter a comunidade escolar envolvida no processo de inclusão dos EcDF's (Estudantes com Deficiência).

Segundo entrevista concedida pela coordenação do NAPNE *campus* IFAL-Satuba, o núcleo é responsável por identificar os EcD's (Estudantes com Deficiência) juntamente com suas necessidades educacionais, orienta o corpo docente sobre adaptações metodológicas necessárias, também a respeito de adequação dos

materiais para que eles se tornem acessíveis, auxilia os professores no planejamento de ensino voltado a PcD's, divulga informações sobre a Educação Especial, e principalmente promove a cultura de respeito à diversidade. Desta maneira, o NAPNE se torna mediador indispensável entre as metodologias propostas para o ensino de EcDF's, sejam elas providas de tecnologias ou não, e docentes.

De acordo a Resolução nº 45/CS - IFAL, que trata sobre a regulamentação do NAPNE:

O NAPNE tem caráter consultivo e propõe ações para a educação inclusiva de pessoas com necessidades específicas no IFAL, orientando melhorias no ensino e aprendizagem de EcD's. Também sensibiliza a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão e diversidade no ambiente educacional.

Em complemento:

Apresenta a finalidade de fomentar a educação inclusiva, tanto ao promover ações que viabilizem os direitos e as políticas públicas das pessoas com necessidades específicas, e ainda que estimulem o respeito às diversidades e contra práticas capacitistas, tanto ao considerar a articulação com o ensino, a pesquisa e a extensão (Resolução nº 45/CS – IFAL, 2014).

Ainda baseado na Resolução nº 45/CS – IFAL, o Quadro 3 apresenta algumas finalidades do NAPNE.

Quadro 3: Finalidades do NAPNE

Fomentar a implementação das políticas nacionais de Educação Inclusiva.
Incentivar, mediar e facilitar os processos de inclusão educacional profissionalizante de pessoas com necessidades específicas na instituição.
Estabelecer, participar e colaborar no desenvolvimento de parcerias com instituições/empresas/organizações que atuem com interesse na educação e na inclusão profissional para PcD's.
Contribuir com o ensino, a pesquisa e a extensão nas questões relacionadas à inclusão de PcD's no âmbito estudantil e no mercado de trabalho.
Divulgar as ações implementadas por campus, socializando as experiências no âmbito interno e externo do IFAL.
Promover diálogos que incentivem o respeito à diversidade.
Buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, comunicacionais e atitudinais na instituição.

Fonte: Adaptado da Resolução nº 45/CS – IFAL – 2014.

Tendo em vista o que foi apresentado sobre a Resolução nº 45/CS – IFAL – 2014, em síntese, a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) deve, de fato, ter os mesmos objetivos que para os demais: preparar para o mercado de trabalho por meio da qualificação profissional. No ensino integrado, onde há uma formação abrangente, a preparação para o exercício de funções na sociedade é um aspecto central que não pode ser ignorado.

Nessa linha, os serviços de apoio, como o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), têm um papel essencial. Eles devem focar principalmente em facilitar o processo de ensino e aprendizagem, assegurando que todos os conteúdos curriculares estejam acessíveis e compreensíveis para esses estudantes. Isso inclui adaptar metodologias, recursos e oferecer apoio individualizado, promovendo uma inclusão efetiva e uma igualdade de oportunidades no ambiente educacional e, conseqüentemente, no mercado de trabalho.

Ainda sobre a Resolução nº 45/CS – IFAL – 2014, o NAPNE mostra relação direta com preceitos que regem a Educação Inclusiva. Combate ao preconceito, acessibilidade e melhoria de aprendizagem são alguns deles, que por sua vez estão presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-2019/2023) do IFAL. De acordo com este documento, no que tange os objetivos estratégicos, indicadores e metas do IFAL, são criadas condições para atender as demandas das pessoas com necessidades específicas e grupos sociais historicamente excluídos (Objetivo 3).

Na Tabela 1 o objetivo 3 do PDI IFAL (2019-2023) é detalhado.

Tabela 1: PDI IFAL, 2019-2023 – Objetivo 3

OBJETIVO 3: CRIAR CONDIÇÕES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS E GRUPOS SOCIAIS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS		
INDICADORES	DESCRIÇÃO	META
Formação em educação inclusiva	Quantifica o total de formações em educação inclusiva realizadas nos Campi e na Reitoria, ofertadas aos servidores do Ifal.	100 %
Percentual de salas do NAPNE equipadas	Mede o percentual de salas do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) equipadas para atender à demanda dos estudantes com necessidades específicas nos Campi.	60 %
Profissionais especializados contratados	Mede o percentual de profissionais especializados contratados para atender às demandas dos estudantes com	100 %

	necessidades específicas.	
Proporção de concluintes com necessidades específicas	Mede o percentual de estudantes com necessidades específicas que concluíram o curso.	43%

Fonte: Adaptado com base no PDI IFAL, 2019-2023.

2.5 Entendendo as dificuldades docentes no ensino de PcD's: A Importância da Sociabilização nas instituições de ensino e no processo educacional

Para que o professor venha desenvolver um plano de ensino satisfatório, em proposta é necessário que ele conheça as individualidades de seus estudantes, pois nenhum ser pode ser generalizado enquanto suas capacidades físicas, emocionais e cognitivas.

Para que o quadro discorrido no parágrafo anterior não se transforme em mero discurso, é necessário que o professor adquira a confiança desses educandos, tendo essa condição atingida somente pelas interações entre ambos. Recomenda-se que o educador busque conhecer melhor seu estudante com deficiência, no que tange aos aspectos sociais, físicos, familiares e até mesmo de ordem pessoal, se for o caso. Diante deste contexto, o Ministério da Educação, no que tange a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, baseado na Portaria Ministerial nº 555 de 5 de junho de 2007, ressalta que:

É necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do estudante. De acordo com a limitação apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do estudante nas situações prática vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida (Brasil, 2007, p. 29).

Em consonância com o excerto proposto pelo Ministério da Educação, é imprescindível que além de todo esse entendimento adquirido em se lidar com o EcD, o professor ou a equipe multidisciplinar também tenham a sua disposição uma estrutura com materiais didáticos que possam atender as específicas necessidades desses estudantes.

Complementando:

Em relação aos problemas na formação educacional de PcD's em nível nacional, destacam-se a possibilidade de falta de preparo profissional dos

envolvidos nesse processo e a ausência de políticas públicas adequadas que contemplem as diferenças desses estudantes e suas devidas adequações. No entanto, o principal desafio reside na escassez de um olhar humanitário por parte dos responsáveis pelo desenvolvimento das políticas educacionais voltadas para os EcD's.

Na idade antiga, em Esparta crianças portadoras de deficiências ou mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono. Na idade média as crianças que nasciam deformadas eram jogadas nos esgotos da antiga Roma. As leis romanas não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. A população encarava o nascimento de pessoas com deficiência como castigo de Deus. Os supersticiosos viam os com deficiência como feiticeiros ou bruxos (Pessotti, 1984, p.12).

Pessotti destaca que, ao longo da história, a visão humanitária sobre as Pessoas com Deficiência era praticamente inexistente. Essas pessoas eram frequentemente submetidas a violências físicas e psicológicas, vistas como amaldiçoadas ou inválidas, e associadas a um simbolismo demasiadamente negativo. A sociedade as marginalizava, tornando-as alvo de preconceitos, e em muitos casos, elas eram até mesmo assassinadas. Embora essa mentalidade do passado ainda encontre reflexos na sociedade atual, com líderes sociais que muitas vezes perpetuam esses preconceitos, é possível transformar essa realidade. Nesse cenário, o educador desempenha um papel crucial, propondo estratégias que incentivem a autonomia crítica dos educandos com deficiência, para que eles compreendam seus direitos, exerçam sua cidadania e contribuam ativamente para a sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, afirma em seu Artigo 1, que: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade (Brasil, 1998).

Desta forma, em complemento a linha de pensamento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, analogicamente em meio a tempos contemporâneos, as oportunidades deverão ser estendidas a todos e os atos preconceituosos têm que ser veemente combatidos, esta iniciativa deve partir dos cidadãos, de uma forma geral, até chegar nos sujeitos responsáveis pelas lideranças

públicas, para que finalmente a Pessoa com Deficiência possa ser incluída realmente nos processos educacionais.

Em conformidade com o parágrafo anterior, em âmbito educacional, o professor, na condição de formador de opinião pública, exerce um papel fundamental de influência em mudanças comportamentais voltadas ao fenômeno de educar, e através de suas atitudes profissionais teórico-práticas ele poderá conscientizar os EcD's no sentido de serem capazes de superar suas limitações e atingir o objetivo de ensino e aprendizagem esperado pelos agentes educacionais. Como isso seria feito? – Em sugestão, utilizando-se da aplicação de atividades práticas adaptadas, que permitam aos estudantes vivenciarem o conteúdo de forma inclusiva. O professor pode promover debates e reflexões em sala de aula, valorizando as potencialidades de cada indivíduo, independente de suas limitações físicas.

Além disso, o ambiente deve ser acolhedor e livre de preconceitos, incentivando a colaboração entre todos os estudantes, PcD's e não PcD's, para que reconheçam as diferentes formas de aprender e se desenvolver. Através de estratégias pedagógicas inclusivas, como a adaptação de materiais didáticos e o uso de tecnologias assistivas, o professor pode possibilitar que todos os estudantes tenham acesso ao conteúdo de forma equitativa. Dessa maneira, ele não só facilita o processo de ensino e aprendizagem, como também contribui para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as diferenças são vistas como oportunidades de crescimento mútuo.

Adaptar atividades pedagógicas é fundamental para promover a inclusão e garantir que todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem. Isso ajuda a criar um ambiente educacional mais justo e equitativo, além de atender às necessidades específicas de cada aluno, proporcionando um desenvolvimento mais completo e eficaz (Costa, 2024).

Pautado na ideia de Costa, no contexto educacional, sem atividades adaptadas não existe a mínima possibilidade de inclusão social, pois cada indivíduo, quer ele seja EcD ou não, manifesta suas distinções e necessidades particulares. Então é excencial que os professores também ouçam, antes de tudo, seus estudantes, pois desta maneira alguns caminhos no processo de ensino e aprendizagem podem ser encurtados/facilitados.

Portanto:

Antes de pensar em aplicar vários métodos de ensino, o docente deve ter a iniciativa de interagir com o discente, pois o próprio pode ter sugestões simples e incríveis para solucionar determinados problemas. É muito importante que o professor perceba em seu trato com o educando categorias como acessibilidade, percepção do estudante quanto ao acolhimento da escola, sua percepção como PcD e percepções frente a atividades que exigem força física, entre outros.

Ainda sobre a visão de Costa, todos os métodos de ensino e aprendizagem, uns mais outros menos, são relevantes para o desenvolvimento de uma educação plena e inclusiva, entretanto o ato de se praticar o altruísmo é o que faz a diferença no atual mundo em que vivemos, o qual as pessoas são extremamente individualistas e até mesmo egoístas. Em sugestão, o docente deve pensar em seu educando como uma pessoa que precisa ser ouvida, para que por vez seus anseios e dificuldades sejam entendidos de forma que contribua na facilitação do ensino e aprendizagem.

Na medida em que o professor orienta sua forma de ensinar ao ato de escutar o estudante, a interação promovida se baseia em respeito e empatia, aspectos indissociáveis da sociabilização. Esse clima acolhedor contribui para que o educando consiga expressar suas queixas, dilemas, desejos, dificuldades e interesses não somente para aprender, mas também relacionado a habilidades de convivência. Esse panorama traz a sociabilização como fator preponderante para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, e por isso é indicado que seja sempre motivada pelo professor.

Então, sobre a sociabilização:

A sociabilização pode ser definida como o processo pelo qual o indivíduo assimila e aprende as regras básicas do modo de vida de uma sociedade e este processo acontece mediante a interiorização da cultura de determinada organização social em que o indivíduo vive. A partir disto, pode-se afirmar que a sociabilização envolve, fundamentalmente, práticas educativas, já que nela, alguém ensina outrem a se comportar (Ramos, 2018).

Dado o que Ramos (2018) externou, de fato, a sociabilização é um processo educativo, pois implica a transferência das formas de conhecimento, valores e comportamentos que possibilitam a coexistência e a adaptação do indivíduo a seu ambiente social. Enquanto criança, as pessoas aprendem regras, normas e costumes por meio de práticas educativas que são transmitidas por seus familiares,

professores e outros membros da sociedade, que por sua vez atuam como mediadores dessas informações comportamentais e atitudinais consideradas ideais para cada grupo social.

Em adendo a concepção de Ramos (2018):

O processo educativo dito sociabilização é necessário a fim de que o ser humano perceba e respeite as regras do convívio em sociedade, o que torna sua interação e colaboração com o grupo mais fácil. Desta forma, quando se lhe diz o que é aceitável e o que é condenável, a sociedade permite que o indivíduo aja de acordo com a expectativa coletiva. Deste modo, a sociabilização se torna um processo educativo, pois o indivíduo é orientado a viver em cooperação com os outros. Por conseguinte:

De acordo com Meneghin e Mendes (2020), as escolas são tidas como uma das principais agências sociabilizadoras numa sociedade.

Tendo por base Meneghin e Mendes (2020). As instituições de ensino são pontos de encontro de uma grande variabilidade de personalidades e consciências, e dentro de um contexto onde esse ambiente educacional é voltado para jovens, questões relacionadas a divergências de ideias aparecem com frequência. Os estudantes encontram-se num estado de formação intelectual e discernimento crítico, por isso existe a necessidade da transitoriedade de conhecimentos entre eles.

Nesse contexto:

Os grupos de educandos tendem buscar pessoas que tenham características semelhantes para interagirem, e por esse fato quando se trata de PcD's isso se torna em teoria mais difícil.

Corroborando:

Quando a interação social não acontece, conseqüentemente não existe sociabilização, ou seja, há uma relação diretamente proporcional entre ambas. O educando pelo fato de sociabilizar estará internalizando conhecimentos oriundos da troca de informações com outros discentes. Levando isso em conta, a sociabilização torna-se praticamente indispensável no cotidiano de uma pessoa quando o contexto é de ensino e aprendizagem, independentemente se os estudantes forem PcD's.

Atualmente, as escolas brasileiras têm assumido diferentes papéis entre os estudantes. Além da formação cognitiva e preparação para o mundo profissional, as escolas representam espaços de protagonismo e expressão das culturas juvenis. É na escola que os jovens interagem socialmente com pessoas que apresentam

formação familiar diversa da sua, experienciando uma amostra daquilo que irão enfrentar durante toda a vida adulta (Souza e Thompson, 2019).

Relativo à perspectiva de Souza e Thompson (2019), a escola é um espaço importante para que os estudantes desenvolvam aspectos referentes a relações pessoais, ou seja, os jovens aprendem a conviver com educandos de diferentes origens e culturas, portanto, a escola não deve ser vista como um meio limitado a conteúdos acadêmicos, mas sim uma instituição que também é, em tese, responsável por uma formação pluralista, na qual os estudantes se respaldarão para atender as demandas reais da sociedade contemporânea.

Ainda referente ao papel da escola no sentido da sociabilização:

A Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.²

Diante do exposto na citação da BNCC, cabe à escola cumprir com as diversas responsabilidades que lhe são atribuídas, para então arcar com algumas missões que são primordiais, como: Promover a troca de saberes por meio do confronto de conhecimentos, fomentar a cultura de direitos humanos, e sociabilizar os estudantes em preparo para exercer sua plena cidadania.

2.6 Práticas Lúdicas e brincadeiras como meios de inclusão

As instituições educacionais são um dos grupos primários de nossa sociedade, locais onde o ser humano vive e se desenvolve. De acordo com Kishimoto (2002, p. 07), a presença de uma didática lúdica, inovadora e rica em criatividade se torna importante pelo fato de que a sociedade contemporânea tem vivenciado com mais profundidade a Educação e os aspectos que a acompanham. Portanto ao incorporar abordagens lúdicas e criativas, é possível promover um ensino mais dinâmico e significativo, alinhado com as necessidades e os desafios da sociedade atual.

² BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018, p. 14.

Entendendo sobre a ludicidade tem-se então, que:

A palavra lúdica vem do latim *Ludus*, significa jogo, divertimento, brincadeira, brincar, sendo o lúdico a essência do ser humano. Antes de o ser humano se tornar *Homo Sapiens* - um ser pensante, e, *Homo Faber* – aquele que faz, ele se constitui como *Homo Ludens* – um ser lúdico, que brinca, joga e interage de forma lúdica conforme a sua realidade (Huizinga, 2014).

Em consenso com os pressupostos de Kishimoto e Huizinga (2014), evidencia-se que o regimento de evolução educacional só se mostra eficaz se estiver intimamente ligado ao histórico dos aspectos afetivo, emocional, social e cognitivo-motor que compõem cada educando. Toda a gama de experiências que o indivíduo traz consigo em toda sua vida, faz com que seu desenvolvimento físico-intelectual mostre evolução e seja satisfatório, e por isso não pode ser desconsiderada em todo o processo de ensino e aprendizagem de um PcD. Como esses aspectos podem ser aperfeiçoados para que sempre estejam auxiliando no progresso educacional das Pessoas com Deficiência? – Levando em consideração o tema que está sendo alvo de pesquisa, a partir da inserção de práticas lúdicas presentes nos conceitos, procedimentos e atitudes que constituem jogos, brincadeiras e esportes a nível recreativo.

Contudo, é importante ressaltar que as práticas lúdicas podem ser adaptadas a todos os componentes curriculares, e que por se tratar de um estudo voltado para o desenvolvimento integral do sujeito, busca-se a interdisciplinaridade.

Em reforço ao excerto anterior:

O brinquedo, o jogo e a brincadeira são considerados, por muitos autores, como termos diferentes, por outros são tidos como sinônimos que devem ser trabalhados dentro do lúdico. A união dos três elementos valoriza a educação, ou seja, jogos, brinquedos e brincadeiras seriam tratados como instrumentos privilegiados de desenvolvimento e apropriação do conhecimento pelo indivíduo na prática pedagógica, sendo assim tais práticas se tornariam cotidianas no processo ensino e aprendizagem de crianças e jovens, e por este fator um riquíssimo componente, se não o principal, na proposta curricular (Kishimoto, 2002, p. 09).

Em entendimento a citação, tem-se que a hipótese proposta concretiza-se a partir do momento em que o contexto histórico da educação mostra que o lúdico é fator modificador (ainda mais se for feito de forma a utilizar-se de novas técnicas), pois é através dele que alguns procedimentos pedagógicos se tornam mais ricos no

sentido de proporcionar maior prazer para os sujeitos envolvidas no processo educacional. Perante isso:

A ludicidade age como mediadora educacional indispensável para qualquer tipo de método utilizado, independente das limitações e necessidades dos estudantes.

Então:

O lúdico é uma alternativa nas dificuldades de aprendizagem, pois a criança e o jovem podem ser trabalhados individual ou em atividades coletivas. Passando a se conhecer melhor, criará estratégias para um melhor aprendizado, que será prazeroso e significativo. O lúdico é importante em todas as fases da vida, por possibilitar, a interação do indivíduo com o mundo externo, formando conceitos, ideias, relações lógicas, socialização, absorvendo o indivíduo de acordo com seu ritmo e potencial, fatores estes de suma importância para o desenvolvimento educacional de todos (Cebelo, 2012, p. 08).

Ratificando a ideia de Cebelo (2012), as atividades lúdicas são indispensáveis na formação educacional também de PcD's, visto que dependendo do tipo de necessidade especial, estas apresentam um baixo poder de assimilação e retenção de conhecimentos. Assim, a ludicidade quando utilizada de forma espontânea em qualquer metodologia pedagógica se transforma em um objeto didático eficaz, pois o estímulo cognitivo quando é feito de forma involuntária, imperceptível e prazerosa apresenta um rendimento bem mais satisfatório.

Dando continuidade sobre o discurso de Cebelo (2012), as práticas lúdicas proporcionam prazer, satisfação e interesse, por isso precisam fazer parte do contexto de uma instituição educacional visando sempre atender necessidade de estimular a curiosidade, a criticidade e a criatividade na busca de incentivar o interesse do educando. Portanto:

Para Cebelo (2012), fatores indispensáveis para que se desenvolva inclusão em âmbito escolar.

Sobre a inclusão:

A legislação atual e oficial do Brasil que corresponde aos direitos e deveres do PcD, relacionados à educação vem tendo mais consistência. Entre algumas leis se destaca a de nº **13.146-2015** (Lei brasileira de inclusão da Pessoa com Deficiência - PcD). Ela legisla que em todos os níveis de ensino a inclusão de Pessoas com Deficiência é obrigatória.

Segue trecho da lei:

Com base na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino; garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras (**Lei nº 13.146-2015** – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência).

Em complemento informativo da legislação referente aos processos de inclusão de PcD's, foi instituído o NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) nos Institutos Federais, que foi regulamentado pela Resolução nº 45/CS, de 22 de dezembro de 2014, e versa, em seu artigo 2º, parágrafo único, sobre a denominação de aspectos constituintes de pessoas com deficiência (Brasil, 2014).

O ato de proporcionar inclusão não é de responsabilidade única docente, mas sim de um conjunto de fatores no qual ele faz parte. Questões como acessibilidade e metodologias apropriadas, oriundas do curso como um todo, se aliam a todo o procedimento de ensino de cada professor para que então a inclusão educacional e social seja concretizada.

A concepção construtivista pressupõe estratégias de intervenção pedagógicas manifestadas através da interação entre educação intelectual e corporal e de um conceito de autoconstrução, ou seja, o processo de elaboração do conhecimento se dá a partir da participação e intervenção ativa do indivíduo em todas as atividades de aprendizagem. A complexidade do processo da construção do conhecimento exige que o professor exerça o papel de agente estimulador dessas relações de interação-inclusão em que o indivíduo passa a ser um agente ativo (Vargas, 2011, p.3).

Vargas (2011), expõe a importância da relação entre educação intelectual e corporal para se trabalhar métodos inovadores de ensino, ou seja, é necessário que o professor entenda que a primeira não se trata de reter conhecimento restrito sobre determinado conteúdo ou prática, mas sim buscar meios para que se possa analisar e raciocinar para então tirar suas próprias conclusões. No que se refere a educação corporal, é o entendimento do indivíduo como um todo, enquanto ser humano físico, mental e espiritual. Percebe-se então que a educação intelectual é atingida através do equilíbrio de todos os aspectos que constituem a educação corporal. Considerando o escrito do presente parágrafo:

É através do corpo que tudo se inicia: a aprendizagem, a relação com o outro, o prazer, a harmonia, o amor, a compreensão, o equilíbrio emocional, intelectual e profissional (na vida adulta), os conflitos. Nesse sentido, o ser

humano deve despertar para a sua existência, para a recuperação da harmonia interna, do equilíbrio e da unidade consciente com toda a vida (Silva e Weiss, 2004, p. 83).

Alinhado com Silva e Weiss (2004), o professor além de ser mediador na construção da autonomia crítico-intelectual, devem ficar alerta em incluir não somente aqueles que tem algum tipo de necessidade especial visível, mas sim todos, pois é papel da escola ensinar a conviver com as diferenças de forma geral. O educador como agente educacional que é, entre outras pessoas também gerencia os processos de ensino e aprendizagem em âmbito escolar, representa a escola e tem entre seus objetivos trabalhar a sociabilização por meio de práticas corporais que esclareçam a respeito das necessidades do estudante, o qual demonstra parte de sua história por meio de seu corpo, então, cabe ao docente saber interpretar a linguagem corporal que cada discente tem.

Em adendo:

Relacionar isso com práticas lúdicas significa reconhecer que o lúdico pode ser um caminho importante para promover essa inclusão e sociabilização por meio de atividades corporais.

Ainda em concordância com o posicionamento de Silva e Weiss (2004), atividades lúdicas, que envolvam jogos, brincadeiras e esportes de cunho recreativo, permitem que os estudantes expressem sua individualidade e história de forma natural e descontraída. O lúdico valoriza a participação de todos, independentemente das habilidades, promovendo um ambiente onde as diferenças são aceitas e respeitadas. Nesse contexto o professor pode observar a linguagem corporal dos estudantes, como suas reações, interações e formas de comunicação, permitindo uma compreensão mais profunda de suas necessidades e potencialidades.

Com isso:

O corpo também se torna um canal de comunicação pelo qual os estudantes manifestam sua identidade, cultura e experiências de vida. Cabe ao professor, quando interpretar essas manifestações, facilitar a inclusão e a convivência harmoniosa com as diferenças. Assim sendo, métodos pedagógicos embasados em ludicidade promovem um ambiente de respeito, empatia e compreensão mútua, fundamentais para a construção de uma sociedade inclusiva e solidária, objetivos que o educador, em sugestão, deve sempre ter em mente ao planejar suas aulas.

O homem se apropria da cultura corporal dispondo sua intencionalidade para o lúdico, o artístico, o agonístico, o estético ou outros, que são representações, idéias, conceitos, produzidos pela consciência social e que chamaremos de significações objetivas, com a realidade da sua própria vida, do seu mundo e das suas motivações (Coletivo de autores, 2009, p. 62).

Diante da visão do livro intitulado “Coletivo de Autores”, propõe-se um desenvolvimento global do ser humano partindo de um histórico o qual sua corporeidade é construída por meio da ludicidade, entre diversas dimensões.

Na concepção no parágrafo anterior, é por meio da interação do corpo com as práticas lúdicas (jogos e brincadeiras) vivenciadas que o estudante apresenta desenvolvimento educacional, pois é por intermédio de tal corporeidade³ que cada ser humano explora e expressa as diferentes dimensões de sua personalidade.

Dessa maneira, Marques (2022), versa que:

As interações sociais promovidas quando jogamos e brincamos coletivamente anunciam o jogo e a brincadeira como ferramentas para trabalhar as relações sociais e a expressão de sentimentos, emoções, valores e atitudes.

Continuando a linha de pensamento do livro Coletivo de Autores e de Marques, as práticas lúdicas, como brincadeiras e jogos, são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem, pois além de estimularem o desenvolvimento motor, também contribuem para o aprendizado social, emocional e cognitivo. Portanto:

A brincadeira, além do divertimento traz outros benefícios fundamentais como: Inclusão, integração, socialização, desenvolvimento das habilidades motoras, do pensamento, dos reflexos, o respeito as regras do grupo, vivacidade, fantasia, e desenvolvimento dos aspectos psicológicos do estudante (Cunha *et al*, 2021).

Por conseguinte:

As brincadeiras, os jogos, os brinquedos, estimulam a curiosidade, a iniciativa e autoconfiança no estudante, proporcionando aprendizagem, colaborando com o desenvolvimento da linguagem do educando. Dessa forma, ressaltamos que as atividades lúdicas devem ser valorizadas e divulgadas em todas as escolas como instrumento facilitador e construtor de conhecimentos dentro do processo de inclusão de estudantes com

³ Para Dal-Col e Galvão, a corporeidade ocorre no terreno da vivência, no espaço da mediação entre o somático e o psíquico [...]. A noção de corporeidade inaugura e resgata a dimensão total e afetiva do ser. Para abarcar seu significado é preciso vestir-se de simbologia, de transcendência, de imanência, vestir-se de vivência. Najmanovich, (2001) afirma que assumir essa posição é pensar em uma multidimensionalidade da experiência corporal, é conceber uma nova visão de corpo: “corpo vivencial” ou “corpo experiencial”.

necessidades especiais. Todavia, cabe aos educadores considerar o brincar como uma prática cotidiana e enriquecedora de sua dinâmica metodológica, em sala de aula, para que ocorra o desenvolvimento do discente em todas as suas potencialidades (Idem).

Em concordância com o escrito de Cunha (2021), as práticas lúdicas oferecem um espaço onde os jovens podem experimentar diferentes papéis, aprender regras sociais e, ao mesmo tempo, desenvolver habilidades de cooperação, resolução de problemas e criatividade. A ludicidade, portanto, permite que os educandos explorem suas emoções e relações interpessoais de forma segura e divertida, promovendo um aprendizado integrado que envolve corpo, mente e sociedade.

Conseqüentemente:

Essas práticas são essenciais para a formação de cidadãos plenos, como destacado na visão do livro "*Coletivo de Autores*", onde o desenvolvimento humano não é visto de forma fragmentada, mas integrado em várias dimensões. Através da ludicidade, a escola propicia um ambiente onde a aprendizagem se dá de forma dinâmica e envolvente, preparando o indivíduo para os desafios sociais e culturais da vida adulta.

Em sugestão, deve se lembrar que a sociedade atual não permite de maneira tão fácil a instalação de pensamentos emancipatórios. Ainda na busca de organizar teorias e práticas que propiciem uma educação de raciocínio independente e que traga à Pessoa com Deficiência a possibilidade de uma formação integral, práticas lúdicas se fazem primordiais neste sentido, e são também por meio delas que a Educação Omnilateral se fortalece cada vez mais em busca da quebra de barreiras sociais que são impostas às PcD's.

3. MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Tipo de estudo- Esta investigação baseia-se no método de pesquisa observacional, com abordagem de caráter qualitativo. Como parte indispensável da investigação, as primeiras aproximações com o objeto de estudo se deram com uma revisão bibliográfica, objetivando um aprofundamento sobre a temática.

A escolha de uma investigação de cunho qualitativo foi feita porque “a combinação deste tipo de dados podem vir a enriquecer a compreensão de eventos, fatos e processos” (Gatti, 2004, p. 4). Também porque esta “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (Gerhardt e Silveira, 2009, p. 31). Então, estudos qualitativos, por mais que se utilizem de dados quantitativos em algum momento, sempre priorizam análise de processos em andamento a partir de uma visão interpretativa. Esta linha interpretativista favorece amplamente a autorreflexão dos participantes. Fundamentando:

A preocupação de pesquisadores que empreendem estudos qualitativos não reside na representatividade numérica dos dados, apesar de que possam existir estes tipos de informações, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, ou de uma organização, entre outras atenções (Wolffenbuttel, 2023, p.41).

3.2 Local do estudo- A pesquisa se desenvolveu no IFAL *Campus* Satuba entre os anos de 2022 e 2023. Localizado na rua 17 de agosto S/N, zona rural em Satuba-AL (CEP: 57120-000), este *campus* oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio em áreas como Agropecuária e Agroindústria, cursos subsequentes em Agropecuária, EJA (Educação Profissional e Tecnológica) em Informática e Processamento de Dados, e um curso superior de Tecnologia em Laticínios.

A quantidade de estudantes matriculados nos anos de 2022 e 2023 foi em média 578, nos cursos já citados, e o corpo docente em número de 69.

Com mais de cem anos de história, o Instituto Federal de Alagoas - *Campus* Satuba, ocupa hoje uma propriedade com 157 hectares, que incluem área construída e áreas produtivas (agrícola e pecuária). Seus prédios mais antigos são o Prédio Central, onde se concentram parte das atividades diretivas e administrativas, o Casarão, onde funcionam atividades letivas e de extensão, e a Capela de São

José.

As construções mais recentes incluem blocos de salas de aulas e outros prédios para desenvolvimento de atividades educacionais, assistenciais, administrativas, científicas e produtivas.

O IFAL Satuba dispõe de laboratórios voltados para o ensino básico (Física, Química, Biologia e Microbiologia); para o ensino de Agropecuária (agricultura, fruticultura, bovinocultura, suinocultura, caprinocultura, avicultura, piscicultura); e Agroindústria (abate de aves, abate de suínos, processamento de carnes, processamento de frutas, laticínios e físico-química).

O Curso Superior de Tecnologia em Laticínios dispõe de prédio próprio, com salas de aula e um Laboratório de Análise Sensorial.

O *campus* Satuba também dispõe da Biblioteca Benevides Valente Monte, com mais de 3 mil livros, um auditório com capacidade para 147 pessoas, e uma cantina.

A estrutura de assistência estudantil dispõe de um refeitório e setores para atendimento médico, odontológico, nutricional, psicológico e de serviço social. O *campus* Satuba é o único do IFAL que possui uma residência estudantil. Para atividades de esportes e lazer, dispõe de um campo de futebol gramado, quadra poliesportiva externa, campo de areia, academia ao ar livre e um Espaço (quadra) Multieventos coberto.

O prédio conta também com banheiros internos e externos, vestiários masculino e feminino, sala de leitura, refeitório e cozinha e sala de professores.

Obs.: Todas as informações do presente subitem tiveram como fonte o site oficial do IFAL (<https://www2.ifal.edu.br/campus/satuba>).

3.3 População e amostra- Referente a população, a pesquisa contou com a contribuição dos integrantes do NAPNE (*campus* Satuba), os quais citam-se: 1- Uma Assistente Social; 2- Uma Enfermeira; 3- Uma Advogada; 4- Uma Professora de Letras; 5- Uma Cientista Social; 6- Uma Cuidadora Educacional; 7- Um Coordenador Pedagógico; e, 8- Uma Professora de Artes. Também houve a participação de 2 EcD's (IFAL *campus* Satuba) nas entrevistas, com o intuito de fundamentação por meio de depoimentos. Todas as pessoas que preencheram os formulários online e responderam a(s) entrevista(s) apresentavam idade a partir de 18 anos. A amostra foi em um número de 10 pessoas.

3.4 Instrumentos de coleta de dados e Variáveis do estudo- Foram utilizados formulários online e entrevistas semiestruturada. A quantidade de inquirições impostas a cada sujeito da pesquisa se resumiu a 48 (quarenta e oito). No formulário online (Formulário 1) de diagnóstico de aceitação da proposta do estudo foram 05 perguntas, no formulário online (Formulário 2) destinado a traçar o perfil dos profissionais envolvidos na pesquisa foram 17 perguntas, as perguntas que constaram nas entrevistas para os integrantes do NAPNE foram em número de 15, as perguntas que constaram nas entrevistas para os 2 EcD's do IFAL-Satuba foram em número de 10 e por último uma (01) pergunta no formulário de avaliação do PE (Formulário 3) que foi respondida pelos membros do NAPNE.

De acordo com as respostas dos participantes da pesquisa, ao serem indagados nas entrevistas e formulários online, surgiram algumas variáveis que influenciaram diretamente nas respostas, entre elas citam-se: 1- Perfil do estudante referente ao tipo de Deficiência; 2- Perfil do profissional que compõe o NAPNE enquanto sua área de atuação; 3- Tipo de atividade lúdica e sua adaptação; 4- Acessibilidade arquitetônica; 5- Recursos didáticos adaptados para execução das práticas lúdicas; 6- Objetivo educacional voltado para as habilidades técnicas e sociais; 7- Engajamento enquanto participação e motivação dos estudantes; 8- Metodologia voltadas para abordagens inclusivas; 9- Desafios relacionados as barreiras sociais e limitações dos EcDF's; e, 10- Resultados no impacto do aprendizado e autonomia dos estudantes.

O contraste extremo entre as respostas dos 08 participantes foi reduzido, visto que todos estavam inseridos respectivamente no mesmo ambiente de trabalho (IFAL *campus* Satuba).

3.5 Procedimentos para coleta de dados- Para o critério de inclusão de referências, considerou-se: (a) Arquivos publicados entre os anos de 2000 e 2024 (exceção aqueles considerados clássicos de extrema relevância ao tema); (b) Arquivos publicados a nível nacional; e, (c) Arquivos relacionados de forma relevante ao objeto de estudo. Essas referências foram extraídas de fontes acadêmicas, especialmente aquelas que oferecem acesso a publicações científicas de teses, dissertações e artigos. Algumas fontes, entre outras, incluem: 1- Periódicos da CAPES; 2- SciELO (Scientific Electronic Library Online); 3- Google Scholar (Google Acadêmico); 4- LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da

Saúde); e, 5- Portal do MEC (Ministério da Educação). A busca por referenciais teóricos foi feita utilizando-se dos descritores “ Educação Profissional e Tecnológica, Inclusão, Pessoa com Deficiência, Práticas Lúdicas e Produto Educacional”. A estas palavras chaves foram acrescentadas os marcadores (Strings) “E” e “OU”, com objetivo de indicar para a base de dados que a busca deve integrar as palavras chaves ou isolá-las dando alternativa de escolha.

O Critério de exclusão delimitou as referências a partir de: (a) Não manter qualquer relação com a pergunta norteadora (problema); e, (b) Arquivos não traduzidos para a língua portuguesa a nível nacional.

Cento e dez (110) referências (artigos, monografias, revistas e livros entre outros) foram analisadas, entretanto, devido aos critérios de Exclusão, 91 (noventa e um) delas foram utilizadas na produção da pesquisa.

Para o critério de inclusão dos participantes que responderam o(s) formulários(s) e/ou entrevista(s), considerou-se: (a) Maioridade; e, (b) Compôr a equipe multidisciplinar do NAPNE *campus* IFAL Satuba.

O Critério de exclusão para os participantes que responderam o(s) formulários(s) e/ou entrevista(s), considerou-se: não mostrar interesse em ampliar conhecimentos referentes ao tema proposto.

Os dados secundários foram coletados através de revisão literaria. Após o começo da revisão de literatura, deu-se início a coleta de dados primários, na qual foi aplicado um formulário online (FORMULÁRIO 1) no formato de questionário, contendo 05 perguntas fechadas, para realizar um levantamento sobre a relevância da produção da pesquisa e do PE, no qual participaram 8 (oito) integrantes do NAPNE, todos atuando no *campus* IFAL Satuba.

Em seguida, foi feita uma visita técnica no *campus* de pesquisa, na qual envolveu registros fotográficos somente das instalações. A visita técnica objetivou o primeiro contato formal do pesquisador com os sujeitos do estudo, além do reconhecimento das instalações (espaços formais) que poderiam ser utilizadas como apoio pedagógico nas ações práticas com os estudantes.

O próximo passo foi o momento da continuidade na coleta de dados primários, feita por meio de instrumentos como: formulários online, e questionários de entrevistas semiestruturadas. Participaram como contribuintes das informações do estudo: 8 membros do NAPNE. Foi utilizado um formulário online (FORMULÁRIO 2) composto de questões objetivas (estruturadas), totalizando 17 (dezessete), de cunho

qualitativo, ele foi direcionado para os integrantes do NAPNE do referido *campus*. Esta coleta teve como intuito traçar o perfil dos participantes com o objetivo de recolher dados que justifiquem a pesquisa com EcD's.

Dando continuidade a coleta de dados primários, foi utilizado um questionário de perguntas nas entrevistas, destinado aos membros do NAPNE (*Campus IFAL Satuba*), o qual foi constituído de 15 perguntas todas abertas (semiestruturadas), objetivando traçar o perfil profissional destes sujeitos no que diz respeito ao trabalho voltado aos estudantes com deficiência na EPT. As referidas entrevistas seguiram um roteiro predeterminado que ditou um caráter de conversa informal, na qual o entrevistado pôde emitir sua opinião de forma livre sobre as perguntas, facilitando com isso o método de Pesquisa Observacional.

As entrevistas foram feitas em ambiente que propiciou conforto aos participantes, o qual cita a saleta de reuniões do *campus IFAL Satuba*. Os formulários foram preenchidos em datas diferentes da realização das entrevistas, onde se levou no máximo 10 minutos para preenche-los e uma hora para respondê-las respectivamente. A qualquer momento o entrevistado pôde interromper sua participação caso tivesse se sentindo coagido ou desconfortável em suas questões física e psicológica. Os dados primários oriundos das entrevistas foram reunidos *in loco* no IFAL *campus Satuba*.

Finalizadas as entrevistas, se deu sequência na escrita do estudo para então por último ser aplicado o formulário de avaliação do PE (FORMULÁRIO 3), contendo uma única pergunta fechada, pelo qual foi verificado a aderência do recurso pedagógico frente ao contexto profissional dos membros do NAPNE.

3.6 Elaboração do PE- Os principais critérios levados em consideração para a elaboração do produto educacional partiram de pesquisas diagnósticas feitas com os integrantes do NAPNE, nas quais se destacaram a necessidade de um material didático voltado para uma abordagem inclusiva de estudantes com Deficiência no *campus* de pesquisa, e o auto índice de interesse mostrado pelos membros do NAPNE para com o PE.

O PE se configurou em tipologia de guia e intitula-se “Guia de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT”. Ele tem seu conteúdo baseado de acordo com o objeto de estudo e sua correlação com as necessidades do público alvo. Foi finalizado a partir de discussões entre orientador e orientando, a respeito

de sua aplicabilidade, para então ser definida a maneira de como seria sua avaliação. Ficou então definido apresentar o Produto educacional aos membros do NAPNE, para que eles através de um formulário dessem sua opinião sobre o nível de aderência do PE para com suas atuações profissionais.

O PE será disponibilizado ao NAPNE, IFAL *campus* Satuba, de forma física para uso dos interessados envolvidos com o ensino aprendido de educandos com Deficiência, e também irá compor o acervo virtual de plataformas educacionais como ProfEPT e EduCAPES.

3.7 Análise de dados- Todos os dados, tanto os de origem primária (dados ainda não analisados e colhidos *in loco* da pesquisa) como os de secundária (dados já analisados oriundos de revisão literaria) foram coletados pelos mesmos investigadores que compuseram a equipe de pesquisa. Desta maneira evitou-se uma discrepância extrema de variação.

O plano de tratamento de dados configura-se da seguinte maneira: após a coleta de dados *in loco*, eles foram interpretados e em seguida tabulados através da ferramenta Excel-Microsoft, para então serem construídos dois Histogramas, um para os 3 formulários, outro para as entrevistas. Ambos foram elaborados por meio do software Word-Microsoft, na qual primeiramente os dados coletados foram agrupados de acordo com cada pergunta e sua frequência de respostas, para então serem analisados e quantificados.

Para Monteiro *et al* (2024), a análise de conceito é um procedimento que estuda os elementos do conceito, o seu uso, semelhanças e diferenças com outras palavras relacionadas.

Inserido no contexto do parágrafo anterior, a análise conceitual permite a clarificação, identificação e significado das palavras, possibilitando uma compreensão conceitual e teórica de um fenómeno.

Contudo:

Ressalta-se que o conteúdo das entrevistas do presente estudo foi representado por meio de unidades temáticas, nas quais as falas em comum foram identificadas para que se pudesse ser feita sua análise conceitual.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa objetivou principalmente produzir um guia de atividades lúdicas voltado para a equipe multidisciplinar do NAPNE, visando colaborar com o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Essa abordagem foi baseada num contexto educacional que levasse o ensino e aprendizado para além do currículo tradicional, trazendo à tona o quanto as práticas lúdicas são relevantes para uma educação plena.

Relacionado as atividades que foram propostas pelo PE, e que foram utilizadas como sugestão de veículo para o ensino e aprendizagem de estudantes com Deficiência na EPT, buscou-se contribuir com a formação cidadã deles, por meio da sociabilização, inclusão, interação social e educação Omnilateral.

Em seguida as análises dos dados coletados *in loco* (ou online) de pesquisa serão apresentadas e representadas quantitativamente mediante a gráficos e qualitativamente por meio de quadros e unidades temáticas contendo trechos de entrevistas que foram analisados.

4.1 Formulário diagnóstico online do nível de relevância na proposta de elaboração do PE

Seguindo, o Quadro 4 representa o **formulário diagnóstico online do nível de relevância na proposta de elaboração do PE**. Vale salientar que ele foi composto de 5 perguntas, porém somente 3 são relevantes para o contexto da presente interpretação. Por meio dele é analisado um breve perfil profissional dos participantes da pesquisa, assim como a aceitação em termos de relevância da elaboração do PE. Ressalta-se que 8 foram os participantes que responderam, sendo todos membros do NAPNE.

Quadro 4: Formulário diagnóstico online do nível de relevância na proposta de elaboração do PE

PERGUNTA 1	Você já trabalhou com EcD's em alguma situação de sua trajetória profissional?
RESULTADO	1- Sim: 5 respostas. 2- Não: 3 respostas.
ANÁLISE	Nível de experiência dos membros do NAPNE em trabalhar com EcD's.
DISCUSSÃO	
Expõe que a maioria dos envolvidos já trabalhou com EcD's, e que de certa maneira poderão contribuir com sua experiencia para o estudo em questão.	

PERGUNTA 2	Enquanto integrante do NAPNE, o que você nota como principal dificuldade apresentada pelos professores em ensinar os EcD's do <i>campus</i> ?
RESULTADO	1- Falta de concentração do estudante: 0 respostas. 2- A necessidade específica do estudante gera desconforto no professor ao aplicar sua metodologia de ensino: 0 respostas. 3- A má formação profissional do professor em lidar com a situação: 2 respostas. 4- O professor não consegue inserir o EcD no mesmo ambiente de ensino e aprendizagens dos demais discentes: 4 respostas. 5- Outros: 2 respostas.
ANÁLISE	Principais dificuldades docentes observadas pelos integrantes do NAPNE no trabalho com os 2 EcD's do <i>campus</i> IFAL Satuba.
DISCUSSÃO	
Os dados sugerem que muitos professores ainda enfrentam desafios ao adaptar suas metodologias para serem inclusivas, o que pode refletir uma limitação tanto estrutural quanto pedagógica no ambiente de ensino. Também existem indicativos que parte dos professores se sente insegura para lidar com as necessidades específicas dos EcD's. Essa questão reforça a importância de uma formação continuada que capacite os docentes para a inclusão efetiva.	
PERGUNTA 3	Qual o nível de relevância que a elaboração do guia em questão apresenta para o seu trabalho com PcD's?
RESULTADO	1- Nível 1: 0 % 2- Nível 2: 0% 3- Nível 3: 0% 4- Nível 4: 0% 5- Nível 5: 100%
ANÁLISE	Nível de aceitação da elaboração do PE para o IFAL <i>campus</i> Satuba no contexto da EPT.
DISCUSSÃO	
Aponta a totalidade de aceitação entre os membros do NAPNE, no que se refere a elaboração de um material didático voltado para o ensino e aprendizagem de discentes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica, utilizando-se de didáticas lúdicas.	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A seguir foram analisados dados provenientes da fala em comum dos participantes. Esses dados resultam de entrevistas semiestruturadas realizadas com 8 pessoas (membros do NAPNE).

A organização das unidades temáticas indicou 03 categorias relevantes para a interpretação dos relatos: 1- A necessidade de um material didático lúdico voltado para uma abordagem de inclusão no referido *campus* da pesquisa; 2- As

necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no *Campus IFAL Satuba*; e, 3- A inclusão por meio das atividades educacionais adaptadas no campus IFAL Satuba.

4.2 Unidade temática I: A necessidade de um material didático lúdico voltado para uma abordagem de inclusão no referido *campus* da pesquisa

A escola que utiliza o lúdico como estratégia pedagógica, beneficia diretamente seus estudantes, fazendo seus discentes vivenciarem de forma individual e coletiva uma proposta de desenvolvimento integral, com a utilização da imaginação, da fantasia, da realidade, da percepção, do autoconhecimento e do conhecimento do outro (Pinto *et al*, 2023). A seguir tem-se a referida unidade temática representada no Quadro 5.

Quadro 5: Unidade temática 1

A necessidade de um material didático voltado para uma abordagem de inclusão no referido <i>campus</i> da pesquisa	
Objetivo: Essa unidade temática visa verificar a necessidade de produzir um guia didático com atividades lúdicas para PcD's no <i>campus</i> de pesquisa.	
ENTREVISTADOS	Respostas
Entrevistado 1	“Não existe, é uma coisa inédita”.
Entrevistado 2	“Existem algumas formações esporádicas, porem algo escrito como um manual, guia ou algo do tipo não”.
Entrevistado 3	“Não, guia didático pra PcD's não. O que a gente tem são as ferramentas de auxílio pra escrita e a digitação. Para pessoas com Deficiente visual tem a bola de guia pra educação física. Agora material escrito didático e pedagógico não”.
Entrevistado 4	“Não, o que tem são alguns livros em formato de e-book, mas não um guia, que ao meu entender é algo bem objetivo e de fácil entendimento”.
Entrevistado 5	“Não sei dizer com muita propriedade por que cheguei a pouco tempo no NAPNE, mas eu acredito que não porque na única reunião que eu participei vi uma professora e outros membros conversando que precisavam de um espaço maior para poder trabalhar com os estudantes e de um material escrito que fosse mais objetivo, voltado pra algo prático mesmo”.
Entrevistado 6	“Sim, vi alguns ebooks que falavam como adaptar algumas coisas para Pessoa com Deficiência Auditiva. Mas nada que envolvesse brincadeiras”.
Entrevistado 7	“Eu me lembro que quando eu estava na coordenação a gente recebeu bolas com guiso. É pra Pessoa com Deficiência Visual. Recebemos carteiras adaptadas. Mas isso é material de apoio. Alguma coisa para direcionar

	didaticamente, e voltado para prática não tivemos. Não que eu lembre”.
Entrevistado 8	“Tem um material produzido no <i>campus</i> de Maceió, o material que foi produzido por lá têm várias orientações, mas não lhe dá as atividades em si para desenvolver. É muito teórico”.
Discussão	
<p>Nessa unidade temática revela-se uma ausência significativa de material didático voltado para a prática com PcD's no <i>campus</i> IFAL Satuba. Observa-se um consenso entre os entrevistados sobre a falta de recursos pedagógicos como guias, cartilhas ou manuais que ofereçam orientações claras, objetivas e práticas para auxiliar professores no atendimento às necessidades específicas de estudantes com deficiência. Os relatos destacam pontos centrais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de materiais didáticos: Os entrevistados concordam que existem poucos ou nenhum recurso didático que funcione como um guia acessível e estruturado para PcDs. A maioria dos materiais disponíveis está restrita a apoios específicos (como bolas com guizo e carteiras adaptadas), mas não contemplam uma abordagem didática prática e abrangente. - Carência de orientações práticas: Mesmo onde há materiais teóricos, como o mencionado produzido no <i>campus</i> de Maceió, as orientações ainda não incluem atividades práticas, sugerindo uma lacuna entre a teoria e a aplicação no contexto pedagógico diário. - Implementos de apoio, mas não didáticos: Alguns entrevistados mencionam a presença de e-books e implementos de auxílio (como bolas de guia para deficientes visuais), mas deixam claro que esses materiais servem mais como apoio funcional do que como orientação didática estruturada. - Necessidade de um material objetivo: Há um entendimento de que um guia, especialmente voltado à prática e com orientações passo a passo, faria diferença. A falta desse tipo de material parece impactar a confiança e a capacidade dos educadores em adaptar atividades e recursos de forma mais inclusiva e eficaz. <p>O acervo de respostas sugere a oportunidade de se construir materiais para o ensino inclusivo, com instruções objetivas relacionadas a práticas que possam atender melhor às demandas educacionais de Estudantes com Deficiência no <i>campus</i> onde a pesquisa se desenvolveu. Atendendo, com isso o objetivo principal da pesquisa que é produzir um guia de atividades lúdicas voltado para a equipe multidisciplinar do NAPNE, visando colaborar com o processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica.</p>	

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

4.3 Unidade temática II: As necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no *campus* IFAL Satuba

Em função da proposição em se construir um guia com atividades lúdicas para EcD's que pudesse ser utilizado de maneira extracurricular para auxiliar no ensino e aprendizagem, surge a necessidade de se conhecer as dificuldades, no

contexto educacional, de se trabalhar com PcD's na EPT. Nessa linha de raciocínio, a diversidade acaba sendo promotora de um melhor ensino e aprendizagem. A questão da diversidade e singularidade, quando incorporadas nas escolas, oferece uma visão de mundo diferenciada, fazendo com que o estudante saia de sua “bolha” e passe a ter mais consciência de quem o cerca (Lima *et al*, 2023). Tendo isso em vista como forma de reflexão, surgiu a segunda unidade temática, apresentada a seguir no Quadro 6.

Quadro 6: Unidade temática 2

As necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no <i>Campus</i> IFAL Satuba	
Objetivo: Essa unidade temática visa identificar as necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo educacional de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no <i>campus</i> IFAL Satuba.	
ENTREVISTADOS	Respostas
Entrevistado 1	“O preconceito, infelizmente, é o maior obstáculo. O preconceito as vezes parte mesmo do próprio professor, mas também muito dos outros estudantes. Em relação a dificuldades para auxiliar os PcD's em questões educacionais, eu penso que os estudantes não procuram o NAPNE. Eu estou há 2 meses e até o momento nenhum dos 2 PcD's que estudam aqui vieram no núcleo. Acho que isso acontece porque o NAPNE é visto como um setor voltado para as pessoas que têm necessidades específicas, e os estudantes com essas características preferem algo que não os “rotulem”. Tanto é, que eles procuram o setor de assistência social”.
Entrevistado 2	“Eu acho que o desafio maior hoje é a mudança de pensamento que não é uma coisa individual. A gente trabalhar com PcD's de um modo geral, requer sair de uma situação de conforto, porque o que vem historicamente acontecendo é uma segregação, pessoas que viviam segregadas dentro de casa. Então a gente não tinha esse contato que temos hoje com essas pessoas, e graças a várias políticas de inclusão essa realidade vem sendo modificada. E aí quando chega essa nova realidade os professores precisam se adaptar, precisam rever suas práticas pedagógicas, isso gera um trabalho que nem sempre as pessoas estão dispostas ou nem sempre também estão preparadas pra saber como atuar”
Entrevistado 3	“Não ter aquela base em minha formação é desafiador, e aí nem sempre a gente tá preparado. Aí acho que cabe também a função da escola de tentar buscar mecanismos que preencham essa lacuna em nossas formações acadêmicas, daí a importância do processo de capacitação. Minha principal dificuldade aqui no NAPNE em trabalhar com o ensino de PcD's é no aspecto

	administrativo. Precisamos de uma melhoria na acessibilidade do prédio e também aquisição de material de apoio pedagógico, e para que isso aconteça tem que ser orçado, e é aí que está a grande barreira chamada burocracia”.
Entrevistado 4	“Ó, dentro da minha observação e da experiência daqui do <i>campus</i> , eu acho que tem o fato da capacitação, que em minha época de faculdade não tínhamos abordagens voltadas para o trabalho com PcD’s, ou então eram reduzidas a quase nada, e aí chega um estudante com características de necessidades especiais dentro da sala de aula, ou no <i>campus</i> mesmo, e a gente não tá preparado para receber e ensinar. Respondendo sobre a minha maior dificuldade em trabalhar no NAPNE, está relacionada a surpresa diante do desconhecido. Nós aqui no NAPNE estamos acostumados com PcDF (Pessoa com Deficiência Física), PcDV (Pessoa com Deficiência Visual), PcDI (Pessoa com Deficiência Intelectual), PcDA (Pessoa com Deficiência Auditiva), entre outras necessidades especiais digamos que mais conhecidas, e quando aparecesse uma digamos incomum temos que correr para aprender pelo menos o básico para saber lidar. Digo isso por que aqui no <i>campus</i> apareceu um jovem com Síndrome de Tourette...e aí todos se olharam e pensaram e agora o que vamos fazer?”.
Entrevistado 5	“Olha só, a gente tem um pouquinho de resistência em relação a alguns professores em tentar adaptar certos conteúdos. E aí, nesse sentido, também está sendo feito esse trabalho para o professor se conscientizar que existe a possibilidades de se trabalhar de várias formas, para que ele inclua aquele estudante com deficiência sem excluir os outros que não as possuem. Na verdade, é a inclusão de forma geral. Em relação a minha necessidade, talvez não ter ainda um nível de maturidade e de conhecimento de certas peculiaridades em relação àquela especificidade do aluno. Seria uma formação profissional melhor para o trabalho com PcD’s”.
Entrevistado 6	“A principal dificuldade é a falta de laudos que comprovem determinada necessidade específica do estudante, isso atrapalha em um atendimento e consequentemente desenvolvimento educacional da PcD”.
Entrevistado 7	“Temos um cadeirante aqui no <i>campus</i> e as vezes ele anda de moleta. Acredito que a acessibilidade daqui não é boa, e isso tira um pouco do foco dele em questões educacionais. Também acho que um dos maiores problemas é a falta de percepção dos professores em adaptar suas aulas”.
Entrevistado 8	“Olha, nós temos um problema que é gigantesco. É a questão, muitas vezes, do próprio diagnóstico. É o acesso ao sistema de saúde. O estudante vai para o setor médico aqui, o setor médico pede a avaliação de um determinado especialista, aí é a dificuldade de ter essa consulta, de ter esse retorno. Outras vezes, dependendo do tipo de necessidade especial, é a negação da família, que no caso das PcDI ou até mesmo das pessoas com transtornos, os

familiares não querem aceitar. Isso é bem diferente de situações que envolvem as pessoas com deficiência de membros, por exemplo, que é visível e ninguém vai dizer que não existe”.

Discussão

Nessa unidade temática, as respostas levam a evidenciar uma série de desafios que profissionais enfrentam ao trabalhar com Pessoas com Deficiência (PcD) no contexto NAPNE.

Em comum, as principais dificuldades foram:

- Preconceito e Estigma Social: Um obstáculo apontado é o preconceito, tanto por parte de professores quanto de outros estudantes, o que gera uma barreira psicológica e social para as PcD's. Essa situação é agravada pelo receio dos alunos em buscar o NAPNE, temendo rótulos associados à deficiência. Muitos preferem acessar o setor de assistência social para evitar o estigma.

- Falta de capacitação e preparo Profissional: Diversos profissionais mencionaram que não receberam formação adequada durante a graduação para trabalhar com PcD's, levando-os a se sentirem despreparados para lidar com situações específicas. A necessidade de capacitação contínua é destacada como essencial para desenvolver habilidades práticas e conhecimentos sobre deficiências mais incomuns, como a Síndrome de Tourette, que desafiam o preparo e a experiência dos profissionais.

- Limitações Estruturais e Administrativas: Outro ponto recorrente é a dificuldade administrativa e estrutural para fornecer acessibilidade e apoio adequados. A “burocracia” é vista como uma barreira significativa que atrasa ou impede a aquisição de materiais e melhorias de infraestrutura, essenciais para a inclusão efetiva e o desenvolvimento educacional das PcD's. A falta de acessibilidade adequada no *campus* afeta diretamente a experiência e o rendimento educacional dos estudantes com deficiência física.

- Questões de Diagnóstico e Apoio Familiar: A falta de diagnósticos formais e laudos médicos é um desafio para o atendimento de PcD's, pois impede que profissionais façam um planejamento educacional e suporte adequados. Além disso, a dificuldade de acesso a avaliações especializadas no sistema de saúde pode retardar ou até inviabilizar um diagnóstico claro e oficial. Em casos de deficiência intelectual ou transtornos mentais, a resistência familiar em aceitar a condição do estudante é outra barreira, refletindo o estigma social em torno das deficiências não visíveis.

O conjunto de declarações em comum sugere a necessidade de estratégias mais eficazes de inclusão, além de capacitação continuada e adequação de infraestrutura. Levando em consideração essa problemática, o estudo atendeu os objetivos específicos de números 1- Identificar as necessidades e dificuldades enfrentadas pela equipe multidisciplinar do NAPNE no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica no *campus* IFAL Satuba; e, 3- Analisar os benefícios das práticas lúdicas no desenvolvimento de habilidades técnicas, sociais e emocionais de estudantes com deficiência no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

4.4 Unidade temática III: A inclusão por meio das atividades educacionais adaptadas no *campus* IFAL Satuba

Em decorrência de identificar as necessidades e dificuldades dos membros do NAPNE em trabalhar com PcD's e contribuir com a sociabilização e inclusão, surge a carência de saber a respeito das atividades educacionais que são realizadas no *campus* levando em conta o caráter da escola inclusiva.

Desse modo:

Na escola inclusiva o professor deve ser especialista em aprendizagens, genericamente considerados e não mais em especificidades que caracterizam determinados grupos ou alunos como cegos, surdos, com paralisia cerebral, retardo mental, autismo etc. [...] escolas inclusivas são para todos, implicando um sistema educacional que reconheça e atenda às diferenças individuais, respeitando as necessidades de qualquer dos alunos (Carvalho, 2019, p. 31).

Assim surgiu a terceira unidade temática, a qual é representada a seguir no Quadro 7:

Quadro 7: Unidade temática 3

A inclusão por meio das atividades educacionais adaptadas no <i>campus</i> IFAL Satuba	
Objetivo: Essa unidade temática visa identificar a necessidade de práticas inclusivas de forma adaptada para atender as PcD's que estudam no <i>campus</i> IFAL Satuba.	
ENTREVISTADOS	Respostas
Entrevistado 1	“Em algumas aulas práticas que eu observei não são inclusivas, por falta de recursos adaptados”.
Entrevistado 2	“Quando a gente leva uma necessidade específica de algum estudante os professores tentam adaptar suas aulas, e percebem que se não houver adaptação a inclusão fica praticamente impossível de ocorrer”
Entrevistado 3	“Recebemos algumas reclamações de estudantes que são PcD's. Eles dizem que não conseguem acompanhar principalmente as aulas práticas de alguns professores. Eles acham que deveriam ter adaptações para que isso viesse acontecer. Para eles é desmotivador”.
Entrevistado 4	“Observo muitas adaptações nas aulas de Educação Física, porém nos outros componentes curriculares não”.
Entrevistado 5	“Nós aqui do NAPNE elaboramos algumas atividades adaptadas para serem utilizadas por professores daqui do <i>campus</i> , e em muitos casos sentimos rejeição por parte deles em aplicá-las, eles acham que vai dar muito trabalho”.
	“Eu enquanto docente do <i>campus</i> e também membro do NAPNE observo que alguns professores fazem o possível dentro de suas possibilidades para

Entrevistado 6	trabalhar de forma inclusiva em suas atividades pedagógicas, entretanto é indispensável que se tenha material adaptado e acessibilidade adequada para que aconteça a inclusão. Esses problemas impedem um dos principais objetivos que os professores buscam aqui, que é a autonomia dos PcD's".
Entrevistado 7	"Não de forma geral, mais alguns professores tentam que suas aulas sejam inclusivas, alguns esbarram na questão da falta de material adequado (Adaptado mesmo), outros não manifestam interesse no assunto por não se sentirem preparados, e até demonstram certo medo com a situação. Agente percebe que alguns professores necessitam de um material de apoio pedagógico para trabalharem de forma inclusiva, infelizmente o que temos até o momento é muito teórico e tentamos ajudar no que é possível enquanto núcleo".
Entrevistado 8	"Apesar de termos uma demanda baixa de PcD's aqui na escola (IFAL Satuba), observo muita resistência dos professores em trabalharem de forma inclusiva. As vezes acho que é por falta de preparo mesmo, mas as vezes acho que não fazem por que existe a falta de sensibilidade em pensar mais no próximo enquanto semelhante, acham que é muito trabalhoso mesmo."

Discussão

Nessa unidade temática, as respostas revelam um contexto em que a inclusão de Estudantes com Deficiência (EcD's) no *campus* enfrenta diversos desafios, principalmente nas aulas práticas e na implementação de materiais e metodologias adaptadas.

Em comum, as principais falas foram:

- Falta de Recursos e Materiais Adaptados: Vários depoimentos mencionam a ausência de recursos e materiais adaptados, especialmente em aulas práticas e em disciplinas que não são de Educação Física. Professores e funcionários ressaltam a dificuldade em oferecer uma experiência inclusiva sem esses recursos.
- Tentativas Isoladas e Adaptações Individualizadas: Há professores que tentam adaptar suas aulas quando uma necessidade específica é trazida à sua atenção, mas essa abordagem parece ser feita de forma reativa e informal, o que limita sua efetividade.
- Resistência e Rejeição de Adaptações: Alguns professores demonstram resistência ao uso de atividades adaptadas, muitas vezes por acreditarem que isso aumentaria significativamente seu trabalho. A percepção de que a inclusão exige grande esforço parece ser um obstáculo significativo.
- Falta de Preparação e Medo: Alguns professores sentem que não estão preparados para trabalhar de forma inclusiva e, em alguns casos, até demonstram insegurança. A sensação de despreparo é apontada como um fator que os impede de se engajarem mais em práticas inclusivas.
- Autonomia dos Estudantes e Sensibilização: A falta de materiais adaptados e de acessibilidade adequada é vista como uma barreira que impede a autonomia dos estudantes PcD, um dos objetivos centrais do trabalho inclusivo no *campus*. Além disso, há um aspecto de insensibilidade ou falta de empatia em alguns casos.

As respostas apontam uma preocupação geral com a inclusão, mas também se observa uma série de entraves práticos e culturais que limitam seu alcance. Como sugestão que pode contribuir para tornar as atividades educacionais mais inclusivas é que se inclua recursos físicos e pedagógicos, formação continuada e realização de rodas de conversa com os docentes para que haja a tentativa de sensibilização perante os PcD's. Levando isso em consideração, essa unidade temática mostra que a pesquisa alcançou todos os objetivos (Geral e específicos), propostos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Considerando o contexto do Quadro 7, Silva, Campos e Gonçalves (2024), ressaltam que:

A inclusão é um processo e, como processo, muda à medida que caminha; ao se deparar com dificuldades, pode voltar e fazer novo trajeto, descobrir o melhor caminho. Ela é construída na interação das pessoas com as circunstâncias.

4.5 Discussão e avaliação do Produto educacional

O Produto Educacional (PE) faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Práticas Lúdicas para Estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) – *Campus* Benedito Bentes, sob a orientação do professor Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles. Trata-se de um material pedagógico intitulado “Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT”. Foi desenvolvido a partir da metodologia de pesquisa observacional, a qual proporcionou a interação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, onde foram levadas em consideração tanto as opiniões quanto as sugestões dos participantes, para que então fazendo uso desta autorreflexão conjunta seja buscado o melhor para que se atinjam os objetivos do estudo.

O PE teve suas diretrizes voltadas para a Linha de pesquisa 2 “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT” e Macroprojeto 6 “Organização de Espaços Pedagógicos da EPT”, foi elaborado tendo como objetivo principal contribuir com o ensino e aprendizagem de EcD's por intermédio dos membros (profissionais) do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) enquanto sua atuação interdisciplinar na EPT (Educação Profissional e Tecnológica) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Além disso, em segundo plano o PE buscou a sociabilização e inclusão. A sugestão é que o guia seja um recurso

didático para ser aplicado de forma extracurricular caso solicitado por algum docente do *campus* IFAL Satuba.

Além do objetivo principal já citado, o PE também pretendeu proporcionar, para os EcD's, a oportunidade de vivenciarem práticas que possibilitasse a Educação Igualitária, que por sua vez é imprescindível para que haja construção de uma consciência crítica, a qual é importante para a formação cidadã.

O PE quando validado será disponibilizado ao NAPNE (IFAL *campus* Satuba), de forma física. Também pretende registrá-lo no site do ProfEPT e plataforma EduCAPES, para que venha ficar à disposição no acervo virtual de ambos.

Para a elaboração do guia didático usaram-se como referências teóricas trabalhos desenvolvidos no âmbito da Educação Inclusiva com ênfase em abordagens de atividades lúdicas para EcD's. Além disso, utilizadas entrevistas semiestruturadas e formulários online para diagnosticar os principais problemas vivenciados pela equipe do NAPNE, do *campus* IFAL-Satuba, em lidar com o ensino e aprendizagem de EcD's na EPT.

O público alvo do PE são os membros do NAPNE do IFAL *campus* Satuba, e a amostra populacional para o desenvolvimento do PE foi de 08 (oito) pessoas, a qual cita-se: 8 membros do NAPNE (IFAL *campus* Satuba). Este quantitativo foi obtido diante de levantamento feito com a coordenação do NAPNE *campus* IFAL-Satuba durante a visita técnica realizada, in loco.

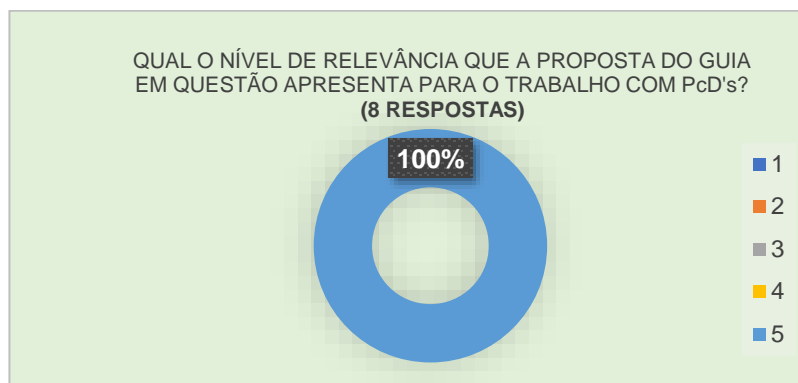
O PE postulou sua construção em oito meses, constando como etapas principais: 1- Planejamento; 2- Levantamento bibliográfico; 3- Coleta de dados; 4- Transcrição de dados; 5- Diagramação; e, 6- Revisão final.

O guia consta de um capítulo reflexivo, no qual é enfatizada a relevância de se adaptar as atividades pedagógicas dos componentes curriculares aos EcD's, tendo em vista o material didático e a acessibilidade do ambiente no qual foram realizados os métodos de ensino; o segundo é voltado para a conscientização dos docentes sobre a importância de se trabalhar atividades lúdicas para EcD's, com o propósito de acrescentar mais qualidade para o ensino e aprendizagem e ampliar a formação educacional deles em uma perspectiva Omnilateral; e, no último constam algumas sugestões de atividades lúdicas para serem desenvolvidas nos espaços formais do IFAL *campus* Satuba.

De acordo com a investigação feita frente aos profissionais do NAPNE no

momento em que o PE ainda era tido como proposta, o nível real de aceitação em termos de relevância de sua elaboração foi 100% (mostrado no Gráfico 1).

Gráfico 1: Nível de aceitação da elaboração do PE



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Considerando o estado da arte, conforme levantamento realizado em repositórios como ProfEPT e EduCAPES, o PE configura-se como de médio teor inovador, dada a presença em quantidade moderada, nessas plataformas, de produtos educacionais voltados para a temática da inclusão.

A elaboração do PE contou com um Mapeamento Sistemático de Literatura (MSL), no qual foram levantadas questões de pesquisa como:

- Quais tipos de atividades lúdicas são recomendados para estudantes com deficiência na EPT?
- Quais adaptações metodológicas e didáticas são recomendadas para tornar as atividades lúdicas mais inclusivas?
- Quais resultados ou benefícios são observados com a utilização de atividades lúdicas na educação de estudantes com deficiência?

No MSL também foram utilizadas estratégias de busca utilizando-se de palavras-chave como: 1- Educação Profissional e Tecnológica; 2- Inclusão; 3- Pessoa com Deficiência; 4- Práticas Lúdicas; e, Produto Educacional. A estas palavras chaves foram acrescentadas os marcadores (Strings) “E” e “OU”, com objetivo de indicar para a base de dados que a busca deve integrar as palavras chaves ou isolá-las dando alternativa de escolha.

Além dos repositórios ProfEPT e EduCAPES, foram utilizadas como fontes de dados as plataformas da CAPES, SciELO, Google Scholar, LILACS e o Portal do MEC, e as buscas foram limitadas a publicações entre os anos de 2000 e 2024

(exceção aqueles considerados clássicos de extrema relevância ao tema).

O guia destina-se ao ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na EPT, e, de acordo com a previsão de impacto para a sociedade alagoana, possui relevância significativa para seu público-alvo por oferecer um recurso de apoio didático para os profissionais do NAPNE, promovendo a qualificação profissional e aprimorando a atuação dessa equipe. Além disso, ao desenvolver um ensino igualitário para todos, fomenta-se nos estudantes a consciência crítica necessária para transformar a realidade dessa sociedade no que se refere aos aspectos de inclusão.

Avaliação do Produto Educacional: O Gráfico 2, oriundo do formulário final online de avaliação do PE, é responsável por demonstrar o resultado final do PE enquanto sua aderência para os participantes (8 membros do NAPNE). Esta avaliação foi feita pelos próprios membros do núcleo, e vale ressaltar que todos os participantes deste parecer exercem suas atividades profissionais no *campus* IFAL Satuba.

Os sujeitos da pesquisa avaliaram a importância do Produto Educacional, no que se refere a um material didático que os auxiliará de forma extracurricular com os EcD's. As alternativas que constituíram o referido formulário foram: 1- Insuficiente, pois não acrescenta relevância ao meu cotidiano profissional no NAPNE, e não trabalha inclusão; 2- Regular, pois acrescenta baixa relevância ao meu cotidiano profissional, e é material que trabalha inclusão de forma bem restrita; 3- Bom, pois a maioria das atividades propostas acrescenta relevância ao meu cotidiano profissional e são inclusivas; e, 4- Excelente, pois eu achei todas as atividades bastante inclusivas e relevantes ao meu cotidiano profissional.

Apenas as 2 alternativas que foram opinadas aparecem no gráfico, o qual representa a relevância, para os membros do NAPNE, do Produto Educacional de acordo com as seguintes variáveis:

1- Perfil do estudante e tipo de necessidade específica; 2- Perfil do profissional do NAPNE e sua área de atuação.

3- Tipo de atividade lúdica e sua adaptação.

4- Acessibilidade arquitetônica.

5- Recursos didáticos adaptados.

6- Objetivo educacional para habilidades técnicas e sociais.

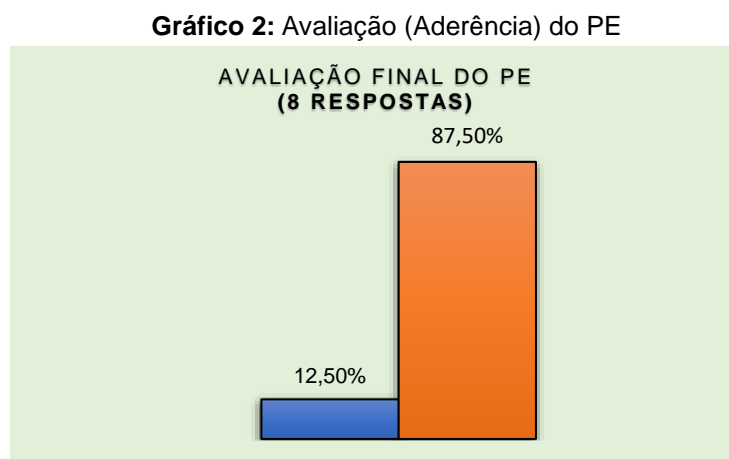
7- Engajamento dos estudantes.

8- Metodologias inclusivas.

9- Desafios sociais e limitações dos EcD's.

10- Impacto no aprendizado e autonomia dos estudantes.

A seguir, por meio do Gráfico 2, aderência do Produto Educacional para os participantes da pesquisa é representada.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O Gráfico 2 expõe o alto índice de aderência do Produto Educacional (Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT) em questão, no qual 87,50% dos partícipes do estudo o avaliaram como excelente para desenvolver melhorias no ensino e aprendizagem dos estudantes com Deficiência, e promover inclusão social no *campus* IFAL Satuba, enquanto que 12,50% demonstraram que o Produto Educacional apresenta baixa relevância ao seu cotidiano profissional, e é material que trabalha inclusão de forma bem restrita.

Contudo, tendo em conta o Gráfico 2, faz-se necessário também uma análise das variáveis que foram citadas:

1- Perfil do estudante e tipo de necessidade específica: O guia oferece atividades adaptadas que consideram as diferentes necessidades dos estudantes com deficiência, garantindo que as práticas lúdicas sejam adequadas para o desenvolvimento educacional de cada perfil.

2- Perfil do profissional do NAPNE e sua área de atuação: O produto se mostrou adequado às demandas específicas dos profissionais do NAPNE, independentemente de suas áreas de atuação, permitindo uma aplicação prática e relevante em seus contextos de trabalho.

- 3- Tipo de atividade lúdica e sua adaptação: As atividades propostas no guia são lúdicas e adaptadas, permitindo que os profissionais adaptem cada uma conforme a necessidade especial dos estudantes, assegurando a participação de todos.
- 4- Acessibilidade arquitetônica: O guia reforça a necessidade de uma infraestrutura acessível, sendo que o alto índice de aderência reflete o entendimento dos profissionais sobre a importância de eliminar barreiras físicas para viabilizar a inclusão.
- 5- Recursos didáticos adaptados: O Produto Educacional inclui recursos didáticos adaptados que facilitam a execução das atividades, mostrando-se relevante para os profissionais do NAPNE ao oferecer suporte adequado para cada prática.
- 6- Objetivo educacional para habilidades técnicas e sociais: O guia se destaca ao promover habilidades técnicas por meio das atividades que são todas dinâmicas e práticas. Também promove habilidades sociais por meio da inclusão.
- 7- Engajamento dos estudantes: A alta avaliação do guia também se relaciona ao engajamento, pois as atividades propostas promovem a motivação dos estudantes com deficiência, fortalecendo a participação ativa nas atividades.
- 8- Metodologias inclusivas: O Produto Educacional adota abordagens inclusivas, o que permite aos profissionais inovarem em suas práticas e tornarem o ensino mais acessível e atraente para os estudantes.
- 9- Desafios sociais e limitações dos EcD's: O guia lida com desafios de inclusão e com barreiras sociais enfrentadas pelos estudantes com deficiência, ajudando os profissionais a superarem essas limitações em suas práticas.
- 10- Impacto no aprendizado e autonomia dos estudantes: Finalmente, os resultados da avaliação destacam que o guia contribui para um impacto positivo no aprendizado e na autonomia dos estudantes, permitindo que desenvolvam maior independência e habilidades para enfrentar os desafios do cotidiano.

A análise dessas variáveis demonstra que o Produto Educacional obteve um bom nível de reconhecimento pelos profissionais do NAPNE, especialmente por sua contribuição para o fortalecimento de práticas inclusivas e para o aprimoramento do ensino e da aprendizagem dos estudantes com deficiência no contexto da EPT.

Diante de todo o contexto exposto sobre o Produto Educacional, o **“GUIA DIDÁTICO DE ATIVIDADES LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EPT”** encontra-se inserido na seção de apêndices (APÊNDICE G) para ser utilizado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para iniciar, é importante retomar a pergunta problematizadora **“como um guia de atividades lúdicas, pode colaborar no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica?”**

Também se faz necessário ressaltar que no objetivo geral o estudo visou produzir um guia de atividades lúdicas voltado para a equipe multidisciplinar do NAPNE, pretendendo colaborar com o processo de ensino e aprendizagem de Estudantes com Deficiência (EcD's) na Educação Profissional e Tecnológica (*Campus IFAL Satuba*).

Em resumo, o estudo demonstra aspectos de inclusão que convergem para um favorecimento do ensino e aprendizagem de EcD's no âmbito da Educação Profissional e tecnológica.

A construção do texto também leva em consideração a vivência real dos estudantes envolvidos na pesquisa, os quais, em seus relatos, ressaltam a importância da resiliência, da superação pessoal e do papel fundamental da inclusão e do apoio social.

A análise dos depoimentos dos educandos destaca os desafios impostos pelo preconceito, e a força de vontade do indivíduo como principal chave para superar essas barreiras, e mediante a fala deles, da mesma forma, observou-se que o acolhimento e a interação social podem transformar percepções iniciais de exclusão, demonstrando que o apoio mútuo é essencial para fortalecer a autoconfiança e promover a inclusão.

Considerando o que foi discutido, emergiram as hipóteses que sustentaram o problema de pesquisa. Primeiramente, acredita-se que a equipe multidisciplinar do NAPNE enfrenta problemas por estarem precisando de formações continuadas sobre metodologias inclusivas e recursos específicos para o atendimento de necessidades especiais dos estudantes. Em segundo, as práticas lúdicas podem ser favoráveis para identificar potencialidades dos EcD's, oportunizando a eles a possibilidade de demonstrarem habilidades que não seriam evidentes em abordagens tradicionais. Por último, didáticas extracurriculares baseadas em práticas lúdicas como jogos e brincadeiras criam oportunidades para a construção de laços sociais e ajudam a fortalecer o sentimento de pertencimento, estimulando a sociabilização e a

Educação Omnilateral no ensino profissional e tecnológico.

A pesquisa de uma forma geral atingiu os anseios propostos. Obedecendo a cronologia do estudo, os resultados apontaram um grande nível de aceitação na elaboração da dissertação e do PE, mostrando também a necessidade de uma melhor formação profissional voltada para o trabalho com PcD's (Dados expostos no quadro 2).

Os resultados das análises nos depoimentos dos entrevistados evidenciaram:

- 1- A oportunidade de se construir materiais para o ensino inclusivo, com instruções objetivas relacionadas a práticas que possam atender melhor às demandas educacionais de Estudantes com Deficiência no *campus* onde a pesquisa se desenvolveu.
- 2- A necessidade de estratégias mais eficazes de inclusão, além de capacitação continuada e adequação de infraestrutura.
- 3- Uma preocupação geral com a inclusão, mas também se observa uma série de entraves práticos e culturais que limitam seu alcance.

Referente ao produto educacional, sua elaboração teve 100% de aceitação entre os sujeitos (Dados presentes no Gráfico 1). Sua avaliação final, ou seja, a aderência do PE foi de 87,5% positiva e 12,5% negativa (Dados contidos no Gráfico 2).

Do ponto de vista social, levando em conta os resultados, espera-se que o estudo possua relevância significativa ao contribuir com seu público-alvo por oferecer um recurso de apoio didático para os profissionais do NAPNE, promovendo a qualificação profissional e aprimorando a atuação dessa equipe. Além disso, ao desenvolver um ensino igualitário para todos, fomenta-se nos estudantes a consciência crítica necessária para transformar a realidade dessa sociedade no que se refere aos aspectos de inclusão.

Em uma perspectiva de desenvolvimento acadêmico, o trabalho contribuiu para futuras pesquisas dentro da mesma temática, enriquecendo acervos científicos de instituições que estão ligadas ao programa de mestrado ProfEPT.

Ainda relacionado as colaborações que o estudo pode trazer socialmente, existe a possibilidade da conscientização sobre a importância de uma formação que desenvolva o ser humano em sua totalidade para que ele, por sua vez, possa desempenhar igualmente funções que atendam as demandas de trabalho, cultura, tecnologia e ciência.

A busca por uma formação humana integral, aliada à necessidade de oferecer suporte especializado à equipe multidisciplinar do NAPNE, justificaram o desenvolvimento desse estudo, além disso, sustentando o mesmo propósito surgem fatores como: desenvolvimento da autonomia, criatividade, criticidade, aspectos cognitivo-motores, adaptação de conteúdos complexos e o estímulo da interação social e da sociabilização.

Admite-se que, em alguns detalhes a pesquisa ficou limitada, principalmente no que se refere a aplicação real das atividades propostas no produto educacional. Acredita-se que existe a possibilidade de avanço nessa questão para que em um futuro estudo possa ser alcançados os objetivos da forma que se imaginava.

O aprendizado que se concretiza diante de uma pesquisa que tem como base seu enfoque para PcD's é gratificante ao pesquisador, pois as transformações na maneira de pensar e agir que se manifestam transcendem o meio acadêmico. O pesquisador ao buscar uma educação mais ampla e de melhor qualidade para os sujeitos da pesquisa também amplia sua própria visão de mundo, desenvolvendo empatia, sensibilidade e compromisso com a igualdade de oportunidades. Dessa maneira, se o sujeito desenvolve uma consciência crítica almejando um caráter emancipatório, o estudioso também tem seus momentos de evolução profissional e humana.

REFERÊNCIAS

ALVES, Hérlei Mariano Martins. **Contribuições dos técnicos administrativos em educação nos processos de inclusão na educação profissional e tecnológica.** Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. IFAL - Campus Benedito Bentes. Maceió-AL, 2020.

ANDRADE, Kimberly Soares. **Estigma e educação: Relatos das trajetórias escolares de sujeitos com deficiência.** Blumenau-SC, 2024. Editora IFC, 2024 Disponível em: E-BOOK-ESTIGMA-E-EDUCACAO-versao-finalizada.pdf (ifc.edu.br). Acesso em: 15 de outubro de 2024.

ANJOS, Isa Regina Santos dos. **Programa TEC NEP: avaliação de uma proposta de educação profissional inclusiva.** São Carlos-SP, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2949>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

AZVEDO, Crislane Barbosa. Diferenças não devem ser toleradas: reflexões sobre escola inclusiva e educação para a diversidade. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade, n.53, vol.27, 2024.**

BARBOSA, Ana Karla Gomes; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa. Educação inclusiva: reflexões sobre a escola e a formação docente. **Revista Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 1-11, 2021.** Disponível em: <https://revistas.uece.br/>. Acesso: 14 de outubro de 2024.

BLANCO, Rosa. **Aprendendo na diversidade: implicações educativas.** Foz do Iguaçu, 2003. Disponível em: <http://entreamigos.org.br/Educativas.pdf>. Acesso em: 14 de outubro 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Brasília, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em 14 de setembro de 2022.

BRASIL. **Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Brasília-DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (2015).** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 06 de setembro de 2022.

BRASIL. **Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (2018).** Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2016-2022. 132p.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília-DF,

2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC>. Acesso em: 09 de novembro de 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação. IFAL.** Resolução nº 45/CS, de 22 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a organização, o funcionamento e as atribuições do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas- NAPNE- do Instituto Federal de Alagoas- IFAL. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.** Um novo modelo em educação profissional e tecnológica- concepção e diretrizes. Brasília, 2010. Disponível em <http://portal.mec.gov.br.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 06 de dezembro de 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC; SEESP, 2001. Disponível em: Livro (mec.gov.br). Acesso em: 16 de outubro de 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: Política Nacional de Educação Especial (mec.gov.br). Acesso em: 15 de outubro de 2024.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, DF: Senado Federal, 1994.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Secretaria de Educação Especial/MEC. Brasília, DF, 2008a.

CARVALHO, Ermans Quintela; CAVALCANTI, Ricardo Jorge. **Inclusão na EPT: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo.** *Revista Research, Society and Development*, v. 9, n. 5. ProfEPT/Ifal, Brasil, 2020.

CARVALHO, Rosita Ediller. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "Is".** Porto Alegre, Mediação, 2019.

CEBELO, Nara. Moreira. **A importância do universo lúdico para crianças com Síndrome de Down.** 2012. Artigo disponível em: <http://www.efdeportes.com/afd168/universo-ludico-para-criancas-com-sindrome-de-down.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo.** In: SALETE, Roseli;

PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

COSTA, Elenilson Silva. Guia Completo: atividades Pedagógicas Adaptadas. São Paulo-SP, 2024. Disponível em: <https://escolasdisruptivas.com.br/>. Acesso em: 07 de novembro de 2024.

COSTA, Lenin Mendes. **Utilização de objetos de aprendizagem para inclusão de alunos surdos no ensino médio integrado ao técnico**. Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. IFAL - Campus Benedito Bentes. Maceió-AL, 2021.

COSTA, Mariane de Lima; CAVALCANTE, Valéria Campos. **Inclusão dos estudantes com deficiência em Alagoas: PEE-AL em questão**. Debates em Educação. Maceió. v. 14, n. 34, 2022. Disponível em: (PDF) Inclusão dos estudantes com deficiência em Alagoas: PEE-AL em questão (researchgate.net). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

COSTA, Paulo Damasceno; FASSHEBER, Daniela Monteiro. Gestão escolar e os desafios da educação especial e inclusiva. **Revista Acadêmica Digital**, n.73, vol.50, 2024.

CUNHA, Fernando Icaro Jorge. A importância do brincar no processo de inclusão de alunos/as especiais no ambiente educacional. **Revista Research, Society and Development**, v. 10, n. 11, e384101120094, 2021.

DAL-COL, Patrícia S.; GALVÃO, Edna F. C. Do paradigma da corporeidade à semiótica do corpo: uma reflexão sobre a produção de subjetividade nas vivências em Biodanza. **Brazilian Journal of Development**. V.6, n.5, p. 29836-29846, 2020.

DA CUNHA, Taiza de Lima. **O manual pedagógico como ferramenta de inclusão: um olhar reflexivo sobre os paradigmas educacionais do núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas do instituto federal de alagoas**. Programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. IFAL - Campus Benedito Bentes. Maceió-AL, 2020.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Isabel Cristina de Azevedo. **Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DA SILVA, Gabrielle. **O esporte adaptado como forma de inclusão**. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto vale do Itajaí. Itajaí-RS, 2020. Disponível em: <https://www.unidavi.edu.br/>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

DA SILVA, Roberto Rafael. **A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular**. Ensaio: aval. pol. pública. Educação, Rio de Janeiro, v.31, n.118, p. 1-22, jan./mar. 2023.

DEBONA, Ana Lúcia Zancanella; PASSOS, Joelma Eler. Construção da educação inclusiva na história do Brasil: avanços da legislação e desafios da prática. In: MACHADO, Suzana Grimaldi; LORETE, Eliane Oliveira (Org.). **Educação inclusiva: múltiplas práticas e olhares**. Venda Nova do Imigrante: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2019. Disponível em: <https://vendanova.ifes.edu.br/images/pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

DE SOUZA, Raíssa Fabris; THOMPSON, Ana Beatriz Accorsi. A educação domiciliar e a questão da sociabilidade escolar: reflexões sobre o projeto de lei 2.401/2019. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 23, n. 3, p. 787-797, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernadete Angelina. Estudos qualitativos em educação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 30, n.1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. Vol.2: 1931-1937. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

IFAL. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFAL 2019/2023**. Disponível em: www2.ifal.edu.br/pdf. Acesso em: 01 de fevereiro de 2024.

IFAL. **Resolução nº 45/CS, de 19 de maio de 2014**. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/>. Acesso em: 04 novembro de 2024.

KISHIMOTO, Morchida Tizuko *et al.* **Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação**. São Paulo- SP; Editora. Cortez, 2002.

Lei nº 13.146- 2015 – Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência- LBI.

LEVIN, Esteban. **O corpo ajuda o estudante aprender**. Revista Nova Escola, Janeiro/fevereiro, 2005.

LIMA, Júlia Dias *et al.* Desafios da Inclusão no Brasil: A Dificuldade da Educação Inclusiva dos Alunos com Deficiência nas Escolas Brasileiras. **Caderno discente**, v. 8, n. 1, p. 72-80, 2023.

MANACORDA, Mario. **Marx e as Pedagogias Modernas**. 2 ed. Campinas: Alínea, 2010.

MARQUES, Carlos Alberto. Uma leitura da inclusão a partir do pensamento de Paulo Freire. **Revista Inter-Ação**, v. 31, n. 2, p. 219-229, 2006.

MARQUES, Mariana Cavalcante dias Malta. **Guia didático para o ensino de jogos cooperativos nas aulas de Educação Física: uma proposta com enfoque socioemocional**. Programa de pós-graduação em Educação Profissional e

Tecnológica. IFAL - Campus Benedito Bentes. Maceió-AL, 2022.

MARTINS, Jeisa Ariele. **Educação especial e educação inclusiva: quem são estes sujeitos na sociedade?** Paraná-SC, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

MENDES, Marlon Jose Gavlik; DENARI, Fátima Elisabeth; COSTA, Maria Piedade Resende. **Preconceito, discriminação e estigma contra pessoas com deficiência: uma revisão sistemática de literatura**. Revista Eletrônica de Educação, v. 16. 2022.

MENEGHIN, Vithória Bastos; MENDES, Thiago Fernando. **A socialização no ambiente escolar**. Faculdade Dom Bosco. Porto Alegre – RS, 2020. Disponível em: <https://facdombosco.edu.br/>. Acesso em: 09 de novembro de 2024.

MOISES, Ronaldo Rodrigues; STOCKMANN, Daniel. **A pessoa com deficiência no curso da história: aspectos sociais, culturais e políticos**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS, 2020. Disponível em: olivia, +1. +HistELA++Ronaldo++20780.pdf. Acesso em: 21 de janeiro de 2025.

MOTA, Karla Rodrigues. **A “Travessia”**: a formação omnilateral no curso técnico integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. 2019. 104p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Instituto Federal de Goiás, Anápolis-GO, 2019.

MONTEIRO, Vanessa dos Santos; MADUREIRA, Jóni André Borges; FONSECA, Inês Alexandra Dias; MELO, Pedro Miguel de Almeida; JORGE, Ana Maria. Modelo evolucionário de análise de conceito: uma reflexão. **Studies in Health Sciences, Curitiba, v.5, n.3, p. 01-16, 2024**.

MOURA, Maria Aparecida Dias; SANTOS, Fabiano Antonio. **As políticas educacionais brasileiras à luz da declaração mundial sobre educação para todos**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Corumbá-MS, 2023.

NETO, Antenor Oliveira Silva; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla; SANTOS, Vera Maria. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial, v. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar. 2018**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil. Disponível: <https://periodicos.ufsm.br/>. Acesso em: 03 de novembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948**. Disponível em: <https://www.onu.org.br/img>. Acesso em: 02 de novembro de 2024.

PESSOTTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PINTO, Jacyguara Costa *et al.* A Importância da Atividade Lúdica na Educação Inclusiva. **Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v.7, p.330-342, 2023**.

POLATO, Amanda e RATIER, Rodrigo. As situações didáticas da Educação Física. **Revista Nova Escola Edição Especial – As expectativas de aprendizagem e as melhores formas de trabalhar os conteúdos do 1º ao 5º anos. nº 23, maio de 2009.**

RAMOS, Francicleo Castro. Socialização e cultura escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, 2018. Disponível: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 09 de novembro de 2024.

RODRIGUES, José. **Educação politécnica. DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM SAÚDE, 2009.** Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em: 13 de março de 2024.

SARTURI, Cristina; DOS SANTOS, Angela Maria. Práticas inclusivas na educação profissional: uma revisão sistemática. **EPT em revista, n. 1, vol. 8, 2024.**

SANTOS, Camila Marafigo; MACHADO, Mércia Freire Rocha Cordeiro. **Educação inclusiva: do que estamos falando?** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2021.

SILVA, Maria Dulce dos Santos; WEISS, Silvio Luiz Indrusiak. O corpo na escola e na vida: a educação corporal e seus efeitos no indivíduo. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG, n. 5, vol. 2, 2004.**

SILVA, Patrícia Messias; CAMPOS, Silvana Aparecida; GONÇALVES, Maria Beatriz Ribeiro. O processo de ensino-aprendizagem relacionado à realidade da educação inclusiva. **PARADIGMA, n. 1, vol. 45. Maracay-Venezuela, 2024.**

SILVA, Thais Gama. Protagonismo na adolescência: a escola como espaço e lugar de desenvolvimento humano. 2009. 142p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/jpe.v13i0.67496>. Acesso em: 23 de julho de 2023.

SOMMER, Lidiane Corrêa de Oliveira. **Acesso e permanência de ESTUDANTES com deficiência no ensino médio integrado da rede federal: tecendo diálogos entre a educação especial e a educação profissional e tecnológica.** Dissertação de mestrado. UFABA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

TOLEDO, Cezar Alencar Arnaut; GOMES, Jarbas Mauricio. Antonio Gramsci e a organização da escola italiana (1922-1932). **Revista Diálogo Educacional, v. 13, n. 40, p. 1105-1120, 2013.**

VARGAS, Francisco. **A Criança e o Esporte: uma Perspectiva Lúdica.** Canoas: ed. Ulbra, 2011.

YAEGASHI, João Gabriel; NADER, Michele; YAEGASHI, Solange Raimundo; MAÇÃO, Tayene Elize. A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais: contextualização histórica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica, v. 8, n. 8, 2021.** Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index>. Acesso em: 14 de outubro 2024.

WOLFFNBUTTEL, Cristina Rolim. Pesquisa qualitativa e quantitativa: compreendendo as abordagens e construindo possíveis combinações. **Revista Conhecimento e divulgação científica: investigação e transformação para popularização da ciência, v.1, 2023**. Disponível em: <https://editorapublicar.com.br/>. Acesso em: 05 de novembro de 2024.

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

ANEXO B – Parecer consubstanciado de aprovação do CEP.

ANEXOS

TCLE (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO NAPNE)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa “Atividades lúdicas no contexto da Educação Física para alunos DF’s na EPT”, que será realizado no Instituto Federal de Alagoas. Recebi dos pesquisadores Marco Aurélio Andrade Lira e Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles, responsáveis por sua execução, as seguintes informações do projeto de pesquisa com relação à minha participação, tais informações me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

1. O estudo se destina a auxiliar, através de conteúdos lúdicos da Educação Física, os profissionais do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) enquanto sua atuação interdisciplinar diante de alunos DF’s (Deficientes Físicos) na EPT (Educação Profissional e Tecnológica) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Tem como objetivos secundários: 1- Resgatar memórias relacionadas a atividades de expressões corporais que foram realizadas nos ambientes formais do campus IFAL Satuba; 2- Entender a classificação das deficiências; 3- Estimular a interação e inclusão social; e, 4- Melhorar o ensino-aprendizado de alunos com deficiência física na EPT do IFAL.
2. A importância desta pesquisa é proporcionar aos alunos DF’s uma educação Omnilateral, que não seja formadora apenas para o mercado de trabalho, mas sim que contemple as bases conceituais da EPT (Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia), combatendo as desigualdades sociais.
3. Em relação aos resultados que se desejam alcançar, tanto através da dissertação quanto do PE construídos pelo estudo, intenciona-se primeiramente uma reflexão sobre práticas educacionais, no contexto da Educação Física, que vão além do currículo tradicional, e o quanto elas são relevantes para uma educação plena. Relacionado as atividades lúdicas, propostas pelo PE, que serão utilizadas como veículo de ensino-aprendizado de DF’s na EPT, espera-se alcançar a formação do cidadão através da inclusão, interação social e educação Omnilateral, assim como resgatar as memórias relacionadas a cultura corporal existentes em âmbito do IFAL *campus* Satuba.
4. A coleta de dados começará em 06/2023 e terminará em 01/2024.
5. A sua participação será da seguinte maneira: sob a orientação do pesquisador, por meio de entrevista semiestruturada e questionários com perguntas fechadas e abertas, em que se discutirão questões relativas à temática.

Os incômodos e possíveis riscos à sua saúde física e/ou mental são: por se tratar de uma pesquisa em que usar-se-ão questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados é passível que exista

constrangimento ou aborrecimento em responder aos questionários, desconforto ao se expor durante as entrevistas e narrativas autobiográficas. Além dos riscos de invasão de privacidade e o de perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados. Em que o primeiro poderá ser minimizado por meio da exclusão desses arquivos do armazenamento virtual, assim que for finalizada a coleta dos dados, e colocados em armazenamento local (HD, cartão de memória, pendrive). E o segundo evitando expor o/a participante a situações que o/a faça perder o autocontrole e se comprometendo a não divulgar pensamentos e sentimentos nunca revelados sem a permissão do participante, caso ocorra. A qualquer momento o colaborador poderá, a partir de seu pedido, ser desligado do estudo e o fato comunicado ao Conselho de Ética na Pesquisa para que se avalie a necessidade de adequação. Havendo quebra de sigilo, os dados com sigilo rompido no curso do estudo serão descartados. Na condição de pesquisadores responsáveis pela pesquisa caso a/o participante venha a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, garantimos que terá a assistência que se fizer necessária bem como a buscar indenização, nos termos da Lei.

No que tange a aplicação dos instrumentos do tipo questionário e/ou entrevistas, há outros possíveis riscos que devem ser mencionados, bem como as formas de minimizar e/ou evitá-los. Levando isto em conta, a seguir serão elencados tais riscos (primeira coluna) e as formas de minimizá-los e/ou evitá-los (segunda coluna):

- | | |
|--|--|
| - Desconforto. | - Garantir o sigilo em relação as suas respostas, as quais serão tidas como confidenciais e utilizadas apenas para fins científicos. |
| - Medo. | - Garantir o acesso em um ambiente que proporcione privacidade durante a coleta de dados, uma abordagem humanizada, optando-se pela escuta atenta e pelo acolhimento do participante, obtenção de informações, apenas no que diz respeito àquelas necessárias para a pesquisa. |
| - Vergonha. | - Garantir a não identificação nominal no formulário nem no banco de dados, a fim de garantir o seu anonimato. |
| - Estresse. | - Esclarecer e informar a respeito do anonimato e da possibilidade de interromper o processo quando desejar, sem danos e prejuízos à pesquisa e a si próprio. |
| - Quebra de sigilo. | - Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou económico-financeiro. |
| - Cansaço. | - Garantir explicações necessárias para responder as questões. |
| - Aborrecimento. | - Garantir local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras. |
| - Quebra de anonimato. | - Garantir a retirada do seu consentimento prévio, ou simplesmente interrupção do autopreenchimento das respostas e não enviar o formulário, caso desista de participar da pesquisa. |
| - Invasão de privacidade. | |
| - Possibilidade de constrangimento. | |
| - Disponibilidade de tempo para responder ao instrumento. | |
| - Alterações de comportamento. | |
| - Exposição de dados e fotos clínicas do participante que possam resultar na sua identificação. | |
| - Exposição da imagem do participante em vídeos (gravados ou não) que possam resultar na sua identificação. | |
| - Desconforto emocional relacionado a presença do pesquisador. | |
| - Responder a questões sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade ou intimidade pessoal. | |
| - Discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado. | |
| - Divulgação de dados confidenciais. | |
| - Desconfortos e constrangimentos quando há falta de cuidado na elaboração do conteúdo e no modo de aplicação. | |

- Alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante.
- Alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre sexualidade, divisão de trabalho familiar, satisfação profissional etc.
- Garantir ao participante a liberdade de se recusar a ingressar e participar do estudo, sem penalização alguma por parte dos pesquisadores.
- Orientar aos participantes que a concordância ou não em participar da pesquisa em nada irá alterar sua condição e relação civil e social com a equipe de pesquisa e a Universidade de origem.
- Garantir uma abordagem cautelosa ao indivíduo considerando e respeitando seus valores, cultura e crenças; promoção de privacidade em ambiente tranquilo e seguro.
- Assegurar ao participante, caso necessite, a assistência de outros profissionais, como, por exemplo, da área de Enfermagem, Fisioterapia, Psicologia, Nutrição, Terapia Ocupacional, entre outros. A Resolução é clara em afirmar que o pesquisador deve prestar assistência integral, e não apenas em uma determinada área, e se responsabilizando pelos recursos financeiros da assistência.
- Garantir o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual.
- Garantir que não haverá interferência dos pesquisadores nos procedimentos habituais do local de estudo ou na vida do participante.
- Deve-se garantir ao participante de pesquisa o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada.
- Garantir ao participante de pesquisa o acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento.
- O pesquisador responsável deverá, após a conclusão da coleta de dados, fazer o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".
- Limitar o acesso aos prontuários apenas pelo tempo, quantidade e qualidade das informações específicas para a pesquisa.
- Garantir a não violação e a integridade dos documentos (danos físicos, cópias, rasuras).
- Garantir o zelo pelo sigilo dos dados fornecidos e pela guarda adequada das informações coletadas, assumindo também o compromisso de não publicar o nome dos participantes (nem mesmo as iniciais) ou qualquer outra forma que permita a identificação individual.

6. Os benefícios esperados com a sua participação no projeto de pesquisa, mesmo que não diretamente são: além da fundamentação científica acerca do tema, poder contribuir para uma Educação Omnilateral de discentes DF's, baseada na associação entre as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura no processo formativo a partir do produto educacional que se presta à oferta de um guia destinado a auxiliar os profissionais do NAPNE no ensino-aprendizado de alunos DF's. No que diz respeito a atividades lúdicas aplicadas no PE, visa-se, também o alcance de momentos de reflexão sobre as práticas de todos os envolvidos no supracitado processo. E para aquelas/es que já promovem uma educação embasada na pedagogia através de atividades lúdicas para seus estudantes, que esta pesquisa possa acrescentar dados para este itinerário formativo.
7. Você será informado(a) do resultado final do projeto e sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.
8. A qualquer momento, você poderá recusar a continuar participando do estudo e, também, que poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.
9. As informações conseguidas por meio da sua participação não permitirão a identificação individual, exceto para a equipe de pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto após a sua autorização.
10. O estudo não acarretará despesa alguma para você.
11. Você receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por todos.

Eu _____, tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no estudo “Atividades lúdicas no contexto da Educação Física para alunos DF's na EPT”, e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço da equipe da pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS.
Endereço: Av. Benedito Bentes, S/N – Conj. Benedito Bentes II.
Complemento: Próximo a Escola Estadual Marcos Antônio.
Cidade/CEP: Maceió/57084-649.
Telefone: (82) 2126 – 623.

Contato de urgência:

Sr. Nelson Vieira da Silva Meirelles.

Endereço: Av. José Airton Gondim Lamenha- 810. Bairro: São Jorge.

Complemento: Residencial Vista do Atlântico. Bloco 01- Apto 308.

Cidade/CEP: Maceió-AL/57044-098.

Telefone: (82) 9806-9971.

Marco Aurélio Andrade Lira: Rua Ana Lúcia Moreira, nº 45. Bairro: Serraria.Complemento:
Próximo a Fundação Bradesco.

Cidade/CEP: Maceió-AL/ 57046-560.

Telefone: (82) 99395-2732.

ATENÇÃO

Assinatura ou impressão datiloscópica do (a)
voluntário, (a) ou responsável legal
(Rubricar as demais páginas)

Nome e Assinatura do Pesquisador
responsável pelo estudo
(Rubricar as demais páginas)

Maceió, 21 de março de 2023.



Documento assinado digitalmente

MARCO AURELIO ANDRADE LIRA

Data: 21/03/2023 16:46:08-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATIVIDADES LÚDICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ALUNOS DEFICIENTES FÍSICOS (DF's) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Pesquisador: MARCO AURELIO ANDRADE LIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 67154822.8.0000.0195

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.030.760

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa "Atividades Lúdicas no Contexto da Educação Física para Alunos DF's na EPT" expõe um estudo que tem como objetivo auxiliar, através da Educação Física, os componentes do NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) enquanto sua atuação interdisciplinar diante de alunos DF's (Deficientes Físicos) na EPT (Educação Profissional e Tecnológica) do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). É baseado no método de pesquisa-ação de caráter qualitativo, tendo início com um estudo subsidiado por uma revisão de literatura constituída tanto de materiais físicos como virtuais. Posteriormente serão coletados dados primários através de mecanismos como: questionários e/ou entrevistas. Os dados primários serão reunidos in loco no campus IFAL de Satuba. O trabalho terá como núcleo o Produto Educacional (PE) intitulado "Guia de Atividades Lúdicas para alunos DF's na EPT". É altamente relevante conhecer as especificidades de cada aluno deficiente físico no âmbito da EPT, e por isto no referencial teórico serão abordados, para o momento, aspectos relacionados ao entendimento da classificação das deficiências de forma geral, Educação Física na EPT, o NAPNE e a inclusão de alunos PcD's na EPT e suas particularidades de aprendizado e utilização de atividades lúdicas através da Educação Física para DF's. Contudo, é inegável a falta de preparo na atuação dos profissionais quando confrontados com as singularidades de um PCD, por isso é imprescindível que os envolvidos no processo educacional desse aluno entendam o tipo de deficiência por ele apresentada, para então utilizarem-se de metodologias mais adequadas. Os resultados

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404

Bairro: Jatiuca

CEP: 57.035-660

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3194-1176

E-mail: eticaempesquisa@ifal.edu.br



Continuação do Parecer: 6.030.760

Folha de Rosto	folhaDeRost_assinada.pdf	06/02/2023 17:58:44	MARCO AURELIO ANDRADE LIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	25/11/2022 18:36:23	MARCO AURELIO ANDRADE LIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_PARA_SU BMISSAO_MESTRADO_IFAL.pdf	25/11/2022 18:33:42	MARCO AURELIO ANDRADE LIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_NAPNE.pdf	25/11/2022 18:30:16	MARCO AURELIO ANDRADE LIRA	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_DOCUM ENTO_ASSINADO.pdf	25/11/2022 18:20:12	MARCO AURELIO ANDRADE LIRA	Aceito
Outros	DECLARACAO_DE_CUMPRIMENTO_ DE_NORMAS_DOCUMENTO_ASSINA DO.pdf	25/11/2022 18:17:34	MARCO AURELIO ANDRADE LIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTA_DE_APRESENTACAO_DECLA RACAO_DE_INFRAESTRUTURA_AUT ORIZACAO_DA_PESQUISA_DOCUME NTO_ASSINADO.pdf	25/11/2022 18:10:57	MARCO AURELIO ANDRADE LIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACEIO, 28 de Abril de 2023

Assinado por:
GILSON OLIVEIRA DOS SANTOS
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103, 4o andar, sala 404

Bairro: Jatiuca

CEP: 57.035-660

UF: AL

Município: MACEIO

Telefone: (82)3194-1176

E-mail: eticaempesquisa@ifal.edu.br

APÊNDICES

APÊNDICE A – Visita técnica (registros visuais de dependências).

APÊNDICE B – Formulário online de pesquisa diagnóstica – NAPNE (Formulário 1).

APÊNDICE C – Formulário online – Perfil profissional dos membros do NAPNE *campus* IFAL Satuba (Formulário 2).

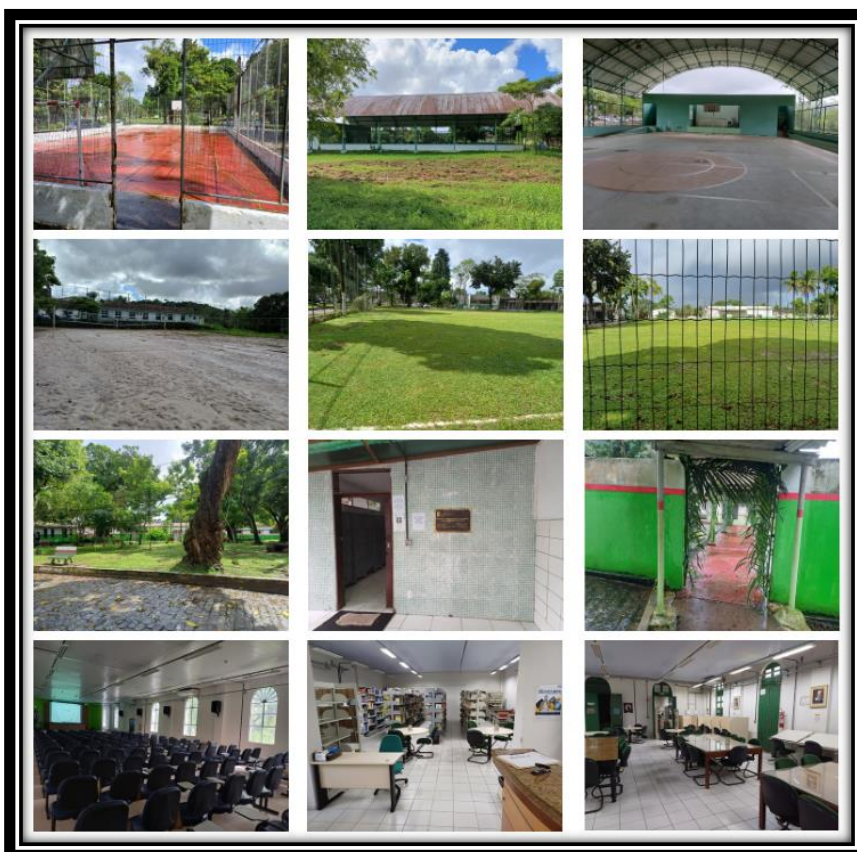
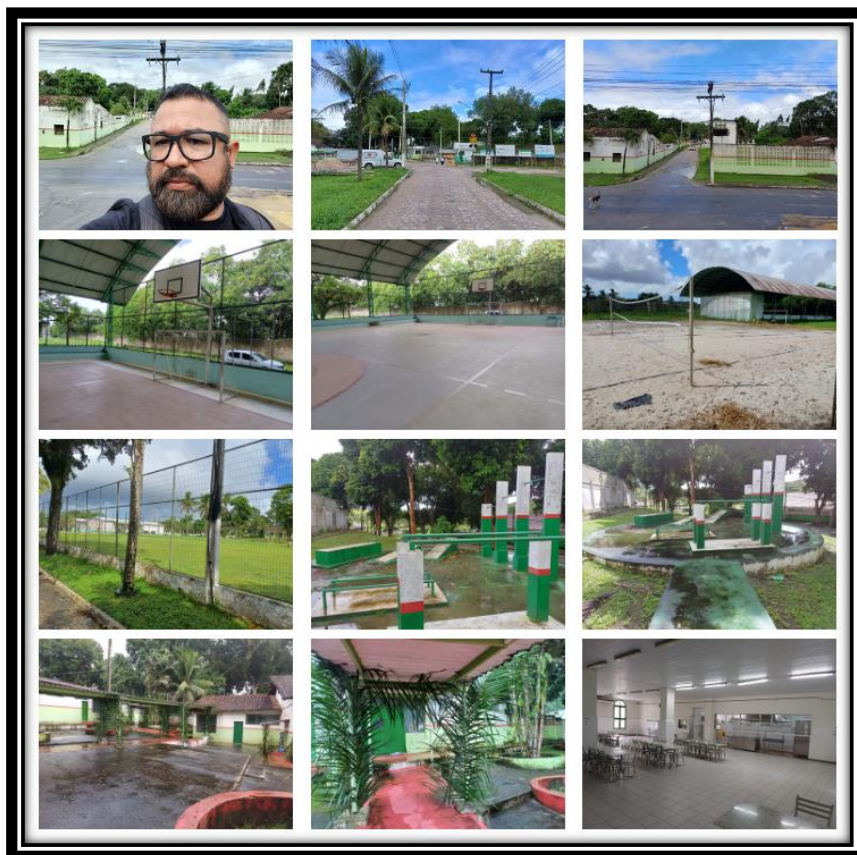
APÊNDICE D – Entrevista semiestruturada com membros do NAPNE.

APÊNDICE E – Entrevista semiestruturada (Depoimentos de EcD's IFAL de Satuba) .

APÊNDICE F – Formulário online final de avaliação do PE (Formulário 3).

APÊNDICE G – Produto Educacional.

APÊNDICE A- VISITA TÉCNICA - 20/06/2023 (CAMPUS IFAL SATUBA)



Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT

DATA: 26-04-2023.

TEMA REFERENTE AO PRODUTO EDUCACIONAL DO CURSO DE MESTRADO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA ProfEPT-IFAL.

A PROPOSTA EM QUESTÃO TÊM SUAS DIRETRIZES VOLTADAS PARA A LINHA DE
PESQUISA 2 ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS DE ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA EPT.

MESTRANDO: MARCO AURÉLIO ANDRADE LIRA.

ORIENTADOR: PRF. DR. NELSON VIEIRA DA SILVA MEIRELLES.

OBS.: ESTE FORMULÁRIO NÃO COLETARÁ SEU NOME. ELE É COMPOSTO DE
CINCO QUESTÕES, E SUAS RESPOSTAS FARÃO PARTE DA ANÁLISE DIAGNÓSTICA
PARA A CONSTRUÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL NO CAMPUS SATUBA.

NOTA: VOCÊ NÃO ULTRAPASARÁ 5 MINUTOS PARA PARTICIPAR DA PESQUISA E
DEVE ESTAR CIENTE QUE A PARTIR DO MOMENTO EM QUE PREECHER ESTE
FORMULÁRIO ESATARÁ AUTORIZANDO O USO DE SUAS RESPOSTAS PARA FINS
DO CURSO JÁ CITADO.

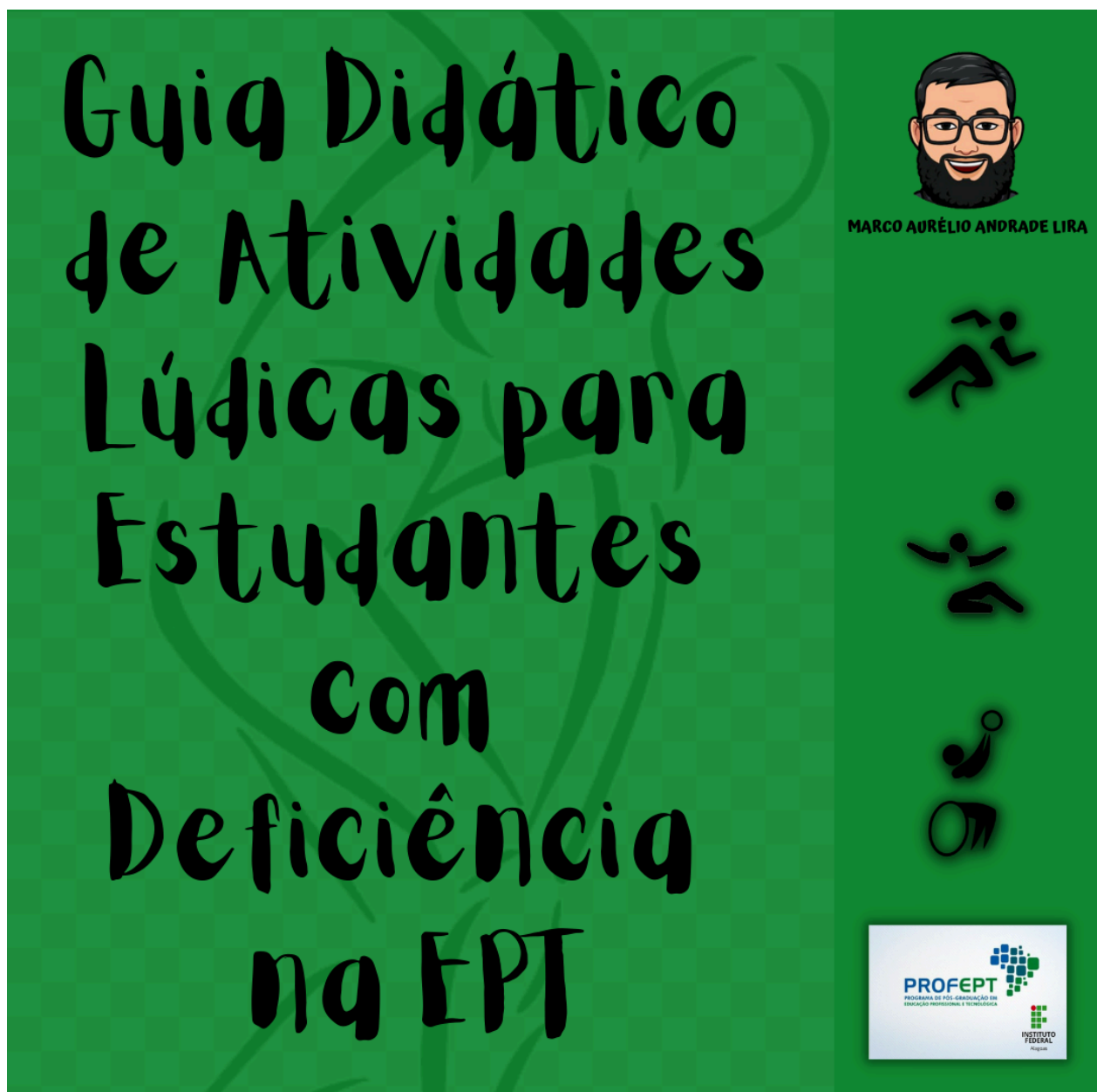
* Indica uma pergunta obrigatória

APRESENTAÇÃO

O PRODUTO EDUCACIONAL "GUIA DIDÁTICO DE ATIVIDADES LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EPT" ESTÁ SENDO CONSTRUÍDO COM O OBJETIVO DE COLABORAR, POR MEIO DO NAPNE IFAL-SATUBA, COM O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO DA EPT. SEU CONTEÚDO PROPÕE ATIVIDADES DE CUNHO LÚDICO POR MEIO DE JOGOS E BRINCADEIRAS ADAPTADAS. ELE SERÁ DISPONIBILIZADO EM FORMA FÍSICA E DIGITAL PARA SER UTILIZADO POR TODOS OS ENVOLVIDOS COM O ENSINO E APRENDIZAGEM DOS EDUCANDOS MATRÍCULADOS NO IFAL CAMPUS DE SATUBA-AL.

ABAIXO ESTÁ A CAPA DO PE, O QUAL SE ENCONTRA EM FASE DE CONSTRUÇÃO.

PE



1. 1- QUAL SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA? *

2. 2- QUAL SEU CARGO NO "NAPNE"? *

3. 3- VOCÊ JÁ TRABALHOU COM EcD's (Estudantes com Deficiência) EM ALGUMA SITUAÇÃO DE SUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL? *

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO

4. 4- ENQUANTO INTEGRANTE DO NAPNE, O QUE VOCÊ NOTA COMO PRINCIPAL DIFICULDADE APRESENTADA PELOS PROFESSORES EM ENSINAR OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA DO CAMPUS? *

Marcar apenas uma oval.

FALTA DE CONCENTRAÇÃO DO ESTUDANTE.

A NECESSIDADE ESPECÍFICA DO ESTUDANTE GERA DESCONFORTO NO PROFESSOR AO APLICAR SUA METODOLOGIA DE ENSINO.

A MÁ FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR EM LIDAR COM A SITUAÇÃO.

O PROFESSOR NÃO CONSEGUE INSERIR O ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA NO MESMO CONTEXTO DE ATIVIDADES DOS DEMAIS ALUNOS.

OUTROS.

5. 5- QUAL NÍVEL DE RELEVÂNCIA QUE A ELABORAÇÃO DO GUIA EM QUESTÃO APRESENTA PARA O SEU TRABALHO COM PcD's? *

Marcar apenas uma oval.

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5

OBRIGADO!!!!!!!!!!!!

QUE DEUS ABENÇOE TODOS!

ABRAÇO!!!!!!!!!!!!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Práticas Lúdicas para Estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica

DATA: 03-08-2023.

TEMA REFERENTE A DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA ProfEPT-IFAL. A PROPOSTA EM QUESTÃO TÊM SUAS DIRETRIZES VOLTADAS PARA A LINHA DE PESQUISA 2 ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS DE ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA EPT.

MESTRANDO: MARCO AURÉLIO ANDRADE LIRA.

ORIENTADOR: PROF. DR. NELSON VIEIRA DA SILVA MEIRELLES.

NOTA: VOCÊ DEVE ESTAR CIENTE QUE A PARTIR DO MOMENTO EM QUE PREECHER ESTE FORMULÁRIO ESTARÁ AUTORIZANDO O USO DE SUAS RESPOSTAS PARA FINS DO CURSO JÁ CITADO. EM NENHUM MOMENTO AS INFORMAÇÕES COLETADAS SERÃO UTILIZADOS PARA OUTROS FINS. NELE CONTÉM 17 QUESTÕES, TODAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA.

* Indica uma pergunta obrigatória

ABAIXO ESTÁ O LINK PARA ACESSO AO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) DA PESQUISA, CLIQUE NELE E LEIA COM ATENÇÃO. APÓS ESTA AÇÃO, POR GENTILEZA, NA PRÓXIMA SEÇÃO AUTORIZE O USO DE SEUS DADOS COLETADOS PARA FINS DESTES ESTUDO.

[TCLE](#)

1. **POR FAVOR, CLIQUE NO TERMO "SIM" PARA AUTORIZAR O USO DE SEUS DADOS COLETADOS PARA FINS DESTES TRABALHO. DESDE JÁ AGRADECEMOS.**

Marcar apenas uma oval.

SIM

APRESENTAÇÃO

Este Questionário compõe a pesquisa: "PRÁTICAS LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA (EcD's) NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)", sob responsabilidade do pesquisador Marco Aurélio Andrade Lira e orientação do prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles (ProfEPT/IFAL). **Ele é composto de 17 questões, todas objetivas (Múltipla escolha).**

Assim, pedimos gentilmente que responda a este questionário a fim de que nos sirva como um dos instrumentos de coleta de dados. Asseguramos que a sua identidade será preservada para fins éticos em todo o processo investigativo. Esclarecemos que, em quaisquer momentos, você poderá recusar a continuidade de sua participação neste processo.

Pela colaboração, antecipadamente, agradecemos,

Marco Aurélio Andrade Lira - Mestrando (ProfEPT/Ifal).

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles - Orientador (ProfEPT/FAL).

2. **1- NOME PELO QUAL GOSTARIA DE SER IDENTIFICADO/A NA PESQUISA?** *

3. **2- Faixa etária? ***

Marcar apenas uma oval.

- 18 a 25 anos.
- 26 a 40 anos.
- 41 a 55 anos.
- acima de 55 anos.

4. **3- Sexo? ***

Marcar apenas uma oval.

- M.
- F.
- Outro.
- Não desejo responder.

5. **4- Formação escolar/acadêmica? ***

Marcar apenas uma oval.

- Nível médio.
- Nível superior.
- Especialização.
- Mestrado.
- Doutorado.
- Não desejo responder.

6. **5- Tempo de trabalho na Instituição/Campus? ***

Marcar apenas uma oval.

- 0 a 5 anos.
- 6 a 10 anos.
- 11 a 15 anos.
- Acima de 16 anos.

7. **6- Na sua formação acadêmica, houve alguma disciplina que abordou aspectos referentes a Pessoa com Deficiência (PcD)? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não.
- Raramente.
- Não desejo responder.

8. **8- Em sua prática docente, se abordadas, como foram realizadas as discussões que envolvem aspectos ligados ao ensino e aprendizagem de PcD's?** *

Marcar apenas uma oval.

- Não foram abordadas.
- Por meio de formações.
- Por meio de palestras.
- por meio de reuniões pedagógicas.
- Outros.

9. **9- Qual a sua concepção no que diz respeito ao ensino de PcD's?** *

Marcar apenas uma oval.

- Os discentes não assimilam conhecimento.
- Os discentes assimilam conhecimento com dificuldade.
- Os discentes assimilam conhecimento com facilidade.
- O processo de ensino e aprendizagem depende quase em sua totalidade do trabalho realizado pelo docente.
- Os docentes não se mostram preparados para lidar com a situação, prejudicando o processo de ensino-aprendizado do educando.
- Os discentes são desmotivados por conta de sua necessidade especial, por isso não progredem em seus aspectos educacionais.
- Outros.

10. **10- Você se sente preparada(o) para lidar com os/as Estudantes com Deficiência (EcD's)?** *

Marcar apenas uma oval.

- Sim.
- Não

11. **11- A utilização dos práticas educacionais lúdicas é de extrema relevância para ser desenvolvido uma Educação Omnilateral e inclusiva na EPT.** *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

12. **12- É relevante promover uma formação Omnilateral para a/o estudante do Ensino Médio Integrado por meio de atividades lúdicas, pois assim o estudante estará sendo realmente preparado para ingressar no mercado de trabalho, e pronto para atender as demandas sociais.** *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

13. **13- As atividades lúdicas sempre trazem questões relacionadas à inclusão.** *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

14. **14- É imprescindível discutir a presença/ausência de pedagogias lúdicas, no que tange a uma educação além da sala de aula.** *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem concordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

15. **15- A ludicidade é indispensável para que o processo de ensino e aprendizagem se torne mais prazeroso, ela auxilia os estudantes psicologicamente, cognitivamente e principalmente possibilita a interação e a sociabilização de todos.** *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem concordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

16. **16- A transdisciplinaridade, partindo de práticas lúdicas e inclusivas, é possível de ser estendida para todos os educandos independente se ele for PcD ou não.** *

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem concordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

17. 17- A dissertação e o produto educacional, que estão sendo desenvolvidos nesta pesquisa, respectivamente intitulados “Práticas lúdicas para Estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica” e “Guia de atividades lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT”; possivelmente irão contemplar as bases conceituais da EPT, que por sua vez são trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Marcar apenas uma oval.

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

OBRIGADO!!!!!!!!!!!!!!

QUE DEUS ABENÇOE TODOS!

ABRAÇO!!!!!!!!!!!!!!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICES

APÊNDICE D (ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA) - EQUIPE QUE COMPÕE O NAPNE IFAL CAMPUS SATUBA.

VOCÊ TEM O DIREITO DE NÃO RESPONDER QUALQUER QUESTÃO.

1. Você já participou de uma pesquisa antes?
2. Há quantos anos atua no NAPNE?
3. Qual Sua formação e cargo no NAPNE?
4. Como se sentiu ao ser convidado(a) para participar desta pesquisa?
5. Existe algum tipo de Estudante com deficiência no *campus* IFAL Satuba?
6. Em sua formação acadêmica, houve alguma disciplina que fez abordagens sobre PcD's (Pessoas com Deficiência)?
7. O que você acha de uma pesquisa que trata sobre atividades lúdicas para Estudantes com Deficiência (EcD's) na EPT (Educação Profissional e Tecnológica)?
8. De modo geral, quais as dificuldades que você observa em relação a atuação profissional dos professores referente ao ensino diante de EcD's? (caso não haja no referido *campus*, a pergunta pode ser respondida utilizando-se de experiências em outras instituições).
9. Quais suas principais dificuldades profissionais, em âmbito NAPNE, quando deparado com EcD's? (caso não haja no referido *campus*, a pergunta pode ser respondida utilizando-se de experiências em outras instituições).
10. Você considera os espaços do referido *campus* adequados para as pessoas com Deficiência?
11. Você acha que as atividades educacionais realizadas nesse *campus*, são inclusivas? Se não, o que deveria ser modificado?
12. Existe no NAPNE algum material de apoio educacional para PcD's?
13. Será desenvolvido um PE em forma de guia, voltado para atividades lúdicas envolvendo EcD's. Este contexto é útil para o seu trabalho?
14. No que concerne ao tema “Práticas lúdicas para Estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica”, o que você gostaria que fosse abordado?
15. O que você faria para melhorar o rendimento do ensino-aprendizado dos EcD's?

APÊNDICE E

ENTREVISTA DE DEPOIMENTO – EcD's DO IFAL *CAMPUS* SATUBA.

VOCÊ TEM O DIREITO DE NÃO RESPONDER QUALQUER QUESTÃO.

NOME COMPLETO, IDADE E COMO GOSTARIA DE SER CHAMADO?

1. Você já participou de uma pesquisa antes?
2. Há quanto tempo estuda no IFAL Satuba?
3. Como se sentiu ao ser convidado(a) para participar desta pesquisa?
4. Qual a origem de sua Deficiência?
5. Você participa das aulas de Educação Física? Se não, gostaria de participar? porque?
6. Como se sente em participar/não participar das aulas de Educação Física?
7. Você se acha capaz de participar das aulas de Educação Física? Porque?
8. Você considera os espaços do referido *campus* adequados para os deficientes físicos?
- 9- Aqui no campus IFAL Satuba você é visto com preconceito por ser DF? Se sim, existe algum trabalho de conscientização sobre isso?
- 10- O que diria para seus professores para que você pudesse melhorar seu desempenho nas aulas?

AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE) GUIA DIDÁTICO DE ATIVIDADES LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

DATA: 16-01-2024.

TEMA REFERENTE AO PRODUTO EDUCACIONAL DO CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO PROGRAMA ProfEPT-IFAL. A PROPOSTA EM QUESTÃO TÊM SUAS DIRETRIZES VOLTADAS PARA A LINHA DE PESQUISA 2 ORGANIZAÇÃO E MEMÓRIAS DE ESPAÇOS PEDAGÓGICOS NA EPT, E FAZ PARTE DO ESTUDO "PRÁTICAS LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA".

* Indica uma pergunta obrigatória

APRESENTAÇÃO

ESTE FORMULÁRIO CONTEM UMA ÚNICA QUESTÃO. ELE É DESTINADO A AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL CITADO ANTERIORMENTE. ABAIXO ESTÁ O LINK PARA ACESSO AO PE. CLIQUE NO LINK E LEIA COM ATENÇÃO, PARA ENTÃO AVALIAR O MATERIAL.

[PE](#)

Pedimos gentilmente que responda a esta pergunta a fim de que nos sirva como um dos instrumentos de coleta de dados. Asseguramos que a sua identidade será preservada para fins éticos em todo o processo investigativo. Esclarecemos que, em quaisquer momentos, você poderá recusar a continuidade de sua participação neste processo.

Pela colaboração, antecipadamente, agradecemos,

Marco Aurélio Andrade Lira - Mestrando (ProfEPT/Ifal).

Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles - Orientador (ProfEPT/FAL).

1. COMO VOCÊ QUER SER IDENTIFICADO? *

2. 1- AO VISUALIZAR O GUIA DIDÁTICO DE ATIVIDADES LÚDICAS PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, QUAL SUA AVALIAÇÃO? *

Marcar apenas uma oval.

- Insuficiente, pois não acrescenta relevância ao meu cotidiano profissional no NAPNE, e não trabalha inclusão.
- Regular, pois acrescenta baixa relevância ao meu cotidiano profissional, e é material que trabalha inclusão de forma bem restrita.
- Bom, pois a maioria das atividades propostas acrescenta relevância ao meu cotidiano profissional e são inclusivas.
- Excelente, pois eu achei todas as atividades bastante inclusivas e relevantes ao meu cotidiano profissional.

OBRIGADO!!!!!!!!!!!!

QUE DEUS ABENÇOE TODOS!

ABRAÇO!!!!!!!!!!!!



Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE G

PRODUTO EDUCACIONAL



Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT



MARCO AURÉLIO ANDRADE LIRA



Marco Aurélio Andrade Lira
Autor

Nelson Vieira da Silva Meireles
Coautor





INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marco Aurélio Andrade Lira

Autor

Nelson Vieira da Silva Meireles

Orientador

Marco Aurélio Andrade Lira

Projeto gráfico e diagramação

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Avançado Benedito Bentes
Biblioteca**

Catalogado por: Fernanda Isis Correia da Silva

Bibliotecária - CRB-4/1796

370 L768g Lira, Marco Aurélio Andrade.

Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT - Campus
Satuba/ Marco Aurélio Andrade Lira - Maceió, 2025.

33 f. : il.

Produto Educacional (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) Instituto Federal de Alagoas, *Campus Avançado Benedito Bentes*, Maceió, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Vieira da Silva Meireles.

1. EPT. 2. Inclusão. 3. Ludicidade. 4. NAPNE. 5. PcD. I. Título.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
1- Adaptação de atividades e acessibilidade	07
2- A relevância das atividades lúdicas no processo de ensino e aprendizagem de EcD's (Estudantes com Deficiência).....	09
3- Sugestões de atividades.....	12
DEPOIMENTOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31
AGRADECIMENTOS	32

APRESENTAÇÃO



Olá!

Esta publicação é um Produto Educacional (PE) que faz parte da dissertação de mestrado intitulada “Práticas Lúdicas para Estudantes com Deficiência na Educação Profissional e Tecnológica”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL) – *Campus* Benedito Bentes, sob orientação do professor Dr. Nelson Vieira da Silva Meirelles. Trata-se de um material pedagógico em formato de guia, intitulado “**Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT**”. Ele foi desenvolvido a partir da metodologia de pesquisa observacional, faz parte da linha de pesquisa 2 e macroprojeto 6, que se intitulam respectivamente “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica” e “Organização de Espaços Pedagógicos da EPT”. A pesquisa observacional proporciona a possibilidade da interação pesquisador-sujeito da pesquisa, na qual são levadas em consideração tanto as opiniões quanto as sugestões dos sujeitos da pesquisa, para que então por meio desta autorreflexão conjunta seja buscado o melhor para que se atinja determinado objetivo.

O PE (Produto Educacional) em questão tem como público-alvo os membros do NAPNE (IFAL *campus* Satuba) e visa, como objetivo principal, contribuir para o ensino e aprendizagem de EcD's na EPT. O recurso pedagógico ficará à disposição dos integrantes do NAPNE, os quais poderão se utilizar das propostas de atividades lúdicas contidas nele para trabalhar. Além disso, em segundo plano o PE buscou a sociabilização e inclusão.

A sugestão é que o guia funcione como um recurso didático para ser aplicado de forma extracurricular caso solicitado por algum docente do *campus* IFAL Satuba.

Para elaborá-lo usou-se como referências teóricas trabalhos desenvolvidos no âmbito da Educação Inclusiva com ênfase em abordagens de atividades lúdicas para EcD's. Além disso, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e formulários online para identificar os principais problemas vivenciados pela equipe do NAPNE em lidar com o ensino e aprendizagem de EcD's na EPT.

O guia é composto por 3 unidades/capítulos, no qual o primeiro é reflexivo sobre a relevância da adaptação das atividades curriculares e acessibilidade do ambiente didático; o segundo é voltado para a conscientização sobre a importância de serem trabalhadas atividades lúdicas, para EcD's, com o propósito de acrescentar qualidade para o ensino e aprendizagem dos citados educandos, e da mesma forma ampliar a formação educacional deles em uma perspectiva Omnilateral; e, o último consta de sugestões de atividades lúdicas para serem aplicadas com os EcD's nos espaços formais do IFAL *campus* Satuba.

Marco Aurélio Andrade Lira

Professor (Rede Estadual-AL)

Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal)

Nelson Vieira da Silva Meirelles

Professor (Ifal)

Professor do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/Ifal)

Orientador

Para que o EcD (Estudante com Deficiência) seja realmente incluído nas atividades frequentes das aulas, o professor, em sugestão, deve conhecer a individualidade de seus educandos em relação as limitações motoras e psicológicas. Somente diante desta condição atingida, o docente irá traçar metodologias que adaptem as atividades didáticas contidas no currículo escolar pré definidas em planejamento. Contudo, é de extrema relevância ao processo de ensino e aprendizagem do EcD que o educador conheça a acessibilidade do ambiente, pois este também deverá ser propício a atender as necessidades dos referidos discentes, e aliado a estes fatores também existe a exigência de implementos pedagógicos de apoio que venham auxiliar o EcD em sua adaptação.

Para Munster (2013, p. 30), as adaptações nos recursos pedagógicos têm como objetivo compensar dificuldades de manipulação de objetos, limitações na mobilidade e limitações sensoriais, entre outras.

Segundo as orientações do MEC, as adaptações curriculares devem ser desenvolvidas em diferentes níveis de atuação: nos Sistemas de Ensino, no Projeto Político-Pedagógico e no planejamento do professor (Brevilher, 2010, p. 05).

Em respostas efetivas às necessidades educacionais especiais de Estudantes, crucial é alterar procedimentos de ensino, seja inserindo atividades interativas às previstas nos currículos, como também inserindo atividades complementares àquelas anteriormente planejadas. Diante desta circunstância, a proposta é a de que os docentes identifiquem o perfil das salas das quais lecionam, bem como os Estudantes com necessidades especiais, avaliando se a sua prática docente é apta a estes Estudantes, posteriormente, buscar e identificar formas de adaptação curricular e de procedimentos para que todos os Estudantes da sala sejam beneficiados para o processo ensino/aprendizagem (Brevilher, 2010, p. 05).

É importante ressaltar que a flexibilização de atividades didático-pedagógicas ou adaptação curricular é indispensável de acordo com o nível de necessidade especial do EcD, porém é proposto que o atendimento do professor não deva ficar

restrito a determinado estudante, caso isso ocorra o docente estará praticando a exclusão dos outros discentes.

Recomenda-se que o professor interaja de maneira a proporcionar a equidade entre o grupo discente, ou seja, buscar garantir condições iguais para todos levando em conta as condições específicas daqueles que venham apresentá-las. Dentro desse contexto o docente terá que demonstrar consciência e ficar atento para evitar uma prática que se manifesta corriqueiramente tanto de maneira voluntária quanto involuntária, trata-se de uma forma de exclusão denominada capacitismo¹ (Superproteção ou manifestação de pena), que na sociedade Brasileira é algo que já foi internalizado e naturalizado. O capacitismo é um dos costumes negativos que deve ser combatido para que a inclusão prevaleça na sociedade.

Em alguns momentos o EcD necessitará de um olhar especial, assim como os demais, todavia, diante deste quadro o mais importante é que as estratégias no processo de ensino e aprendizagem estimulem a PcD (Pessoa com Deficiência) a desenvolver autonomia, oferecendo a ele a oportunidade de uma autopercepção tanto de individualidade quanto de coletivo, permitindo assim identificar suas habilidades em diferentes situações.

Diante desta circunstância, a proposta é a de que os docentes identifiquem o perfil das salas das quais lecionam, bem como os Estudantes com necessidades especiais, avaliando se a sua prática docente é apta a estes estudantes, posteriormente, buscar e identificar formas de adaptação curricular e de procedimentos para que todos os estudantes da sala sejam beneficiados para o processo ensino/aprendizagem (Silva, 2014, p. 10).

O excerto exposto por Silva (2014), voltado para uma óptica de ensino e aprendizagem na EPT, em se tratando de EcD's a acessibilidade não se refere apenas as instalações onde acontecem as aulas, também se relaciona ao tipo de atividade didática que está sendo aplicada, ou seja, em termos de metodologia, o EcD deve se sentir apto para participar levando em consideração suas limitações, ele deve perceber que para realizar determinada ação estão lhes oferecendo meios que possibilitem tal execução.

¹A lógica capacitista se configura como uma mentalidade que lê a pessoa com deficiência como não igual, incapaz e inapta tanto para o trabalho quanto para, até mesmo, cuidar da própria vida e tomar as próprias decisões enquanto sujeito autônomo e independente (Andrade, 2015, p. 03).

Praticamente não há diferenças em uma abordagem de relação das atividades lúdicas e sua importância na EPT com outros segmentos de ensino. No ensino da EPT constantemente os educandos são motivados, por meio de práticas pedagógicas, a adquirir novas habilidades e competências devido a mudanças constantes que ocorrem na sociedade contemporânea. Novas conquistas aparecem diante deste turbilhão de mudanças sociais, e tanto o jovem quanto o adulto devem ser incentivados e capacitados para essas buscas constantes. Diante disto, as atividades lúdicas se mostram um veículo importante para que se atinjam tais metas educacionais, pois elas, no processo pedagógico, propiciam ao discente o gosto do aprendizado, pelo fato de virem repletas de enfrentamentos que geram desafios aos educandos.

O lúdico está diretamente associado ao uso de jogos e brincadeiras. A palavra “lúdico” advém do latim: *ludus*, significando jogos, brincar. Toda atividade lúdica está, por assim dizer, associada, ao uso de algum jogo ou brincadeira como instrumento de mediação e de concretização da interação. Como a brincadeira e o jogo são partes das atividades de interação humana e comparecem nos processos de aprendizagem escolarizada ou não, o lúdico pode acontecer tanto por mediação educativa escolar quanto livremente em atividades comuns à rotina (Raminho *et al*, 2023, p. 07).

Anteriormente, a citação enfatiza que as atividades lúdicas tem um papel importante no ensino e aprendizagem das pessoas, pois além de mediarem as interações humanas também promovem um ambiente onde a retenção de conhecimento se dá de forma espontânea. Portanto:

A partir desse contexto de entendimento, observa-se que jogos e brincadeiras servem como meios didáticos indispensáveis na educação.

Ainda na perspectiva de Raminho, compreende-se que a aprendizagem não é apenas formalizada no interior de escolas, mas sim que acontece também fora delas, ou seja, a experiência cotidiana das práticas corporais de cada pessoa soma-se aquelas que ela ainda pode adquirir, de maneira a enriquecer o desenvolvimento cognitivo e social do estudante, independente se ele apresente características que se configuram em necessidades especiais ou não.

A seguir, a Figura 1 representa uma PcD em prática Lúdica.

Figura 1: PcD brincando



Fonte: galeria.colorir.com

Em consonância com o discorrido de Raminho, as atividades lúdicas praticadas como forma de ensinamento e aprendizagem nas escolas, em sugestão, devem ser mediadas pelos docentes, fator que os torna ator principal junto ao Estudante na construção desse contexto. O professor é responsável pela escolha da metodologia mais adequada para o EcD, visando potencializar o que ele tem de menos limitado, fazendo com que sua autoestima seja elevada, contribuindo assim para que haja melhoria naquilo onde há maior comprometimento.

Crianças e adultos, quando brincam e jogam, penetram no mundo das relações sociais, desenvolvendo senso de iniciativa e auxílio mútuo. A metodologia, de forma lúdica e prazerosa, proporcionará, com a aprendizagem, a pessoa estabelecer relações cognitivas junto às experiências vivenciadas. Isso se deve ao fato de que, no ato de brincar, com certeza não se aprende somente os conteúdos escolares, se aprende sobre a vida, e se adquire experiências para lidar com situações de enfrentamento quando necessário. Brincando, o Estudante se diverte, faz exercícios, constrói seu conhecimento e aprende a conviver com outros (Santos, 2010, p. 08).

Em correlação com a linha de pensamento de Santos, outra questão relacionada as atividades lúdicas é que quando empregadas de modo correto elas têm o alto poder de propor a interação social entre seus participantes. A troca de informações gera um ciclo de conhecimentos que transitam entre todos, gerando experiências que irão moldar cada indivíduo, tanto na escola como na vida, os

preparando para lidar com situações-problemas, e por esse motivo o lúdico se faz indispensável no cotidiano escolar da EPT.

Concordando com Santos, neste contexto onde prevalecem as relações pessoais, qual é o papel da escola e do professor? - Em tempos atuais, a escola não deve se ater somente em administrar um aprendizado tradicionalista que está “acorrentado” a currículos unifacetados onde o repasse de conceitos e conteúdos é o que predomina, e sim buscar alternativas transformadoras que associem os currículos já existentes a metodologias prazerosas. Contudo dentro deste macrossistema educacional é o educador que se faz responsável por agregar as duas dimensões. Nota-se então a necessidade de profissionais detentores de uma boa formação, e conscientes da relevância que as atividades lúdicas exercem sobre o desenvolvimento cognitivo de uma PcD.

Dando sequência a mesma linha de raciocínio de Santos, recomenda-se que o lúdico seja utilizado pelos educadores como forma de promover uma aprendizagem mais prazerosa e significativa, que nesse caso, é por meio de jogos e brincadeiras que ocorre o desenvolvimento integral das potencialidades presentes nos jovens.

03

SUGESTÕES DE ATIVIDADES



Agora teremos algumas atividades que você pode trabalhar com o EcD. Neste primeiro momento são sugestões de jogos, brincadeiras, danças, práticas corporais de aventura e jogos de oposição. Todos os tipos de PcD's podem participar de acordo com sua necessidade específica relacionada ao tipo de atividade. As práticas são lúdicas e pensadas para que ocorra a inserção dos EcD's num

01 “Eu sou...?”



O jogo acontece escolhendo-se uma carta que contém o nome de alguma pessoa famosa. Sem saber que pessoa é essa, coloca-se esta carta na testa, virada para os demais participantes. O jogador com a carta na testa deve fazer perguntas ao grupo a fim de descobrir quem é a personalidade que está acima de seus olhos. Os demais podem apenas responder ‘sim’ ou ‘não’ às perguntas,

o que exigirá do jogador raciocínio rápido e criativo se quiser descobrir sua personalidade!

Existem mil e uma variações da brincadeira. Pode ser feita com limitação de tempo ou não para responder. Algumas pessoas gostam de limitar as opções possíveis de personalidades para um grupo específico de celebridades – atores, escritores, cientistas.... Outras preferem ser mais abstratas, incluindo estados

emocionais. Podem ser coisas reais (objetos, móveis, animais) e até mesmo conceitos completamente imateriais (como 'verde' ou 'paz') na brincadeira. Percebe-se que o "Eu sou" é uma brincadeira para todos os gostos e tipos de amigos!

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Cartões, em um número que atenda a quantidade de participantes, confeccionados de papel variado, e fita adesiva.

Objetivo: Estimular a atenção, Memória, estratégia, raciocínio, criatividade, competição saudável e principalmente a inclusão de todos por meio da interação social.

02 "Cadeira invisível"



A brincadeira se desenvolve com vários estudantes sentados em cadeiras, as quais estão dispostas em círculo. A medida em que eles estão sentados todos devem se deitar apoiando a costa nas coxas do colega seguinte. Posteriormente posicionados, as cadeiras são retiradas pelo professor ou pelo responsável em conduzir a atividade, quando, então, todos

os educandos manterão a posição original sem o auxílio das cadeiras.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Cadeiras em uma quantidade compatível ao número de participantes.

Objetivo: Estimular a cooperação, confiança, ajuda recíproca e promover inclusão.

03 "Nó humano"



Trata-se de uma brincadeira na qual seus participantes de mãos dadas formarão um círculo. Logo depois irão memorizar quem está do seu lado direito e esquerdo. Posteriormente os Estudantes vão soltar as mãos e caminhar livremente pelo ambiente durante 1 (um) minuto

pararem. Agora cada um irá procurar e dar a mão, sem sair do lugar, para a pessoa que estava do seu lado direito e esquerdo, todavia neste momento deve ser ressaltado a importância das mãos estarem sempre unidas direita com esquerda para que a atividade tenha êxito. No final, você deve ter um amontoado de gente. O próximo

passo é, sem soltar as mãos, voltar a formação do círculo inicial. O grupo deve, conversando entre si, determinar quem passa por baixo de que braços, e por cima de outros braços, até que o círculo fique completo. Podem se formar vários grupos, e fazê-los competir entre si (quem termina mais rápido, quem termina certo, etc...).

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Nenhum.

Objetivo: Estimular a comunicação, trabalho em equipe, resolução de problemas e promover inclusão.

04 “A caixa misteriosa”



Neste jogo você deverá colocar uma música animada para tocar e vai passando no círculo uma caixa (no tamanho de uma caixa de sapato). No início, explica-se para os participantes que é apenas uma brincadeira e que dentro da caixa há uma missão que deverá ser realizada por quem ficar com ela quando a música parar. A pessoa que dará o comando deve estar de costas para não ver quem está com a caixa ao parar a música.

Dentro da caixa terá uma menor, e a cada participante que abri-la encontrará outra menor ainda até que chegue na 5ª caixa, que por sua vez conterà a informação de qual missão ele deverá executar. Serão realizadas cinco rodadas.

O coordenador faz um pequeno suspense, com perguntas do tipo: “você está preparado?”, “você vai ter que cumprir a missão”, “seja lá qual for a missão, terá de ser cumprida!!”, toca a música novamente e passa novamente a caixa se aquele topar em não abrir, pode-se fazer isso por algumas vezes, e pela última vez, avisa que agora é para valer, “quem pegar agora vai ter que abrir, Ok?” Esta é a última vez, e quando o felizardo o fizer, terá a feliz surpresa e encontrará um prêmio com a missão “utilize” de acordo com sua função.

Obs.: A atividade pode ser aplicada com variações de premiações que estimulem a elevação de autoestima dos estudantes, e no caso de alimentos utilizados como

premiação o docente deverá conhecer sobre os hábitos e restrições alimentares da turma.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: 5 caixas, embrulhadas para presente, pequenas que caibam uma dentro da outra, premiação, Caixa de som e celular com músicas variadas.

Objetivo: Proporcionar uma reflexão do quanto temos medo do desconhecido e promover inclusão.

05 “Goalball”



O Goalball é um esporte paralímpico criado para pessoas com deficiência visual, porém jogado por muitos que sequer apresentam algum tipo de necessidade especial. Quando praticado em forma de brincadeira seu material pode ser adaptado da seguinte forma:

1- Espaço: Use uma área plana, como uma quadra ou espaço aberto. 2- Materiais: Uma bola com guizos (ou improvise colocando chocalhos ou milho dentro da bola) e cones para marcar o espaço das traves. 3- Vendas: Use vendas para cobrir os olhos dos participantes e garantir que todos joguem "no escuro". 4- Equipes: Divida o grupo em duas equipes, com 2 ou 3 jogadores de cada lado. 5- Regras: Cada equipe deve tentar lançar a bola para marcar gol no outro lado, enquanto os jogadores do time adversário tentam bloquear. Quem marcar mais pontos vence.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Cadeiras para todos os participantes, caixa de som e músicas variadas.

Objetivo: Promover inclusão e habilidades como percepção auditiva e agilidade.

06 “Futebol de 5 ”



O futebol de 5 é um jogo adaptado para pessoas com Deficiência Visual, mas que pode ser praticado por aqueles que não possuem essa característica. É muito popular nos Jogos Paralímpicos. Jogam duas equipes com cinco jogadores cada, sendo quatro com Deficiência Visual e o goleiro com visão.

Os participantes usam vendas para igualar as condições visuais, e a bola possui guizos internos que ajudam os jogadores a localizá-la pelo som. A comunicação é essencial e além dos jogadores, o goleiro e um guia dentro de campo que orienta a equipe. Para se jogar basta ter duas traves (que podem ser marcadas com cones), vendas e uma bola que emita sons para que os jogadores percebam sua localização.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Quadra ou espaço similar, cones, vendas e bola com milhos dentro.

Objetivo: Promover inclusão e habilidades como percepção auditiva, trabalho em equipe, agilidade e inclusão.

07 “Dança indígena Caiapó”



Nesta atividade, iremos vivenciar uma dança típica da indígena Caiapó, do estado do Pará. Os educandos diante da música “Kworo Kango” vão realizar cânticos indígenas, acompanhados de batidas de pés e mãos ritmadas pela referida canção. Eles estarão em círculo, e portando chocalhos confeccionados de garrafas, cabo de vassoura e grãos de milho. Antes o docente deverá treinar a canção no idioma Caiapó com os discentes, e contextualizar a referida dança enquanto sua tradição ritualística.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Caixa de som, música “Kworo Kango” e chocalho confeccionado com garrafa plástica, cabo de vassoura e grãos de milho.

Objetivo: Desenvolver noções rítmicas, refletir sobre a importância da cultura dos povos indígenas na formação do cidadão e promover inclusão.

A seguir apresenta-se o resumo do contexto histórico da dança, link e a letra completa da música para que todos possam acompanhar.

Kworo Kango é uma canção propiciatória dos Kayapó Mekrâgnoti que a dançam e cantam por quase um dia inteiro como rito de fertilização do solo para o plantio da semente da mandioca. É entoado por homens e mulheres, marcado por passos de danças e de instrumentos musicais típicos.

KWORO KANGO

(Canto dos índios Caiapós no ritual da mandioca)

Bô medipê bô medipê nahi noaiê êtê

Bô medipi bô medipi nahi noaiê

Ê Te me tebe mã bo

Ô ête pu mu me tebe mã bo

Ô ête pu mu o ne me tebe medipi e mã bo o êtê pu mu

Ô nê me tebe mã bo

Ô ête pu mu me tebe mã bo

Ô ête pu mu o ne me tebe medipi e mã bo o êtê pu mu

Bokumuré bokumuré nahi noiaiê êtê

Bokumuré bokumuré nahi noiaê

Ê tê abo mã prõtõtü ti ne tê

Õ mã prõtõtü ti ne te nabukoitíre ti ne tê

Abo mã prõtõtü

ti ne tê abo mã prõtõtü ti ne tê

Abo mã prõtõtü ti ne tê nabukoitíre ti ne te

Abo mã prõtõtü

Botoré botoré

labotoré iabotoré noiaê te

Waiamunerére kuroro oti amuné

Waiamunerére kuroro oti amuné

Ino djô kuda kumô / Ô ne

Waiamunerére kuroro oti amuné

Waiamunerére kuroro oti amuné

Ino djô kuda kumô / Ô ne

Botoré botoré iabotoré

A-bo-to

Heyiiiiiii!

(Link da música com letra: <https://www.youtube.com/watch?v=TQNMkijnq-w>).

08 “A garrafa é minha”



Neste jogo de luta-oposição os discentes em dupla estarão atrelados com uma de suas pernas a de seu opositor. Uma vez que é dado o sinal de início da “luta” pelo condutor da atividade, os discentes tentarão tocar na garrafa, e o primeiro que conseguir vence.

Obs.: caso haja cadeirantes o ideal é que tenham 2 cadeiras de rodas, onde uma das rodas estará atrelada a outra do oponente. No caso de amputados de membros inferiores a atrelagem deve ser feita em outra parte do corpo de ambos os participantes, e se houver necessidade de imobilização de membros deverá ser feita afim de nivelar o “combate”.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Garrafas, cones pequenos, lenço, corda ou similar e placas de tatames ou colchonetes.

Objetivo: Desenvolver capacidades físicas, adquirir o hábito de respeitar regras e promover inclusão.

09 “Detetive, vítima e assassino”



“Detetive, vítima e assassino” é um jogo conveniente que você pode jogar com quase qualquer pessoa. O conceito é bem simples: há um “assassino” secreto que pisca para as pessoas de modo a eliminá-las. Você precisa identificar quem é antes que ele

“mate” todo mundo! “Morra” se alguém piscar para você! Caso haja contato visual com o “assassino” e ele pisca para alguém, este foi “morto”. Espere alguns segundos depois da piscadela e fale que “morreu”. Em seguida, fique conversando normalmente com os que ainda não foram eliminados, contudo não podendo ser mais “assassinado” novamente até o final. Este jogo é excelente para fazer dentro da sala de aula. Os personagens são escolhidos por meio de papeis sorteados, podendo ter apenas um detetive e um assassino, o restante são todos vítimas. A função das vítimas é

somente “morrerem”, a do detetive é descobrir quem é o “assassino” e a do “assassino” é “matar” piscando para os outros. Se o assassino tiver a má sorte de piscar para o detetive ele é “preso” automaticamente e o jogo termina com vitória do detetive, porém se restarem apenas 3 participantes sem que o detetive descubra quem é o infrator, o assassino é o vencedor.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Papel e caneta.

Objetivo: Incentivar a interação social e promover inclusão.

10 “Estoura balão”



Os discentes estarão livres pela quadra, sentados no chão ou na cadeira de rodas se houver necessidade. Os Estudantes sentados amarrarão os balões no braço, os cadeirantes estarão com os balões amarrados atrás da cadeira. Cada participante deverá tentar estourar o balão do colega e proteger o seu. Vence aquele que ficar com o balão intacto enquanto os outros estiverem com os seus estourados. Uma variação é formar pares com meninos e meninas, e dançando ao som de uma música as duplas tentarão estourar os balões umas das outras, protegendo os seus. Sairá vencedora a dupla que estiver pelo menos um balão cheio. Nesta variação os educandos só podem estourar os balões quando a música estiver tocando, caso pausada não.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Balões, barbante, caixa de som, músicas variadas e cadeira(s) de rodas.

Objetivo: Incentivar a interação social e ajuda recíproca, desenvolver capacidades físico-sensoriais e promover inclusão.



Agora chegou a hora de vivenciarmos experiências incríveis com os jogos pré-desportivos e desportos adaptados, mas antes disto vamos realizar uma dinâmica onde todos os que não possuem necessidades especiais irão ter a oportunidade de refletir sobre as condições daqueles que as têm. São simulações feitas nos corpos dos participantes, para que eles se aproximem ao máximo do cotidiano dos EcD's. O nome dela é “vivenciando um PcD”.

“Vivenciando um PcD”



Esta atividade é desenvolvida simulando as necessidades especiais dos PcD's, onde os jovens realizarão várias tarefas de seu cotidiano se utilizando de vendas, tapa ouvidos e boca, cadeira de rodas, material de apoio (cabo de vassoura, bengala, muleta, andadores, etc...), com um dos braços ou uma das pernas imobilizadas por meio de papelão, jornal e fita crepe eles tentarão desenvolver atividades do cotidiano como: conversar, servir-se e beber um copo de água, ir ao banheiro, abrir portas e janelas, etc.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Vendas, tapa ouvidos e boca, cadeira de rodas, cabos de vassouras, andadores, bengalas, muletas, jornal, fita crepe e caixas de papelão.

Objetivo: Proporcionar aos participantes vivenciar as dificuldades enfrentadas pelas Pessoas com Deficiência nas ações do cotidiano.

11 “Ping-pong das bolinhas”



Neste jogo pré desportivo ao Tênis-de-mesa, os estudantes devem acertar a bolinha de Ping-pong dentro dos copos. Em dupla, um de cada lado da mesa, os discentes jogam a bolinha de Ping-pong de um lado para o outro tentando inseri-la nos copos. Antes a bolinha deve dar um quique na mesa.

Vence aquele que fizer 5 pontos primeiro.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Copos descartáveis, cadeira de rodas, cadeira, bolinha de Ping-pong e mesa de madeira ou compensado.

Objetivo: Iniciar a modalidade desportiva tênis-de-mesa, desenvolver coordenação motora e promover inclusão.

12 “O mico”



Neste jogo pré-desportivo ao Handebol sentado, os estudantes ficam em círculo sendo dois com posse de uma bola cada. Todos sentados em uma distância de 3 metros do outro. Ao sinal de início, os estudantes que possuem as bolas lançam ao colega da esquerda o qual rapidamente faz o mesmo e assim sucessivamente. As bolas são passadas, até fazer com que uma alcance a outra, isto é, que o “mico” seja apanhado, sendo que todos devem evitar que isto aconteça em suas mãos. A sequência de lançamentos deve ser feita tanto no sentido horário como no anti-horário, afim de que se trabalhe os dois lados. Quem deixar cair a bola ou cada vez que o mico é apanhado interrompe-se a brincadeira e o Estudante que permitiu tal ação ficará no centro até ser substituído.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Bolas e área grande.

Objetivo: Iniciar a modalidade desportiva Handebol sentado, desenvolver passe sentado e promover inclusão.

13 “Handebol sentado”



Neste esporte adaptado, os escolares praticam Handebol de maneira sentada. Na quadra duas equipes, formadas de 08 discentes, cada tentarão marcar gols no adversário se deslocando de forma sentada. A equipe que fizer mais gols é a campeã. Os discentes não podem ficar de pé (no máximo de joelhos), pois é falta para a outra equipe cobrar. O jogo se desenvolve com traves reduzidas de tamanho e marcação do voleibol caso haja.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Quadra poliesportiva ou espaço adaptado e bola de Handebol ou de borracha.

Objetivo: Praticar a modalidade desportiva Handball, promover interação social e inclusão.

“O lúdico é importante em todas as fases da vida, por possibilitar, a interação do indivíduo com o mundo externo, formando conceitos, ideias, relações lógicas, socialização, absorvendo o indivíduo de acordo como seu ritmo e potencial, fatores estes de suma importância para o desenvolvimento educacional de todos”

CEBELO.



A Bocha pode ser praticada por qualquer pessoa, sendo um dos esportes mais democráticos do mundo, sem restrições de idade, gênero ou limitações físicas. Cada jogador recebe quatro bolas para lançar durante uma partida, objetivando marcar pontos ao posicioná-la o mais próximo possível do bolim (bola menor que é lançada inicialmente como alvo). A partida pode ser jogada entre duas pessoas ou duas equipes, sendo quatro bochas

(bolas) para cada equipe, ou seja, duas para cada jogador. A partida consiste em lançar bochas e situá-las o mais perto possível do bolim. Os jogadores, por sua vez, tentarão aproximar o máximo possível as bolas de bocha do bolim ou "remover" as de seus oponentes. Vence a partida aquele (s) que tiverem as bolas de bocha mais próximas do alvo.

As regras a seguir foram adaptadas para um caráter lúdico.

Regras básicas:

- O jogo deve ocorrer em um espaço de superfície lisa.
- O jogo se inicia com o lançamento do bolim. Assim, o local em que o bolim estiver passa a ser o alvo para aproximação das bolas de bocha.
- O jogador ou as equipes sorteiam entre si quem inicia os lançamentos.
- As bolas de bocha podem ser lançadas partindo do ar ou do solo.
- Além de tentar acertar o alvo, os jogadores podem tentar eliminar as bolas de bocha do adversário, distanciando-as do bolim, liberando caminho para futuras jogadas.
- Vence a disputa a equipe que tiver a bola mais próxima do bolim ao final do lançamento de todas.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Quadra poliesportiva ou espaço adaptado e bolas de bocha ou confeccionadas de material alternativo.

Objetivo: Iniciar a Prática da modalidade desportiva Bocha (Boccia), promover interação social e inclusão.

15 “Ping-pong”



O Ping-pong é um jogo pré-desportivo (que promove movimentos educativos para o aprendizado de prática da modalidade oficial) ao Tênis de mesa e pode ser praticado por amputados, pessoas com má formação congênita ou cadeirantes. As partidas são individuais. Caso haja necessidade, a raquete pode ser presa na mão do jogador por meio de amarras. O professor reserva o direito de poder fazer algumas exceções durante o saque dependendo da deficiência física do Estudante. Cada partida consiste em um set, cada set vai até onze pontos. Quando o set chega ao placar de 10 a 10, os competidores continuam disputando até que um deles abra dois pontos de vantagem sobre o outro. A bola só pode dar um quique na área de cada jogador, devendo ser obrigatoriamente devolvida depois deste ato para a área do adversário. Se no momento do saque a bola não ultrapassar a rede ou não tocar na área do outro jogador é ponto contra quem está executando a ação, caso a bola toque na rede e caia na área do oponente o saque será repetido.

Lembre-se de que apesar de haver regras nosso jogo é adaptado das normas oficiais do Tênis de mesa, assumindo um caráter lúdico que visa a formação cidadã por meio da prática desportiva.

Nota: Caso haja cadeirante é necessário que os Estudantes típicos também se utilizem de outra cadeira de rodas.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Raquetes, mesa oficial ou adaptada e bolinhas de Tênis de mesa.

Objetivo: Iniciar a Prática da modalidade desportiva Tênis de mesa, promover interação social e inclusão.

16 “Polybat”



O Polybat é um jogo pré-desportivo ao Tênis de mesa, sendo que qualquer pessoa pode participar. A meta é fazer com que a bola caia no solo, ultrapassando a barreira imposta pelo oponente, o qual irá tentar evitar rebatendo-a com uma raquete. Vence a partida quem fizer 10 pontos primeiro, respeitando a diferença de 2 sobre o rival.

A bola só poderá ser rebatida de um lado para o outro de forma rasteira, podendo tocar nas barreiras laterais. Caso a bolinha ultrapasse por cima de uma das barreiras laterais será ponto do adversário. O jogo pode ser adaptado para ser realizado no chão sem a necessidade de utilizar a mesa, desta maneira os Estudantes o farão sentados. Cadeirantes poderão enfrentar Estudantes não cadeirantes, que por sua vez devem estar sentados. No caso dos participantes com Deficiência Visual, o silêncio no momento do rally é fundamental.

Nota: As barreiras laterais podem ser confeccionadas de papelão, podem ser utilizadas ripas grossas de madeira ou até mesmo livros velhos empilhados. A bolinha pode ser feita de material alternativo como meia e papel coberto com fita crepe. As raquetes, por sua vês, construídas de madeira ou outro material alternativo que a deixe rígida. Basta usar a criatividade!

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Raquetes, mesa adaptada com barreiras laterais e uma bolinha de borracha ou de Tênis de quadra.

Objetivo: Iniciar a Prática da modalidade desportiva Tênis de mesa, promover interação social e inclusão.

“Não sabendo que era impossível, ele foi lá e fez”.

JEAN COCTEAU.

17 “Jogo dos 10 passes”



Neste jogo lúdico pré-desportivo ao Basquete. Com 2 equipes de 7 Estudantes cada. Os estudantes estarão sentados obedecendo as demarcações estabelecidas pelo professor. Será desenhado um círculo, e dentro dele uma das equipes ficará posicionada. A outra equipe se posicionará do lado de fora do círculo

também em uma área delimitada. A equipe de fora terá o estudante coringa que estará próximo a cesta de basquete e caso sua equipe conseguir trocar 10 passes ele terá o direito de arremessar a bola na cesta. A equipe de dentro do círculo tentará interceptar a bola no momento da troca de passes, e caso consiga as equipes inverterão o posicionamento. Os coringas podem ser substituídos para que todos tenham a oportunidade de marcar cestas. Os educandos não podem ultrapassar o limite das demarcações e nem ficar em pé (no máximo de joelhos). Os passes não podem ser feitos para a lateral, somente para frente e diagonal, podendo ser picados (quicados) ou não. Vence quem encestar mais.

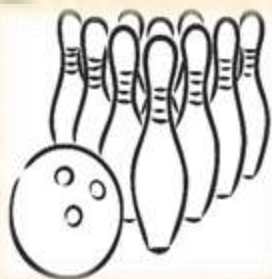
Nota: se o jogo for realizado em quadra poliesportiva podem ser utilizadas as demarcações da própria, e caso não houver disponibilidade dos aros de basquete, estes podem ser adaptados com bambolês.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Bola de Basquete ou borracha.

Objetivo: Iniciar a Prática da modalidade desportiva Basquete, promover interação social e inclusão.

18 “Mini Boliche”



Este jogo pré desportivo ao Boliche é divertido e qualquer pessoa pode jogar, pois é altamente adaptável. Ele consiste em derrubar os 10 pinos que serão posicionados a frente do jogador a determinada distância. Vencerá a partida o discente que mais derrubar pinos ao longo de 5 rodadas.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Bola borracha e garrafas plásticas.

Objetivo: Iniciar a Prática da modalidade desportiva Boliche, promover interação social e inclusão.

19 “Bola na torre”



Este é um jogo pré desportivo ao Handebol no qual os Estudantes sentados tentarão derrubar os 4 cones (torres) pequenos que estarão posicionados dentro de um círculo desenhado no solo. O desenvolver se dá entre duas equipes as quais uma defenderá as torres e a outra tentará derrubá-las.

O grupo defensor se posiciona ao redor do círculo e fora dele protegendo as torres (cones) de serem derrubadas pelos arremessos da equipe atacante, que por vez estará de posse de uma bola e posicionados diante dos estudantes de defesa. Os educandos não podem agarrar os outros e o tempo é cronometrado em 5 minutos por rodada. Os participantes devem passar a bola uns para os outros afim de buscarem melhor posição para derrubar as torres. Há o revezamento na posição das equipes, hora defensores hora atacantes. Podem ser utilizadas as demarcações da quadra poliesportiva caso haja disponibilidade de uma. Os estudantes não podem ficar em pé (no máximo de joelhos). Vence a equipe que derrubar as torres de forma mais rápida na somatória dos tempos durante as 4 rodadas. A relação quantidade de torres X tempo também será considerada.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Bola de Handebol ou borracha e cronômetro.

Objetivo: Iniciar a Prática da modalidade desportiva Handball, promover interação social e inclusão.



O vôlei sentado atualmente é muito praticado de forma lúdica e até mesmo em competições oficiais de alto nível como é o caso das paraolimpíadas. Ele se dá entre duas equipes cujo número é definido pelo professor ou condutor do jogo. Os estudantes, sentados, tentarão marcar pontos colocando a bola no solo do lado adversário. As equipes podem dar no máximo 3 toques na bola, sendo não consecutivos com o mesmo jogador. A rede deverá ser rebaixada e os Estudantes não podem toca-la, também é proibido ficar de pé (podendo ficarem de joelhos). O professor ou condutor da atividade deve perceber o nível técnico, assim como o das necessidades especiais dos participantes para então adaptar situações de algumas regras. Vence a equipe que atingir 25 pontos com diferença de 2 de seu oponente.

Faixa etária: 15 anos em diante.

Material: Bola de vôlei ou borracha e rede de vôlei. O material pode ser adaptado de várias formas. Use sua criatividade!

Objetivo: Iniciar a Prática da modalidade desportiva Voleibol sentado, promover interação social e inclusão.



Todos os métodos de ensino e aprendizagem, uns mais outros menos, são relevantes para o desenvolvimento de uma educação plena e inclusiva, entretanto o ato de se praticar a solidariedade é o que faz a diferença no atual mundo em que vivemos, o qual as pessoas são extremamente individualistas e até mesmo egoístas. Vamos pensar mais no próximo e ouvi-lo, para que possamos entender os anseios e dificuldades de cada um, e aí então, ajudar. Obrigado!

DEPOIMENTOS (EcD's do *campus* IFAL-Satuba)

DISCENTE 1 - 38 ANOS (Estudante subsequente do curso CTA – 1º ano - Técnico em Agropecuária – IFAL *Campus* Satuba), a respeito de acessibilidade no *campus*, e participação nas aulas.

“ Professor, eu acho que a acessibilidade do *campus*, infelizmente ainda não é 100 %, precisa sim melhorar, se adequar a muitas coisas, tipo os banheiros que não tem acessibilidade pra Pessoas com Deficiência, questão de rampas. Pra instituição é novidade, por que até pouco tempo não tinham Estudantes com deficiência aqui, e tanto eu quanto o outro Estudante somos as novidades [...]

[...] Eu me sinto super bem em participar de atividades práticas. Isso me estimula bastante pelo fato de saber que sou PcD, mas que estou conseguindo fazer tais atividades as aulas, então eu me sinto realizado. Eu me acho capaz de participar das aulas, porque eu não deixo que a minha deficiência me limite ao extremo de eu achar que não posso fazer aquilo. Eu sou um cara muito ativo em minha vida, e nunca me coloco no direito de achar que não posso, e mesmo se eu tentar e não conseguir, mas eu tentei por que achava que podia. ”

DISCENTE 2 – 18 ANOS (Estudante do curso médio integrado - 2º ano - Técnico em Agropecuária – IFAL *Campus* Satuba), a respeito de preconceito e melhoria de aprendizado.

“ Em relação ao preconceito, olha...ano passado houve alguns comentários preconceituosos, eu sinto sim que sou visto de forma preconceituosa principalmente por parte dos outros Estudantes, e não tenho conhecimento se existe um trabalho aqui de conscientização sobre isso. Se fosse pra escolher em procurar o NAPNE pra falar disso eu acho melhor não, por que aí sim poderia piorar a situação...você sabe, conhece como é o ser humano...você fala não faça, aí que ele faz mesmo.

Minha deficiência atrapalha muitas coisas como: condição motora, as vezes quando eu vou apresentar alguma coisa minha dificuldade de fala, no manejo pra me alimentar e até no trabalho de campo tem certas coisas que quero fazer mais o “povo” fica dizendo pra eu não ir...dizem que eu não posso e eu sei que posso conseguir. Eu sempre tento ultrapassar meu limite, sou uma pessoa assim. Tive sorte em ter professores que não me impõe limite. Pra eu melhorar meu desempenho nas aulas, se eu tivesse a oportunidade, diria pra alguns poucos professores não imporem limites pra mim só por verem meu modo de falar ou condição motora. ”



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente no IFAL *campus*-Satuba existem 2 EcD's, ambos com Deficiência Física. O "Guia Didático de Atividades Lúdicas para Estudantes com Deficiência na EPT", ficará disponível para ser utilizado no trabalho com EcD's que venham vir a estudar no referido *campus*. Este material possivelmente apresenta uma relevância significativa ao seu público alvo, pois proporcionando aos profissionais do NAPNE um recurso pedagógico de auxílio educacional para PcD's gera qualificação de trabalho, com isso melhorando a atuação da equipe do NAPNE e daqueles que tiverem acesso ao guia. Além de tudo, o PE em questão, traz uma proposta de equidade e de um ensino inclusivo para todos, motivando naqueles que o utilizarem a sensibilidade de oferecer aos educandos uma consciência crítica necessária para que haja inclusão social.

Compreende-se que o uso de atividades lúdicas adaptadas aos EcD's ocorrerá com mais frequência à medida em que os professores compreenderem que os currículos devem ser construídos para além do modelo tradicional e isto envolve capacitar o professor não somente sobre o conteúdo de um componente curricular em específico, mas em todos os que compõe o sistema educacional da EPT, modificando o enfoque para uma Educação Inclusiva e Omnilateral.

Em âmbito escolar, sem atividades adaptadas não existe possibilidade de inclusão social, pois cada indivíduo, quer ele seja EcD ou não, manifesta suas distinções e necessidades particulares. Então é essencial que os professores também ouçam, antes de tudo, seus estudantes, pois desta maneira alguns caminhos no processo de ensino e aprendizagem podem ser encurtados/facilitados.

Antes de pensar em aplicar vários métodos de ensino, em proposta, o docente deve ter a percepção de interagir com o discente, pois o próprio pode ter sugestões simples e incríveis para solucionar determinados problemas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sidney. **Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz?** Disponível em: <<https://medium.com/@sidneyandrade23/capacitismo-o-que-%C3%A9-onde-vive-como-se-reproduz-5f68c5fdf73e.pdf>> Acesso em: 24 de maio de 2023.
- BREVILHERI, Iraci de Oliveira Carvalho. **Uma didática inclusiva: alternativas diversificadas de apoio à aprendizagem do Estudante da sala de recursos.** Cornélio Procópio – PR. 2010.
- CAVALCANTE, Mariana. **Guia didático jogos cooperativos com enfoque socioemocional para aulas de Educação Física.** Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Maceió-AL. 2022.
- CEBALOS, Najara Moreira. A importância do universo lúdico para crianças com Síndrome de Down. **Revista Digital. Buenos Aires – Ano 17 - Nº 168 - 2012.** Artigo disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Acesso em: 20 de setembro de 2022.
- EDUARDO, Carlos. **Manual de atividades - Eixo Esporte e Lazer. Jogos de oposição.** Secretaria da Educação do Paraná. Curitiba – PR. 2012.
- MAURE, Rafaela. **Atividades adaptadas nas aulas de Educação Física: Resgatando o respeito às diferenças individuais.** Cerro Azul – PR. 2016.
- MUNSTER, Mey Abreu. **Inclusão de estudantes com deficiências em programas de educação física: adaptações curriculares e metodológicas.** Revista da Sobama, Marília, v.14, n.2, p.27-34, 2013.
- NASSIF, Lourdes. O Kworo Kango dos Caiapós. **Ggn-Jornal de todos os Brasis.** Disponível em: <https://jornalggn.com.br/musica/o-kworo-kango-dos-caiapos/>. Acesso em: 19 de junho de 2023.
- RAMINHO, Edney Gomes et al. A relevância da interatividade pelo lúdico no processo de ensino e aprendizagem da leitura. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa. Brasília/DF, v. 5n. 2 p. 20-33–mai./ago. 2023.**
- SANTOS, Simone. **A Importância do Lúdico no Processo Ensino Aprendizagem.** Monografia de Especialização em Gestão Educacional. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria-RS. 2010.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. Categorias e Tipos de Deficiência (Versão ampliada do artigo "Por falar em classificação de deficiências"). **Revista Brasileira de Tradução Visual, n. 12, vol. 12, 2012.**
- SILVA, Adriana. **Educação inclusiva: uma proposta de intervenção a partir da reflexão sobre as deficiências no âmbito escolar.** Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Jacarezinho-PR. 2014.
- TOKUDOME, Megumi. **Jogos e Dinâmicas de Grupo - Pessoa com Deficiência.** Universidade Livre para a Eficiência Humana – UNILEHU. Curitiba - PR. 2017.
- VIANA, Walas Carvalho. **Manual de iniciação ao esporte paralímpico.** São Paulo – SP. 2021.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. **Nelson Vieira da Silva Meirelles**.

A equipe do NAPNE *campus* IFAL - Satuba.

Aos discentes com Deficiência do *campus* IFAL - Satuba.



“...mas quem sabe um dia eu escrevo
uma canção pra você...”



(Natália. A tempestade. Legião Urbana, 1996).

